

PAULA DE SOUZA GONÇALVES

**A PREPOSIÇÃO
"PARA" E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO
REFERENCIAL**



ARARAQUARA – SP.
2008

PAULA DE SOUZA GONÇALVES

A PREPOSIÇÃO “PARA” E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO REFERENCIAL

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras - Unesp de Araraquara, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Lingüística e Língua Portuguesa.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Leticia Marcondes Rezende

Bolsa: Capes

ARARAQUARA – SP.
2008

Gonçalves, Paula de Souza

A preposição "para" e o processo de construção referencial / Paula de Souza Gonçalves – 2008

114 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Lingüística e Língua Portuguesa) –
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus
de Araraquara

Orientador: Leticia Marcondes Rezende

1. Lingüística. 2. Língua Portuguesa. 3. Gramática.
4. Referência (Lingüística). I. Título.

PAULA DE SOUZA GONÇALVES

A PREPOSIÇÃO “PARA” E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO REFERENCIAL

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras – Unesp de Araraquara, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Linguística e Língua Portuguesa.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Letícia Marcondes Rezende
Bolsa: Capes

Data de aprovação: ___/___/___

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof^a. Dr^a. Letícia Marcondes Rezende
Departamento de Didática/FCLAr - UNESP

Membro Titular: Prof^a. Dr^a. Márcia Cristina Romero Lopes
Curso de Letras - Centro Universidade de São Camilo

Membro Titular: Prof^a. Dr^a. Alessandra del Ré
Departamento de Linguística e Língua Portuguesa/ FCLAr - UNESP

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

*À minha querida mãe, que
sempre me deu forças e me incentivou nas horas mais difíceis...*

Ao Felipe Morasco, meu namorado, pela compreensão, paciência e amor por mim dedicados, além da ajuda técnica na produção das figuras de minha dissertação...

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Letícia, pela seriedade e dedicação com que sempre me orientou...

À Capes, pelo apoio financeiro.

À Prof^a.Dr^a. Márcia Cristina Romero Lopes e à Prof^a.Dr^a. Alessandra Del Ré, pelas contribuições dadas no exame de qualificação.

Aos funcionários da seção de pós-graduação, pelo apoio e compreensão.

À minha família, pelo apoio, carinho e compreensão....

GONÇALVES, Paula S. **A preposição “para” e o processo de construção referencial**. 2008. 114 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística e Língua Portuguesa)- Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

RESUMO

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre o uso da preposição “para” tomando-a como parâmetro para obter respostas em um contexto mais amplo, o das “preposições”. Conduzimos a investigação com base em exemplos extraídos de um *corpus* composto por jornais do estado de São Paulo. Nossa perspectiva teórica tem como objeto o enunciado (Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas) e o fenômeno referencial; de acordo com tal perspectiva, os sujeitos constroem, por meio de práticas enunciativas e cognitivas, as versões públicas do mundo. Assim, na nossa concepção, a marca não se reduz apenas às relações previstas no léxico e na gramática tradicional, mas é tributária do enunciado, que envolve a dimensão cognitivo-interacional. O enunciado que contém tal “preposição” foi estudado como um processo de construção de significação, ou seja, de valores referenciais por meio de operações. Tendo como objetivo central analisar as funções dessa marca em diferentes contextos e as implicações de seu uso, buscamos contribuir para a elaboração de uma gramática enunciativa da língua portuguesa. Trata-se de um trabalho relevante, porque a marcação das relações gramaticais constitui um fenômeno de linguagem responsável por um conjunto de operações que viabilizam a presença de marcas que antecedem os termos, tais como a “preposição”. Construimos glosas que colocaram os enunciados em famílias parafrásticas, com posterior análise das construções com a marca concluindo-se que ela representa atos enunciativos dentro da enunciação central e estes atos são enunciações reportadas para a enunciação atual e projetadas para uma outra enunciação.

Palavras-chave: Para. Operações Enunciativas. Enunciado. Processo de construção referencial. Preposição. Culioli

ABSTRACT

The aim of this work is to provide an insight into the use of the preposition “para” as if it were a parameter in order to achieve blueprints in a broader context, that is, the context from the “prepositions”. We carried out the analysis based on examples extracted from a corpus from the São Paulo State newspapers. Our theoretical perspective aimed at the utterance (Theory of Enunciative and Predicative Operations) and the reference phenomenon; According to such perspective, the subjects build up public versions of the world based on cognitive and enunciative practices. Therefore, in our conception, this mark not only refers to the expected lexical relations and to the traditional grammar, but also it is utterance dependent, which involves the cognitive-interactive dimension. The utterance that contains such preposition was studied as the construction of meaning, i. e., of reference values by means of operations. Our struggle for providing the elaboration of an enunciative grammar in the Portuguese language had as the main goal the analysis of the mark functions in different contexts and the implication of its use. This is a relevant work since the setting of grammar relations deals with a language phenomenon responsible for a set of operations which make possible the presence of marks before terms, such as a “preposition”. We glossed the utterances in order to put them into families of paraphrase and the resulting constructions with the mark were analyzed thereafter. Our conclusion is that the mark represents enunciative events within the central enunciation and these events are enunciation reported to the current one and projected into another enunciation.

Keywords: Para. Enunciative operations. Utterance. Reference. Preposition. Culioli.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1– ARTICULAÇÃO LINGUAGEM E LÍNGUAS.....	21
1.1 Teoria culioliana: definições.....	26
1.1.1 Atividade de representação.....	26
1.1.2 Atividade de referenciação.....	26
1.1.3 Atividade de regulação.....	27
1.1.4 Enunciado.....	27
1.1.5 Categorização zero.....	28
1.1.6 Categorias gramaticais.....	29
1.1.7 Noção.....	31
1.1.8 Relação enunciativa.....	31
1.1.9 Domínio nocional.....	32
2 – As PREPOSIÇÕES NA GRAMÁTICA TRADICIONAL.....	34
2.1 Moderna gramática portuguesa – Evanildo Bechara.....	34
2.1.1 A preposição “para”.....	35
2.2 Novíssima gramática da língua portuguesa – Domingos Paschoal Cegalla.....	36
2.3 Gramática do português contemporâneo – Celso Cunha.....	38
2.3.1 Conteúdo significativo e função relacional.....	38
3 – A PESQUISA LINGÜÍSTICA.....	40
3.1 O sistema português de preposições – Joaquim Mattoso Câmara Júnior.....	40
3.2 As preposições e suas “funções” – Maria Helena de Moura Neves	42
3.3 De la grammaire à la cognition: la préposition “ pour” - Pierre Cadiot.....	44
3.4 La couleur des prépositions – Claude Vandeloise (A. Borillo, P. Cadiot, D. Laur, E. Spang-Hanssen).....	49
3.5 Prépositions et rection verbale – Denis Paillard.....	51
3.6 Grammaire des prépositions – Frankel & Paillard.....	53
3.7 Sistemas de preposições em Português – Francisco da Silva Borba.....	54
3.8 As cláusulas de finalidade – Nilza Barrozo Dias.....	59
4 – METODOLOGIA.....	63
4.1 Algumas palavras sobre a leitura dos enunciados.....	70
5 LEITURA DOS ENUNCIADOS.....	73

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 108

REFERÊNCIAS..... 111

INTRODUÇÃO

Antes mesmo de começarmos a tecer comentários a respeito de nosso trabalho, é válido ressaltar alguns fatores importantes que nos conduziram ao presente estudo (sobre a marca “para” e suas operações no enunciado), que fundamentar-se-á na Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas de Antoine Culioli¹.

Um desses fatores foi o trabalho com o modelo da Sociolingüística Laboviana² ao abordar o estudo dos complementos preposicionados dos verbos, a partir do qual foi feita uma análise qualitativa com recursos quantitativos, das preposições. Sabemos que ambas as metodologias citadas acima (a metodologia da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas e a da Sociolingüística) apresentam abordagens diferentes no estudo das preposições; e é exatamente essa diferença que nos conduziu de uma à outra.

A questão fundamental da Sociolingüística é a necessidade de se entender por que alguém diz alguma coisa. Para isso, recolhe-se um *corpus* (que pode ser colhido com notas manuais) para a análise gramatical do discurso natural.

Depois disso, as variáveis mais importantes são definidas e isoladas em meio a grandes volumes (gravados) do discurso natural, o vernacular, ou seja, o estilo em que é dada a mínima atenção à “monitoração” do discurso. A observação do vernáculo resulta em um *corpus* mais sistemático para a análise da estrutura lingüística. Em uma entrevista em que o informante sabe que está sendo gravado, não será de se esperar o vernáculo, pois ele se comportará como numa situação formal. Assim, um bom *corpus* para a Sociolingüística é aquele em que o entrevistado não sabe que está sendo gravado e, muito menos que seu discurso será analisado.

Também é possível obter um *corpus* sistemático do rádio e da televisão.

Segundo Labov³, não se deve subestimar o contato entre os valores sociais e a estrutura da linguagem. Assim, a sistematização de exemplos de variação

¹ Na seção 1 fazemos uma apresentação deste teórico e de sua Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas.

² Trabalho realizado durante a iniciação científica da autora da presente dissertação, respectivamente com o auxílio do programa PIBIC/CNPq e da FAPESP. Cf. GONÇALVES, 2004a, 2005b.

³ Segundo Culioli (2002, p.90), foi a Sociolingüística, em 1972, quem primeiro tratou a questão da variação. Ele resalta que, antes disso, como eram apenas os filhos de elite que estudavam, não se

depende de vários fatores: de um levantamento exaustivo de dados da língua para fins de análise (que reflitam o vernáculo); de uma descrição minuciosa da variável e o perfil das variantes que a constituem; do estudo dos fatores que favorecem o uso de uma variante sobre as outras, de atenção ao nível lingüístico e social em que a variável pode ser colocada; etc...

Feito o estudo, a língua (falada, por exemplo) parecerá um sistema devidamente estruturado e os resultados finais propiciarão a formulação de regras gramaticais. De uma maneira geral, a variante padrão é conservadora e a que goza de maior prestígio na comunidade.

O material básico para a análise sociolingüística são partes do discurso falado (vernáculo), tidos como a enunciação e expressão de fatos, idéias, sem a preocupação de “como” enunciá-las.

A lingüística descritiva baseia-se no entendimento de que a língua é um conjunto estruturado de normas sociais. Segundo a reflexão Laboviana, deve-se atentar a esse caráter eminentemente social dos fatos lingüísticos e à percepção da variabilidade a que tais fatos estão submetidos. Entende-se ainda, nesta visão, que “a finalidade básica de uma língua é a de servir como meio de comunicação”, transmitindo a informação e, por isso, muitas vezes, é interpretada como produto e expressão da cultura de que faz parte, além de ser um meio de estabelecer e manter relacionamentos entre as pessoas.

Labov, em relação à dicotomia saussuriana entende que, se todos os falantes possuem um conhecimento de língua (langue) considerando-se esta um sistema que existe em cada cérebro, seria possível obter os dados para a descrição a partir de um único falante. Por outro lado, para se estudar o discurso (parole) seria necessário o exame do comportamento dos indivíduos no uso da linguagem, isto é, num contexto social. Assim, a partir de um indivíduo seria possível analisar-se o lado social da linguagem, mas só por meio da interação de duas ou mais pessoas se poderia estudar o aspecto individual.

A perspectiva culioliana também considera que existe um lado mais generalizante da linguagem e um outro lado mais individualizante, embora, a visão desses fatos seja um pouco diferente da visão de Labov. Nas palavras de Onofre (1994, p.2): “As operações que constituem a atividade da linguagem são comuns a

percebia as variações lingüísticas dos pobres, dos negros, etc. Sendo somente depois da universalização do ensino, por volta de 1972, que essas questões floresceram.

todas as línguas, o que varia de uma língua para outra é o sistema de representação e os valores referenciais⁴ a que remetem tal sistema”.

Pela citação, notamos que todas as línguas possuem operações em comum, de maneira que, a partir de uma língua, temos acesso à linguagem, mas, para saber o sistema de representação e os valores referenciais que remetem a tal sistema, precisamos da interação, até mesmo para uma posterior comparação. Além disso, sabemos que no plano das operações abstratas (formal, linguagem) temos previsibilidade, mas, quando partimos para o estudo do empírico, tudo se torna imprevisível. Apesar de nossa visão ser diferente da visão de Labov, essa sua afirmação em relação à dicotomia saussuriana suscitou-nos tal reflexão que julgamos pertinente no momento.

A Sociolingüística insurge contra a posição homogeneizadora da língua, afirmando que a variação é essencial à própria natureza da linguagem humana, uma vez que toda mudança lingüística pressupõe uma variação. Assim, a teoria da variação (também denominada sociolingüística quantitativa ou dinâmica) assume a heterogeneidade e o “caos” lingüístico como objeto de estudo.

Em síntese, destacamos dois pontos importantes da Sociolingüística:

1. A língua falada é heterogênea e variável;
2. A variabilidade da fala é passível de sistematização, sendo a língua falada um sistema variável de regras e a esse sistema correspondem tentativas de normalização daí surgindo a língua escrita tal qual é ensinada nas escolas.

No trabalho com a Sociolingüística, muitas vezes, ao descobrirmos uma menor freqüência de uma preposição com verbos de movimento e transferência (a preposição “a”, por exemplo) na introdução de complementos de lugar, em detrimento de “para” (sua concorrente e variante) lançávamos mão de hipóteses como: a redução fonética da preposição “a”, o nível mais formal dos textos em que aparece, etc. Tudo isso causava-nos uma inquietação no sentido de faltar uma explicação mais aprofundada sobre verdadeira natureza dessa variação⁵. Buscava-se essa natureza, muitas vezes, na morfologia, no visível (redução fonética da

⁴ A referência, neste caso, seria cada atualização do signo pelos ajustamentos que ocorrem no interior da língua e devido à língua.

⁵ Esse termo “variação” é diferentemente abordado pelas duas metodologias citadas. Em Sociolingüística, considera-se variação a alternância entre preposições “concorrentes”, por exemplo, variantes como “a” e “para”. Já na TOPE a “variação” são as próprias famílias parafrásticas.

preposição “a”, por exemplo) ou no social, enfim, faltava um pouco o trabalho com o enunciado em si, o gerador dessa “variação”, aquele que vai operar no sentido do uso de uma ou outra preposição.

A preposição, o tema de nosso trabalho, algumas vezes era interpretada simplesmente como um dado quantitativo, mesmo sendo o “ator” principal, digamos assim, no trabalho. Fazíamos um estudo mais descritivo cuja abordagem social dos fatos lingüísticos é realmente algo interessante e importante, dado ser o homem um elemento social.

Apesar disso, o amadurecimento em uma outra teoria, a TOPE, como vem sendo conhecida a teoria criada pelo estudioso francês Antoine Culioli, levou-nos à busca da natureza dessa variação, de como o enunciado é organizado quando do uso de uma ou de outra preposição, quais são as operações que uma preposição gera em determinado enunciado para ser preferida em detrimento de outra. Tais reflexões vieram a se tornar o foco de nosso presente trabalho, que toma como parâmetro de estudo a preposição “para”. De maneira que já não mais importa se o falante é mulher, homem, se é de uma ou de outra região do país, enfim, importa agora o enunciado que contém tal “preposição”, sua organização, se ele é passível ou não de existir e quais as operações que o levaram a ser construído.

Assim, enxergamos a marca “para” de um centro de perspectiva, a partir do qual se orienta a construção de sentido. A preocupação, portanto, não é apenas com a introdução, articulação e desenvolvimento dos constituintes do enunciado, mas também com a natureza das operações que levam a enunciações reportadas para a enunciação atual ou projetadas para uma outra enunciação, a partir da marca “para”.

Trabalhamos na busca de uma natureza mais profunda, o “processo” de produção e reconhecimento de enunciados emitidos pelo falante/ouvinte numa situação de interação verbal. Tentamos, a partir de um método mais abstrato de análise, remontar em direção à superfície (aos arranjos da linguagem). E, a partir daí, construir regras que só em seguida se dariam como sintático-semânticas no sentido de chegarmos a uma gramática de produção e não a um simples reconhecimento dos arranjos da linguagem.

Nosso estudo supera tais discussões sociais, uma vez que, o que realmente importa é se o enunciado é passível de existir em uma determinada língua e quais as operações que o levaram a cabo, ou seja, ao contrário da Sociolingüística e de grande parte da literatura, não queremos estudar o enunciado pronto, mas as

operações que permitiram que ele se realizasse. Para isso, “desconstruímos” o enunciado, ou, como prefere o professor Antoine Culioli, trabalhamos numa reconstrução parafrástica (que discutiremos mais adiante) para termos acesso à léxis⁶, ou seja, às operações que permitiram a realização do enunciado. Tentamos contribuir para a reflexão sobre o papel das unidades lingüísticas e do contexto no processo de significação, a partir da discussão do tratamento conferido à variação semântica pela TOPE de Antoine Culioli.

Os estudos seccionados (morfologia, sintaxe, fonologia, etc.) enxergam a língua em divisórias enquanto a TOPE procura as operações predicativas e enunciativas que permitiram que se chegasse a tais divisões, o que se justifica pelo fato de a língua ser o social, o morfológico, o semântico, o sintático, enfim, Culioli prefere buscar no enunciado o todo que é a linguagem, que sempre estará em conjunto (não há como separar)⁷.

A estudiosa Maria Helena de Moura Neves (2002) faz uma ressalva sobre o assunto (secção para estudo), tratando a questão do ensino de gramática separado do ensino de redação. Não nos dedicamos à questão do ensino no presente trabalho, mas sabemos ser esta uma questão muito importante e que está ligada ao assunto do qual estamos falando. O estudo seccionado quase sempre não é favorável, tanto na perspectiva da pesquisa teórica, como discutimos acima, quanto na perspectiva do ensino em sala de aula, dado o fato de a língua ser um todo que deve ser estudado em sua totalidade. Vejamos, então, o que diz Moura Neves quando trata do mesmo problema da secção que ora tratamos na perspectiva da pesquisa teórica:

Despreza-se quase totalmente a atividade de reflexão e operação sobre a linguagem, do que resulta uma organização dos trabalhos em compartimentos totalmente apartados: de um lado, *redação e leitura com interpretação* (estruturação/representação/comunicação de experiências, mais interpretação de experiências comunicadas) e, de outro, gramática (conhecimento do quadro de entidades da

⁶ Esquema primitivo de todo ato de linguagem, aquilo que pode vir a ser dito. Confira maiores detalhes sobre esse termo na página 17 do nosso trabalho. As definições de muitos termos presentes em nossa introdução serão apresentadas na seção 1 que é a seção de apresentação dos conceitos fundamentais da TOPE.

⁷ Longe de criticar uma ou outra metodologias, ambas têm a sua importância porque com abordagens diferentes, não nos cabe aqui fazer ponderações a este respeito. Além disso, vemos um ponto convergente muito importante entre elas que é o de, muitas vezes, tentar resolver as falhas contidas na gramática tradicional (GT).

língua, e também, algum conhecimento do que se considera bom uso da língua). (NEVES, 2002, p.238, grifo do autor).

Concordamos com a crítica presente nessa citação pelo fato de nos preocuparmos com as propriedades que conferem uma identidade à marca em estudo, explicando de onde vem a variação por meio de uma atividade reflexiva e metalingüística. Ao recusarmos o estudo seccionado, consideramos que estudar uma marca como “para” não implica trabalhar somente com a sintaxe, mas também com a semântica, com a morfologia, enfim, seccionando esse estudo, estaríamos enxergando tal marca por apenas um viés, o que, conseqüentemente seria uma falha que nos levaria a uma meia verdade.

Dados esses pequenos comentários que são fundamentais na justificativa de nosso trabalho, vamos, então, ao que decidimos estudar com a abordagem culioliana, ainda dentro do assunto das “preposições”.

Fundamentamo-nos, dessa forma, na Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas de Antoine Culioli com o propósito de aprofundarmos os estudos sobre a preposição “para” e demonstrar que ela pode ser analisada como sinal de uma operação de relação que, aplicada a vários fenômenos, pode fornecer valores múltiplos (seu processo de construção referencial). A natureza da marca é instaurar um programa específico pelo qual é estabelecida uma relação entre termos conduzidos à sua apresentação metalingüística por meio das operações de orientação (delimitações).

Dessa maneira, podemos dizer que trabalhamos as variações de uso decorrentes dessas operações de orientação da marca “para” no enunciado, na busca das causas e da natureza da variação⁸ sob o enfoque da TOPE, que foi a teoria que nos possibilitou tal objetivo, já que, ao longo dos estudos lingüísticos tentou-se compreender como se poderia operar a passagem de uma lingüística que se ocupa em descrever e compreender mecanismos a um outro tipo de lingüística, que se ocupe realmente das condições de emprego da língua e, Antoine Culioli, com a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas insere-se nesse contexto considerando a enunciação como um processo de constituição de um enunciado, ou seja, um ato de construção.

⁸ No sentido culioliano do termo, cf. nota 5, pág.13 de nosso trabalho.

Para a construção de sua teoria, fixa alguns princípios acerca da relação língua e linguagem. Propõe que se parta de observações de encadeamentos de superfície (as frases) para fixá-las a um esquema primitivo de constituição (as relações primitivas) e, partindo de um esquema, voltar à superfície para derivar uma ou várias famílias de paráfrases com as conseqüências semânticas que isso supõe, sendo a principal a de que é suscitada uma série de interpretações.

Assim, procura-se, por este viés, construir regras que possibilitem uma “gramática de produção e não de simples reconhecimento de encadeamentos de língua” (LIDDLE, 1995, p. 569).

Dessa forma, o processo de construção do enunciado envolveria três etapas fundamentais: a constituição de uma léxis (a relação primitiva), a relação predicativa e a relação enunciativa.

A léxis, dentro dos pressupostos teóricos da TOPE consiste em um esquema primitivo de todo ato de linguagem sendo que esse esquema possui três lugares: o predicado e dois argumentos. Ela, a léxis, é o que é dizível (aquilo que pode ser dito), anterior à realização por meio de uma proposição.

Não se trata da estrutura clássica sujeito-verbo-objeto, mas, de algo mais amplo que nos permite estabelecer uma relação R que se pode abstrair na forma de uma tripla $\langle x R y \rangle$ sendo x a origem e y o objetivo de R.

Assim, a léxis seria um esquema geral e inicial que permite a relação entre esquemas de funcionamento sintático e os efeitos semânticos da origem da escolha do esquema de léxis (noção de orientação). E, para sabermos a relação entre x, y e R, é preciso atentarmo-nos para suas propriedades (animado e inanimado; determinado e indeterminado, único e múltiplo; interior e exterior; processo e estado, etc.).⁹

Essa noção de relação primitiva profunda pré-lingüística é indispensável para que compreendamos desde enunciados lingüísticos simples até aqueles que abordam relações de causa, de inferência e de concessão.

A validação da referência dependerá do ponto de vista daquele que enuncia em relação ao que ele supõe ser o pensamento ou a posição de seu interlocutor e o que ele visa a construir como sentido, deslocando um certo número de significações anteriores, presentes ou possíveis. É nesse contexto que chegamos às relações

⁹ Usamos um texto de G. Vignaux (1995) como suporte teórico para esta apresentação.

predicativas e enunciativas. As relações predicativas vão ordenar os termos da léxis, uma vez inserido o sujeito enunciador que decidirá qual será o termo de origem a estabelecer uma relação predicativa entre os outros termos. Num segundo momento, temos as relações enunciativas que vão situar tal situação à situação de enunciação (ou seja, o que o sujeito pensa, o que espera que o outro pense).

Em outras palavras, o sujeito enunciador produz o enunciado com o propósito de transmitir alguma coisa a alguém, ou ainda, com o simples propósito de equilibrar suas representações. No momento da produção do enunciado o sujeito enunciador dá forma ao sujeito do enunciado.

Dessa maneira, a relação enunciativa consolida a passagem de um pré-enunciado para um enunciado. Essa consolidação ocorre por meio das operações de determinação, da aplicação das categorias de tempo, de aspecto e das modalidades.

As propriedades marcadas em tantas relações enunciativas só nos são distinguíveis ou relacionáveis pelo fato de elas se prenderem a domínios, uma vez que emprestam tais propriedades da cultura, da experiência de mundo e/ou do senso comum. São esses domínios, chamados nocionais, que vão nos servir de fontes para categorizar os objetos e os fenômenos do mundo. A partir desses domínios chegamos ao conceito de “noção”¹⁰, ou seja, aquilo que permite a criação de um domínio de sentido, de referência e legitima as relações predicativas. E o domínio nocional evocaria a idéia de conteúdo de pensamento, que será sempre norteadada pelo enunciador e todos esses conceitos podem ser acessíveis graças às marcas da linguagem, que podem servir como material de estudo para termos acesso a esse tipo de operação mental.

Nesse sentido, fazemos uma reflexão sobre o uso da preposição “para”¹¹ e seu processo de construção referencial (que suscita várias operações no enunciado) tomando-a como parâmetro no intuito de obter respostas para um contexto mais amplo, o das preposições e as operações que acionam nos enunciados. Tendo por base os pressupostos da TOPE (Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas)

¹⁰ Sistema de representação complexo que estrutura propriedades físico-culturais de natureza cognitiva (noções lexicais, noções gramaticais) a partir da interação entre pessoas, pessoas e objetos, restrições biológicas, atividades técnicas, etc., sendo compreendida através de eventos enunciativos.

¹¹ Utilizamos-nos de um *corpus* composto por jornais do estado de São Paulo para analisarmos (do ponto de vista da TOPE) alguns de seus enunciados que continham a marca “para”. Para mais detalhes sobre o mesmo, confira a seção dedicada à metodologia de nosso trabalho.

e que serão melhor explicitados na seção 1, manipularemos alguns enunciados por meio de glosas epilingüísticas e de paráfrases (metalinguagem), à medida que precisarmos, para explicar nossos interesses neste estudo. Vale ressaltar que a nossa hipótese de que a marca “para” aciona operações, que são muito importantes para a construção do sentido do enunciado, é fortalecida pelo fato de sabermos que se o lingüista conseguir definir as peculiaridades de uma língua individual, ele conseguirá traçar seu modo específico de mobilizar as invariantes, mas, só conseguirá fazer este estudo por meio das marcas, de onde vem nossa argumentação de que o estudo das mesmas é muito importante para se ter acesso às operações de linguagem.

A referência (construção do sentido) se construiria a cada atualização do signo “para” pelos ajustamentos que ocorrem no interior da língua, e devido à língua. E isso, ou seja, a referência é da língua, o sujeito apenas reflete o mecanismo de referenciação sem ser aquele que efetivamente por ele responde.

Dessa forma, analisar-se-ão as funções da referida “preposição” em diferentes contextos e as implicações de seu uso sob o enfoque da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, buscando, assim, contribuir para a elaboração de uma gramática enunciativa da língua portuguesa. Pode-se dizer que a presente reflexão será ancorada em uma teoria da linguagem que concebe o enunciado como um processo de construção de significação, ou seja, de valores referenciais por meio de operações.

A partir dessa concepção, o estudo da preposição “para” e seu processo de construção referencial pode levar à conscientização das várias operações de linguagem às quais não temos acesso imediato, como veremos ao longo de nosso trabalho.

Na primeira seção de nosso estudo apresentamos a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas de Antoine Culioli, cujos pressupostos teóricos foram utilizados ao longo de nosso trabalho, esclarecendo alguns conceitos fundamentais dessa abordagem teórica. Falamos um pouco também da nossa hipótese de trabalho e da articulação entre linguagem e línguas naturais.

Na segunda seção colocamos em questão a maneira pela qual as preposições (em particular “para”) são apresentadas pelas gramáticas tradicionais e discutimos as classificações a que são submetidas pelos gramáticos.

A terceira seção apresenta a maneira pela qual alguns lingüistas (tais como Joaquim Mattoso Câmara, Maria Helena de Moura Neves...) abordam as preposições e, concomitantemente a esta apresentação, fazemos alguns comentários críticos em relação a estes trabalhos tendo em vista nossa formação teórico-metodológica.

Na quarta seção apresentamos a metodologia com qual optamos por trabalhar, além de apresentarmos e justificarmos o *corpus* que utilizamos para análise das operações enunciativas da marca “para”. Também nessa seção, apresentamos uma justificativa de nossa abordagem enunciativa da linguagem.

Terminadas todas as apresentações e justificativas a respeito de nosso trabalho, realizamos, na quinta seção, nossas análises de alguns enunciados com a marca “para”, o que ilustra todas as seções anteriores em que apresentamos a TOPE e seus pressupostos. Trata-se da parte prática de nosso estudo em que mostramos a relevância da marca “para” no enunciado, em que provamos que ela desencadeia operações atribuindo, em T0 (instante da enunciação), a posse de uma característica ao termo X (elemento anterior a “para”), cuja especificação consiste em Y (elemento posterior a “para”). Também é nesta seção que traçamos a importância do extralingüístico ao analisarmos enunciados tais como o enunciado de número 3 (três), localizado à página 81 (oitenta e um) de nosso trabalho, e descrevemos todo o processo de construção referencial em torno da marca.

Em nossas considerações finais concluímos a importância da reflexão sobre as operações da marca “para” e de seu processo de construção referencial.

Considerando-se que nossa proposta foi a de enxergar “para” de um centro de perspectiva a partir do qual se orienta a construção de sentido, com a preocupação voltada para a natureza das operações que levam à enunciação projetada para outra enunciação a partir da marca; concluímos nossa dissertação reiterando as posições teóricas que assumimos e considerando de suma importância o estudo das marcas para se ter acesso às operações da linguagem (invariância) e poder entender um pouco mais a respeito da natureza da variação.

1 A ARTICULAÇÃO LINGUAGEM E LÍNGUAS

Dedicaremos a presente seção a alguns conceitos básicos na Teoria das Operações Enunciativas de Antoine Culioli, metodologia que escolhemos para orientar nosso trabalho em torno da preposição “para”, como já foi mencionado anteriormente.

Nosso propósito é contribuir para a reflexão no que diz respeito ao papel das unidades lingüísticas e também contribuir para o desenvolvimento de análises realizadas no âmbito da TOPE, por meio da observação e discussão do funcionamento da marca “para” na língua portuguesa.

Vale lembrar que nossa perspectiva teórica, dificilmente, encaixar-se-à em algum rótulo, uma vez que não se trata de uma teoria da sintaxe, em específico, nem da semântica, enfim, trata-se de um estudo que busca ir além das categorizações existentes na literatura, no intuito de entender as operações que nos permitem constatar-las (as categorizações) e observar suas falhas. Além disso, a TOPE busca a articulação entre linguagem e línguas naturais (o que a diferencia um pouco das demais teorias), já que acredita haver uma invariância que sustenta todas as variações entre as diferentes línguas.

Lingüistas de todo o mundo têm procurado entender por que existe uma coleção de diferenças e similaridades entre as línguas do mundo. Osu (2003) faz um histórico dessa procura em seu artigo “Semantic Invariance, Locating Process and Alterity: a TOPE-based Analysis of the Verbal Prefix z- in Ikwere” que é bem oportuno neste momento de nosso trabalho. Primeiramente, cita a hipótese de Sapir-Whorf de que a língua determina o modo como percebemos e concebemos o mundo. Ainda de acordo com esta hipótese, cada língua seria um vasto sistema, diferente dos outros, cujas formas e categorias seriam culturalmente ordenadas.

Em segundo lugar, Osu cita a lingüística comparativa que se preocupa em demonstrar que, historicamente, as línguas possuem uma origem comum. Mas não se aprofunda muito (segundo nossa concepção teórica) ao tratar do assunto.

O referido autor lembra também a tipologia lingüística que procura encontrar as propriedades que diferenciam as línguas e demonstrar os limites dentro dos quais tais línguas podem variar.

A TOPE, por sua vez, valoriza e busca, na diversidade de línguas naturais, a atividade de linguagem. Para Culioli, existem propriedades invariantes (operações elementares) que sustentam a diversidade de estruturas, realizações e categorizações das línguas do mundo (atividades de linguagem), de maneira que elas compartilham características comuns. Assim, ele propõe encontrar homogeneidade por meio do que parece heterogeneidade, uma vez que as diferentes línguas farão uso destas operações comuns de modo específico ao combiná-las e fazê-las interagir nos enunciados. Se o lingüista conseguir definir as peculiaridades de uma língua individual, conseguirá traçar seu modo específico de mobilizar as invariantes e, conseqüentemente, esboçar o que ela tem em comum com as outras línguas.

É por este e por outros fatores que optamos pela abordagem culioliana em nosso estudo, pelo fato de ser uma teoria completa, a nosso ver, e coerente em seus objetivos e apontamentos como veremos nos parágrafos seguintes.

Culioli considera a linguagem uma atividade de produção e reconhecimento de formas como traços de operações simultâneas de representação, referenciação e regulação, o que se resume a uma reconstrução de enunciados¹². E o processo de construção desses enunciados é a própria enunciação.

Levando-se em conta que a preocupação de Culioli é explicar exatamente esse processo de construção de enunciados, que é a enunciação, faremos um breve histórico do emprego da palavra “enonciation”¹³ do francês.

Benveniste é um dos primeiros, talvez o primeiro estudioso a empregar regularmente a palavra [énonciation], mas o fundador do “princípio enuciativista” foi o professor francês Antoine Culioli, que considera que “*le linguiste produite des observations (des énoncés) et travaille sur des valuations: c’est la même chose; c’est différent; c’est la même chose à telle modulation près; c’est acceptable; c’est inacceptable*”¹⁴.

¹² Para Culioli, o “enunciado” é um agenciamento de marcas, as quais são traços de operações, ou seja, é a materialização dos fenômenos mentais aos quais nós não temos acesso. É por isso que Culioli propõe a representação desses fenômenos por meio da metalinguagem.

¹³ Vale ressaltar que a presente seção é baseada fundamentalmente no livro *Variations sur la linguistique*, um livro de entrevistas feitas com professor Culioli a respeito de sua teoria. Optamos por este livro, principalmente, pelo seu caráter de apresentação da teoria das operações predicativas e enuciativas, apesar disso, nosso capítulo não se resume à leitura dele apenas, utilizamo-nos de outras leituras e das próprias aulas da professora doutora Letícia Marcondes Rezende na pós-graduação.

¹⁴ CULIOLI, 2000, p.23.

Percebemos assim, que Culioli trabalha com enunciados, e não com palavras, que são unidos de maneira a formar uma corrente de pares mínimos cuja reunião resultaria na reformulação de um problema. Ou seja, quando falamos ou escrevemos, temos um processo de organização parafrástica, ambigüização e desambigüização. Diz-se assim pelo fato de termos no processo de produção e reconhecimento do enunciado, um trabalho parafrástico, ou seja, um trabalho em que:

(1) *Et pourtant, elle tourne...*¹⁵

(2) *Pourtant, elle tourne...*

1 e 2 constituem um par mínimo, mas que são expressos diferentemente, o que permite que outros enunciados se desdobrem dos mesmos.

O homem das rupturas, como é apontado Culioli por Michel Viel (que faz o prefácio do livro citado na nota 13 de rodapé) consagra-se em 1968 com o artigo “A formalização em lingüística”, sempre enfatizando que a tarefa do lingüista é dupla: pesquisar e descobrir fenômenos (fatos) e, é claro, explicá-los.

Assim, devemos fazer manipulações para chegar aos enunciados e, mesmo que cheguemos a seqüências impossíveis, isso será de grande importância para nosso estudo. Trata-se de um trabalho que pode tanto ser feito intra-língua como com outras línguas, uma vez que nessa teoria, procura-se uma forma mais abstrata que estaria subjacente às várias línguas, ao francês, ao italiano, ao português, entre outras.

Mattoso Câmara (1985, p.7) faz uma afirmação interessante para ser citada neste momento no que tange à invariância citada acima: “Nestas condições, a língua fica sendo, como unidade, uma estrutura ideal, que apresenta em si os traços básicos comuns a todas as suas variedades. É a invariante abstrata e virtual, sobreposta a um mosaico de variantes concretas e atuais” (CAMARA JUNIOR, 1985, p.7). Só que no lugar em que Mattoso Câmara diz “língua” acharíamos melhor o termo “linguagem” tendo em vista nossa orientação teórico-metodológica.

Para o professor Culioli, o ponto de referência central de análise do enunciado é sempre o falante, de maneira que o contexto puramente gramatical da sentença dá

¹⁵ CULIOLI, 2002, p.10

lugar à subjetividade da linguagem. Apesar disso, distingue claramente aquilo que seria o domínio psicológico do domínio lingüístico quando do trabalho com o enunciado como um todo. Depreende-se, assim, que linguagem, sob esta ótica, é um trabalho constante de representação que é seguido de um processo de referenciação da mesma. E essa atividade de representação ocorre entre o “eu” e o “outro” podendo ser esse outro o mesmo “eu”. Ou seja, o indivíduo regulando e equilibrando suas representações, o que leva a um questionamento da linguagem enquanto uma forma de comunicação, uma vez que o indivíduo é emissor e receptor ao mesmo tempo, fazendo da fala não uma comunicação, mas uma ação que desencadeia vários processos.

Também dentro dos pressupostos da TOPE, o que chama a atenção é a visão do significado e da sintaxe como inseparáveis numa variedade de linguagem. Ou seja, o texto é um arranjo léxico-gramatical em que devemos encontrar o sujeito sócio-psicológico, e enxergar a língua como uma questão de auto-organização do ser - humano. A teoria culioliana é uma teoria que propõe que se observem valores semântico-discursivos veiculados por marcas de diferentes ordens (entoacional, lexical, morfológica, etc.) geradas na relação léxico-gramatical.

Utilizando-se com sucesso esses pressupostos, poderíamos dizer que, nosso estudo acerca das operações que regem o uso da marca “para” viria a ajudar a aumentar a sabedoria sobre linguagem, sobre a interface e as relações entre cognição e representação. Chegaríamos a isso ao manipularmos textos para produzir enunciados impossíveis comparando-os com os possíveis na tentativa de descobrir a origem de suas incongruências, mostrando a invariância que constitui a família parafrástica.

Nosso trabalho mostra-se relevante ao notarmos que Culioli (1984) considera que o objeto da lingüística é a linguagem apreendida através da diversidade e dos registros das línguas naturais:

Do we have the right to use phenomena found in different languages as elements of a class of phenomena which I call a “problem” or are these phenomena unpredictable? This question does not have any serious practical repercussions, however, because in general, as a first step, observation is followed by a formalizing of what is generalizable; then we return to our observations that become progressively more refined until we are dealing with the specific. (p.16).

Considerando-se tal pensamento de Culioli apresentado na citação acima, trabalhamos com o intuito de contribuir para uma gramática generalizável da linguagem, no que diz respeito a certas propriedades gerais que deduzem a necessidade de certas operações. Não discutimos que existam diferenças entre as várias línguas naturais, mas acreditamos que essas diferenças, por meio de um olhar mais profundo têm propriedades comuns, uma espécie de mecanismo de base “*et ce que le linguiste va chercher à voir, c’est ce qui permet à tout cela de fonctionner.*” (CULIOLI, 2002, p.28).

O excerto abaixo fortalece a importância de nosso trabalho com a marca “para” na busca das operações mentais às quais não temos acesso senão por meio das marcas que nada mais são do que a materialização desses fenômenos:

L’énoncé, c’est un agencement de marqueurs, qui sont eux-mêmes la trace d’opérations, c’est-à-dire que c’est la matérialisation de phénomènes mentaux auxquels nous n’avons pas accès, et dont nous ne pouvons, nous linguistes, que donner une représentation métalinguistique, c’est-à-dire abstraite. (CULIOLI, 2002, p.27).

Culioli admite que dentro das línguas existem “configurações” de marcadores que são profundamente diferentes e justifica que é através da diversidade das línguas e também dos textos que encontraremos a invariância da linguagem.

Em suma, nosso estudo abrange questões eminentemente filosóficas, tais como: qual o objeto da lingüística (articulação entre linguagem e línguas) e como tratar a relação entre a materialidade do texto e a imaterialidade da atividade significativa dos sujeitos.

Assim, partimos, com Culioli, da hipótese de que há uma atividade mental que se regula sem que nós tenhamos consciência. A materialidade do texto é o traço dessa atividade mental, das operações, ou seja, nele vai se construir uma sorte de traço metalingüístico que nos permite remeter a essas operações.

A citação abaixo reforça a importância desse estudo da linguagem e seus princípios e, conseqüentemente, das operações mentais citadas acima:

Todo falante, independentemente da modalidade de linguagem de que se sirva, possui uma gramática interna ou, pelo menos, a interioriza já em tenra idade, a partir de suas próprias experiências lingüísticas (...) Saber gramática não depende, pois, em princípio, da

escolarização ou de quaisquer processos de aprendizado sistemático, mas da ativação e amadurecimento progressivo (ou da construção progressiva), na própria atividade lingüística, de hipóteses sobre o que seja a linguagem e de seus princípios e regras. (FRANCHI, 1991, p.54).

Em virtude do conteúdo presente na citação acima, na próxima seção trataremos algumas abordagens de diferentes autores da gramática tradicional sobre a preposição “para”, no sentido de mostrar algumas falhas que o não “enxergar” a invariância que constitui a linguagem pode causar. Além de mostrar como um olhar sistematizador da língua e/ou um olhar seccionado aos fenômenos de língua podem ser prejudiciais ao entendimento do que realmente é a linguagem e como funciona.

Antes de passarmos para esta próxima seção vamos apenas resumir alguns conceitos e definições básicos de termos da TOPE, que usaremos durante todo nosso trabalho, com o intuito de facilitar e agilizar o entendimento.

1.1 A Teoria Culioliana: definições

Como dissemos inicialmente, para Culioli, a linguagem é um trabalho constante de representação que é seguido de um processo de referenciação da mesma. E essa atividade de representação ocorre entre o “eu” e o “outro” o que leva a um processo de regulação e equilibração.

Vejamos, então, em que consistem esses e mais outros processos e definições que estão envolvidos com esta definição que temos de linguagem e que aparecem em nosso trabalho:

1.1.1 Atividade de representação

A atividade de representação, individual e psicológica, considera, além da manifestação verbalizada da linguagem, outros domínios que não são estritamente lingüísticos. O processo de representação é uma constante na produção e no reconhecimento das formas, não sendo imutável, e sendo ativado a todo momento, da mesma maneira o são o de referenciação e o de regulação.

1.1.2 Atividade de referenciação

A referenciação é uma relação entre um elemento x, do domínio lingüístico e um elemento y, do domínio extralingüístico; esses elementos não se correspondem termo a termo e as relações por eles construídas não são fixas nem imutáveis. Temos assim, que quando um termo x é construído num sistema de referência, recebe um valor referencial ou, a determinação de uma propriedade.

É interessante atentarmo-nos para o fato de que o universo lingüístico, apesar de estar em constante movimento (em princípio inacessível e incontrollável), apresenta uma grande coerência interna permitindo as variações, as deformações e as diferenças, sem parecer desconexo ou incoerente. Quando se produz um enunciado qualquer, temos uma relação predicativa que só terá um “valor” (se assim podemos falar), quando inserida numa situação enunciativa.

1.1.3 Atividade de regulação

A atividade de regulação consiste em uma tentativa de adequação do discurso por parte do enunciador dependendo do seu ouvinte ou leitor. A regulação é também a operação que permite aos indivíduos produzir e reconhecer formas por meio de sinais dessas operações que são os próprios enunciados.

1.1.4 Enunciado

Antoine Culioli define a lingüística como a ciência cujo objetivo é compreender a linguagem através da diversidade de línguas naturais. Essa definição já é um direcionamento teórico e metodológico, uma vez que aponta para um ponto comum (a linguagem) que se manifesta de formas diversas (as línguas naturais). Este estudioso interessa-se por estudar o processo, a atividade de linguagem e as línguas e, para estudar essa relação, propõe que o material a ser estudado seja o enunciado.

A saber, um enunciado bem formado, do ponto de vista de Culioli, seria aquele que indica-nos não estarmos diante de formas quaisquer (existindo regras de boa formação), mas, estarmos diante de formas que remetem a operações mentais. A construção de um enunciado lingüístico resulta de operações enunciativas

realizadas pelos enunciadores conforme a situação lingüística em que estão inseridos. A partir de um esquema comum – léxis – realizam-se operações nos níveis predicativo e enunciativo que resultam no enunciado lingüístico. Essas operações sustentam os enunciados podendo ser recuperadas a partir de suas marcas. Ou seja, um enunciado poderia ser definido como uma unidade que representa uma realidade construída, e que pode vir a ser enunciada por um enunciador qualquer.

Um exemplo do próprio Culioli é:

(3) Le chat mange des gâteaux

O estudioso alega ser este um exemplo de uma frase bem formada, mas que, para a transformarmos num enunciado bem formado, precisaríamos de uma marca, por exemplo, uma marca de localização:

(3a) Maman! Il y a le chat (qui) mange des gâteaux.

1.1.5 Categorização zero

Culioli não considera a língua como um código que pode ser decodificado sempre com êxito. Na verdade, as distâncias no tempo e no espaço existentes entre as línguas são da mesma natureza do que aquelas existentes entre os interlocutores de mesma língua materna ou no interior de um mesmo sujeito. De acordo com Rezende (o que, de certa forma, justifica nosso trabalho com glosas epilingüísticas):

A variação lingüística é o próprio movimento da linguagem. A diferença/variação individual entre os interlocutores, que é a condição indispensável para o ato de fala básico, é a mesma diferença/variação, em escala mais ampla, das variações dialetais dentro de uma mesma língua e é a mesma diferença/variação que gera as diferentes línguas. (1989, p. 148).

Essa citação mostra que seria falso falar em variação como consequência das classes sociais, de diferentes papéis-funções dentro da sociedade, de diferenças de

idade, uma vez que estas variações estariam, segundo Rezende (1989), embutidas numa “variação mais ampla” colocada como princípio.

Ao deixar de lado as abordagens tradicionais que se utilizam do léxico e da gramática pré-definidos, nosso trabalho buscou explicar o processo de construção ou desconstrução de categorias. Culioli propõe que existe um estado zero de categorização para explicar o mesmo processo, este estado zero é definido na enunciação pela modalidade, pelo aspecto, pela determinação e pela diátese. Essas marcas enunciativas permitiriam a desambigüização dos enunciados em famílias parafrásticas.

Numa situação real de enunciação, os termos de uma língua mudam de função a todo momento, o que, em princípio era um verbo passa a ser um nome, o que era definido passa a ser indefinido, enfim, torna-se impossível uma classificação feita antes da materialização das formas. Por isso Culioli propõe que processos gramaticais gerais são formalizados pelas diferentes línguas por marcas diversas. De maneira que, se partirmos de um grau zero para procurar os elementos ou marcas, que representam essas operações enunciativas gerais em línguas diversas, teremos facilidade em entender o funcionamento das unidades da língua.

1.1.6 Categorias gramaticais

Só podemos definir tais etiquetas (categorias prontas) no interior de uma situação enunciativa, ou seja, após a construção ou interpretação das operações envolvidas em cada produção de enunciado. Essas categorias têm a ver com a determinação, com a diátese, com a modalidade e com o aspecto.

a) Determinação

As operações de determinação (extração, flechagem, varredura, localização) são resultados de operações de quantificação e qualificação possibilitadas pelas características da noção.

b) Modalidade

Antoine Culioli distingue quatro tipos de modalidades. As modalidades 1 são as da asserção (afirmação ou negação), as da interrogação e as da ênfase. Elas permitem colocar uma fórmula (seja ela afirmativa ou negativa) como validável, isto é, referenciável.

As modalidades 2 são as do necessário ou as do possível, até as da certeza. Podemos dizer que, juntando os dois casos 1 e 2 teremos uma enunciação sobre julgamentos universais (é necessário que...) ou sobre julgamentos localizados (é provável que em certas circunstâncias...).

As modalidades 3 constituem a dimensão apreciativa centrando o sujeito enunciador. E assim, por meio dessas modalidades, vão se construir nas línguas todas as distâncias e as avaliações não assumidas pelo enunciador e também todos os julgamentos auto-centrados.

Da combinatória das modalidades podemos: construir uma certa representação das coisas e estabelecer uma relação intersujeitos, considerando discursos anteriores ou projeções de discursos.

c) Aspecto

Quando da interação verbal, precisamos modular nossos domínios de referência no tempo e no espaço, sendo esse o papel das operações aspectuais, mais especificamente, o aspecto é construído por uma trajetória desde um momento origem até um momento esperado ou atingido.

As operações aspectuais são as operações de determinação de um predicado. Modulam no tempo e no espaço os jogos de relação entre enunciador e co-enunciador, para que eles possam construir ou reconstruir os domínios de referência.

d) Diátese

A diátese é o “estabelecer” de uma ordenação entre duas noções que estão em relação. As categorias da determinação não são rígidas e podem ser marcadas por diversos elementos na relação enunciativa. Às vezes é impossível traçar lingüisticamente os domínios aspectual, modal, da determinação ou da diátese, uma

vez que os limites entre eles são sutis. Assim, Culioli chama a atenção para a complexa integração existente entre léxico e gramática alegando que só é possível trabalhar as línguas com um conceito bem definido de linguagem e prestando muita atenção na certa indistinção destes dois domínios.

1.1.7 Noção

Vejam os seguintes excertos que descrevem a “noção” segundo Antoine Culioli:

Complex representational systems of physico-cultural properties, that is to say, properties of objects resulting from manipulations necessarily a part of the cultures, and from this point of view, examining notions inevitably speaking of problems of the province of disciplines that cannot be reduced solely to linguistics. (CULIOLI, 1981, p. 50 apud LIDDLE, 1995, p. 34).

A noção é um sistema de representação, que pode definir-se na medida em que permita a criação de um domínio de sentido. O sistema de representação nocional apresenta três domínios: o domínio lexical, o domínio gramatical e o domínio do conteúdo do pensamento.

1.1.8 Relação enunciativa

A Relação Enunciativa traz as marcas de modalidade, aspecto, determinação e diátese, que já foram apresentadas.

A partir da manipulação dos enunciados, o lingüista pode construir uma representação formal capaz de observar a relação constante que se dá entre a atividade de linguagem e as línguas.

De acordo com Culioli, existiriam três níveis de estudo: o primeiro nível, caracterizando-se pela capacidade inata que o ser humano possui de construir representações mentais da realidade (atividade epilingüística) consistindo em um nível pré-consciente ao qual o lingüista somente tem acesso por meio de formação técnica e protocolos experimentais (glosas, paráfrases). O segundo nível sendo o lingüístico (representações textuais, dos textos orais ou escritos...). E por fim, temos

o terceiro nível que é o metalingüístico, referente às manipulações feitas pelo lingüista (atividade epilingüística consciente).

1.1.9 Domínio nocional

As noções são captadas pelas palavras, sendo que estas são representantes das ocorrências abstratas da noção. A noção é uma entidade invisível passível de ser apreendida através das palavras. Ou seja, a noção é construída pelo indivíduo por meio de suas ocorrências fenomenológicas e abstratas. Assim, o sujeito, partindo de sua experiência, chega a uma ocorrência privilegiada e continuará construindo novas ocorrências, o que faz com que as palavras evoluam em sua significação. As ocorrências abstratas vão circular em torno dessa noção, constituindo, então, o domínio nocional que envolve cada noção.

O domínio nocional envolve a idéia de conteúdo de pensamento, por um lado, reunindo objetos de conhecimento e, por outro, colocando-os em relação para representar uma certa relação entre eles.

Sistematizando tudo o que foi dito acima, podemos dizer que a linguagem, uma atividade simbólica significativa, só é acessível por meio de seqüências de textos, isto é, através de conjuntos de marcas que são traços de operações subjacentes. Assim, o objeto da lingüística, segundo Culioli, não seria construir uma gramática universal, mas, reconstruir, por meio de um processo teórico e formal, as noções primitivas, operações elementares, regras e esquemas que geram categorias gramaticais e padrões específicos para cada língua. Em resumo, o objetivo seria o de encontrar as invariantes que fundamentam e regulam a atividade da linguagem, em toda a sua riqueza e complexidade.

Na tentativa de estabelecer ligações, caberia ao leitor buscar certos elementos, certos índices (ou marcas) que o escritor colocou no texto e que conduzem ao sentido. Assim, considera-se o texto como uma estrutura operacional e a ligação leitor-texto, como uma relação dinâmica.

Paralelamente a essa atividade, ocorre um refinamento do sentido por parte do leitor, quando ele vai-se familiarizando progressivamente com a estrutura do sistema lingüístico em questão, isto é, integrando os dados que recolhe, ou seja, as

marcas textuais (léxico e gramática) e as seqüências de paráfrases que elabora. Dessa forma, o leitor vai remodelando os dados processados anteriormente em razão dos novos dados que entram. A partir de uma noção, como “cat”, por exemplo, que não pertence à lingüística, mas ao domínio das representações, constrói-se um domínio nocional que vai permitir efetuar as operações de quantificação e de qualificação; de outro lado, poderemos distinguir aquilo que é “cat” (interior do domínio), aquilo que não é “cat” (o exterior) e aquilo que não é exatamente um gato (fronteira) – operações de qualificação.

Quando afirmamos que o enunciador assume o seu enunciado, queremos dizer que todo enunciador serve-se de marcas gramaticais (marcas de tempo, de aspecto, de modalidade ou de determinação do nome) para exprimir:

1. como ele se situa em relação aquilo que ele diz (pode-se exprimir isso em termos de ponto de vista);
2. como ele se situa em relação aquele a quem se dirige (pode-se definir isso em termos das relações entre os sujeitos ou relações intersubjetivas).

Temos então, que, os elementos essenciais, sem os quais não há enunciação - os sujeitos enunciadore (enunciador e co-enunciador) e a situação de enunciação a qual eles pertencem - provêm de uma acomodação intersubjetiva e o diálogo constitui, portanto, a dimensão fundamental da comunicação.

No que tange ao aprendizado de línguas, não se pode chegar ao sentido de um enunciado, se o aprendiz não for conduzido, por meio de exercícios apropriados, a perceber o processo de produção refletido nas marcas da língua-alvo. É imprescindível levar em conta o contexto, conhecer as operações enunciativas efetuadas por um sujeito em um momento determinado.

Dadas essas definições a respeito dos conceitos básicos da TOPE que utilizamos em nosso trabalho, vamos agora voltar ao nosso tema (a marca “para”) e ver como é tratada na gramática tradicional, conteúdo da nossa segunda seção.

2 AS PREPOSIÇÕES NA GRAMÁTICA TRADICIONAL

Nesta seção pretendemos estimular a reflexão em torno do papel das “preposições” na língua, colocando em questão a maneira pela qual são apresentadas pelas gramáticas tradicionais e, num segundo momento, como são compreendidas pelos estudantes.

Iniciaremos a presente seção com algumas observações acerca da marca “para” que é encontrada nas gramáticas nas seções destinadas ao estudo das preposições essenciais ou ainda “simples”, e também nas seções sobre “período subordinado” que quando combinado com a marca “que” formam a chamada “conjunção subordinativa”. De uma maneira geral, as gramáticas abordam a preposição a partir do estabelecimento de um quadro classificatório estático e fechado na definição da noção de preposição, assim como as demais noções lingüísticas. Assim, elas tentam encaixar, nesse quadro, todas as ocorrências lingüísticas, de maneira que, as que não se encaixarem nesse modelo são tratadas como exceções.

Vale ressaltar que, por vezes, os gramáticos citados abaixo fazem algumas colocações sobre a marca que se aproximam daquelas apontadas em nosso trabalho. Mas o percurso que fazem para abordar tais questões é totalmente contrário ao nosso. Eles partem do que é geral e listam as particularidades sem explicá-las, partem do produto lingüístico. Já a TOPE parte das particularidades (produto lingüístico) para chegar à produção lingüística, ou seja, às generalidades.

Voltamos, num primeiro momento, nossa atenção para o tratamento que é dado a essas partículas em algumas das mais conhecidas gramáticas normativas da língua portuguesa. A primeira delas é a Moderna Gramática Portuguesa de Evanildo Bechara:

2.1 Moderna Gramática Portuguesa (2001) de Evanildo Bechara

Nesta gramática encontramos a seguinte definição para “preposição”:

Chama-se preposição a uma unidade lingüística desprovida de independência – isto é, não aparece sozinha no discurso, salvo por hipertaxe – e, em geral, átona, que se junta a substantivos, adjetivos, verbos e advérbios para marcar as relações gramaticais

que elas desempenham no discurso, quer nos grupos unitários nominais, quer nas orações. Não exerce nenhum outro tipo de papel que não seja ser índice de função gramatical do termo que ela introduz. (BECHARA, 2001, p.296)

Exemplo: *Homem de coragem # (diferente de) o homem e a coragem*

Segundo Bechara (2001), neste exemplo, a preposição “de” vai permitir que o substantivo “coragem” exerça o papel de “adjunto adnominal” do substantivo “homem” – função normalmente desempenhada por adjetivo. Ainda encontramos em Bechara (2001) que a preposição exerce “servidão gramatical”, sendo um simples índice de função sintática, sem correspondência com uma noção ou categoria gramatical, ou seja, um simples “transpositor”. Discordamos desta idéia, uma vez que a preposição não pode exercer um papel de servidão se ela aciona um conjunto operações e, conseqüentemente, relações, para que o enunciado se construa. Isso ficará melhor explicado mais adiante em nossa seção de análises dos enunciados situada à página 73 (setenta e três) de nosso trabalho. Continuemos a ver o que Bechara (2001) tece a respeito da preposição “para”.

2.1.1 A preposição “para”

Segundo Bechara, a preposição “para” denota:

a) a pessoa ou coisa em proveito ou prejuízo de quem uma ação é praticada (objeto direto, complemento relativo ou complemento nominal):

(1) *A preguiça nos maus é salutar para os bons* [MM].

b) A pessoa a que se atribui uma opinião (dativo livre):

(2) *O pedir para quem não tem vergonha é menos penoso que trabalhar* [MM].

c) fim, destinação:

(3) *A filha deu-me recomendações para Capitu e para minha mãe.* [MA apud SS.1, 509, b].

d) fim:

(4) *O ambicioso, para ser muito, afeta algumas vezes não valer nada* [MM].

e) termo de movimento, direção para um lugar com a idéia acessória de demora ou destino:

(5) *Foi para a Europa*

Denota apenas “o lugar onde” em construção do tipo: *Ele está agora para o norte.*

f) tempo a que se destina um objeto ou ação, ou para quando alguma coisa se reserva:

(6) *Vou aí para as seis horas.*

Sabemos que Antoine Culioli é contra essa formação de listas e de classificações, uma vez que o que importa para a TOPE é a compreensão da natureza das operações enunciativas. Além disso, muitas vezes, essas listas aparecem incompletas do ponto de vista das operações que a marca pode causar no enunciado.

Um fato bastante importante a ser ressaltado neste momento é o de que todas as unidades são “dependentes” na tese da indeterminação da linguagem, o que torna irrelevante uma citação na gramática sobre a dependência da “preposição”.

Daremos prosseguimento ao nosso trabalho, analisando, agora a *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa* de Domingos Paschoal Cegalla:

2.2. Novíssima Gramática da Língua Portuguesa de Domingos Paschoal Cegalla

Cegalla (1978) não tem opinião muito diferente de Bechara, embora sua definição seja mais simplificada. Assim, de acordo com ele (1978):

“Preposição é uma palavra invariável que liga um termo dependente a um termo principal ou subordinante, estabelecendo entre ambos relações de posse, modo, lugar, causa, fim, etc.” (CEGALLA, 1978, p.175)

O autor sintetiza o assunto “preposições” da seguinte maneira:

- 1) As preposições são conectivos subordinativos.
- 2) Antepõem-se a termos dependentes (objetos indiretos, complementos nominais, adjuntos, etc.) e a orações subordinadas.
- 3) Estabelecem entre os termos as mais diversas relações.

E, ainda na seção “preposições” encontramos um exemplo de uso da preposição “para” nas orações subordinadas adverbiais finais:

(7) O futuro se nos oculta para que nós o imaginemos

Podemos perceber até o momento que a gramática normativa “lista” as funções e as formas de aparecimento das preposições nos enunciados como “uma receita” que deve ser seguida e, se a preposição aparece em um contexto diferente do listado, não a considera como tal, porque não faz parte das funções que foram listadas na gramática. O nosso objetivo com esta discussão é mostrar o quão importante seria entender os mecanismos e operações que levam a caracterizar uma preposição como tal, ou seja, é como se não se precisasse decorar uma “receita de bolo de chocolate”, por exemplo, mas sim, aprender a fazê-lo de forma a poder variar no sabor. A grosso modo, saber que o “chocolate” pode ser usado em outros contextos que não apenas o do “bolo”.

Podemos citar, oportunamente, um exemplo ocorrido em uma aula de francês quando a professora ensinava aos alunos o uso dos pronomes complementos em francês. Em um dado momento da aula, em que os alunos começaram a reclamar da dificuldade em aprender tantas regras, a professora disse: “Se soubermos o mecanismo de como é o objeto direto no português fica mais fácil saber no francês, mesmo a regência sendo diferente do português, porque aprendemos o mecanismo” (citação verbal) ¹⁶.

¹⁶ Palavras da professora doutora Ana Luiza Camarini em aula para o 2º (segundo) ano do curso de Letras/Noturno (da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara) no dia 15 de maio de 2007.

As palavras da citação reforçam nossa observação e crítica à GT, uma vez que o que precisamos saber é o mecanismo, o “como” se chegou a tal operação e não apenas decorar os contextos de uso. Trata-se de um aprendizado mais completo e até mais compreensível.

Vejamos o que Celso Cunha traz a respeito das preposições:

2.3. Gramática do Português Contemporâneo de Celso Cunha

Celso Cunha (1970) também afirma que as preposições são descritas como palavras invariáveis que relacionam dois termos de uma oração, de tal modo que o sentido do primeiro “antecedente” é explicado ou completado pelo segundo “conseqüente”.

E, assim como Bechara, faz algumas colocações adicionais:

2.3.1 Conteúdo significativo e função relacional

Para Celso Cunha, a maior ou menor intensidade significativa da preposição depende do tipo de relação sintática por ela estabelecida sendo essa relação fixa, necessária ou livre. Mais adiante em nosso estudo, perceberemos que, na verdade, não é a “preposição” que depende da sintaxe, o que ocorre é uma interdependência entre ambas, uma vez que a “preposição” aciona operações muito valorizadas pela TOPE.

Voltando a Celso Cunha, as relações são ditas fixas quando o uso associa de tal forma as preposições a determinadas palavras (ou grupo de palavras), de maneira que esses elementos não se desvinculam, constituindo um todo significativo. Segundo ele, nestes casos, a primitiva função relacional das preposições e o sentido mesmo delas se esvaziam, vindo a preponderar tanto na organização da frase como no valor significativo do conjunto léxico resultante da gramaticalização da relação sintática preposicional, como podemos perceber em “Rio de Janeiro”.

Nas relações necessárias as preposições relacionam ao termo principal um conseqüente sintaticamente necessário: “pertence a Deus” = verbo + OI

Nesses casos, ainda segundo Celso Cunha, intensifica-se a função relacional das preposições com o prejuízo de seu conteúdo significativo, reduzido aos traços característicos mínimos. Neste aspecto discordamos de Cunha, uma vez que é exatamente nesta relação que ficará mais evidente o papel da “preposição”, as operações que ela aciona e, conseqüentemente, o seu conteúdo significativo.

Por último, temos as relações que Celso Cunha chama de “livres”, em que a presença da “preposição” (não necessária, do ponto de vista sintático) acrescenta às relações que estabelece a idéia que possui, assumindo a plenitude de seu conteúdo significativo. Ex:

(8) *Encontrar com um amigo.*

(9) *Encontrar um amigo.*

A preposição “para”, segundo Cunha (1970):

1. Movimento: tendência para um limite;
 2. Situação: finalidade, direção, intenção, referência, perspectiva:
- No espaço: Subiam para o azul os gritos da criançada.
- No tempo: Caindo o Sol, a costureira dobrou a costura, para o dia seguinte...
- Na noção: não estava para aquelas folias até tão tarde, disse ela...

Resta-nos dizer, ainda, que outros autores da gramática tradicional também foram consultados para a realização de nossa pesquisa, mas, aparentemente, o tratamento dado às preposições é quase sempre o mesmo.

Vejamos agora o que alguns estudiosos da lingüística tecem a respeito das “preposições”. Consideramos importante a exposição da pesquisa lingüística, uma vez que precisamos conhecer todos os pontos de vista relacionados ao nosso assunto de trabalho.

3 A PESQUISA LINGÜÍSTICA

Nesta seção fazemos uma exposição das abordagens de alguns lingüistas que refletiram a respeito do assunto “preposições”, no sentido de situar nosso trabalho entre tantos outros e estabelecer algumas comparações com outros estudos.

A leitura de todos os trabalhos, que são apresentados nessa seção, foi muito importante e ajudou muito na produção de nosso estudo.

Começaremos a fazer alguns comentários a respeito de um texto de Mattoso Câmara (1985):

3.1 O sistema português de preposições

Mattoso Câmara (1985) ao tratar do assunto “preposições” afirma que um traço característico da tipologia das línguas românicas, em face do latim, é o desenvolvimento de um sistema de preposições para estabelecer relações de subordinação entre os constituintes de uma oração. Mattoso lembra ainda que o latim já possuía um princípio desse sistema, a fim de subordinar certos complementos ao verbo respectivo:

O nome complemento vinha no caso acusativo ou ablativo, já indicadores da subordinação ao verbo, mas a partícula adverbial que se lhe antepunha, e por isso se chamava <preposição> na terminologia gramatical, insistia no elo subordinativo e delimitava melhor as condições da dependência. (CAMARA JUNIOR, 1985, p.175).

Posteriormente, com a eliminação da flexão casual, a marca da subordinação sobre o verbo recaiu exclusivamente na preposição.

Segundo Mattoso Câmara, o que mais caracteriza a estrutura românica é a utilização da preposição para a relação nominal, isto é, a subordinação de um substantivo a outro.

O latim marcava essa subordinação pela flexão de genitivo no substantivo subordinado. Na mudança, fica para a preposição “de” a indicação do elo subordinativo.

(1) *Historia est vita memoriae.*

(2) *A história é (a) vida d(a) memória.*

Câmara ressalta que “[...] o pequeno grupo das preposições essenciais portuguesas, todas de proveniência latina, opera em dois sentidos, e, na base de sua aplicação locativa, cada partícula desenvolve um conjunto de noções abstratas, complexo e sutil” (CAMARA JUNIOR, 1985, p.177).

A preposição “para”, por exemplo, (português arcaico *pera*) surgiu de uma aglutinação de *per* (percurso) e *ad* (direção) processada no latim vulgar imperial. E, de início, marcava um percurso com direção definida e, em português, torna a indicação de direção mais complexa, inclusive com noções complementares de “chegada” e “permanência”.

Ex: Ir a Araraquara. (não-permanência)

Ir para Araraquara. (permanência).

O uso da preposição “a” teria sido limitado pelo advento de “para”, de criação românica¹⁷.

Segundo Mattoso Câmara (1985), a eliminação dos casos nominais latinos, em romance, deu ao uso das preposições uma relevância fundamental como mecanismo sintático, uma vez que, em português, é a preposição que subordina um substantivo a outro, na “regência nominal” (função que cabe à preposição “de”) e um complemento ao verbo na chamada “regência verbal” (a, para, em, de, por, com); preposições essas que subordinam os complementos (exceto objetos diretos e circunstâncias de tempo ou de expressão de “instrumento”) que os acompanham.

Tal afirmação de Mattoso incomoda-nos um pouco por falar sobre categorias. Além disso, quando afirma que a preposição “de” tem a função de excelência na regência nominal, vemos que em nosso próprio trabalho não é bem assim.

Atentemo-nos para o nosso enunciado de número 3 (três), (que encontra-se na seção “Leitura dos enunciados” situada à página 81 (oitenta e um) de nosso trabalho):

¹⁷ Cf. GONÇALVES, 2004, 2005.

(3) *Uma ponte para a fantasia: conheça um reino distante do mundo real.*

Como se pode observar no enunciado acima, não é a preposição “de” que está realizando a regência nominal; tampouco enxergamos a relação que a marca causa entre um termo e outro como uma relação de subordinação, e sim como uma relação de igualdade. Acreditamos que a marca “para” seja um relator que suscita uma série de operações que fazem com que um termo se relacione a outro, mas não se subordine. Por meio de observações realizadas em nossas análises, admitimos estar de acordo com a afirmação do estudioso de que as “preposições” desenvolvem um conjunto complexo e sutil de noções abstratas.

Contudo, Mattoso afirma que a significação gramatical das preposições abrange necessariamente o plano fundamental locativo e o das relações abstratas dele derivado, sendo que, neste último se acha a significação de “finalidade” da preposição “para”.

Ressalta ainda, que a interdependência entre o nível abstrato das significações gramaticais das preposições e o nível da expressão locativa é bem ilustrada com a regência para indicar o “agente”, na frase nominal dita “passiva” resultante da transposição de uma frase verbal em que o objeto direto passa a sujeito “paciente”.

O trabalho deste estudioso é bem rico, inclusive o histórico que ele faz das preposições não deixa de ser bem interessante, mas, consideramos que seu trabalho, apesar da riqueza de informações ainda não se desvincula totalmente da sintaxe pura. Entretanto, avança bastante neste quesito, diferentemente da GT que parece não se importar com os princípios gerais da linguagem humana.

3.2 A Preposição e suas “funções” de acordo com Maria Helena de Moura Neves

A prof^a. Dr^a. Maria Helena em seu livro *A gramática: história, teoria e análise, ensino* faz um histórico da gramática que é bastante oportuno ao nosso assunto. Segundo a estudiosa, se voltarmos nossos pensamentos aos filósofos gregos, encontraremos uma gramática que representava o mecanismo geral da regulamentação da interdependência dos elementos. Essa gramática fazia metalinguagem em função epilíngüística, desvendando os mistérios da linguagem e

demonstrando o homem como ser dotado de linguagem, não como falante do grego clássico ou (na face contrária) de língua corrompida.

Vale ressaltar que os gregos não enxergavam as preposições como independentes, colocando-as na classe das conjunções.

Avançando na discussão sobre as preposições, Maria Helena de Moura Neves afirma que considera *recção* como subordinação, se enxergarmos a determinação sintática da forma casual da palavra subordinante. Assim, não seriam somente os verbos que teriam *recção*, mas, a preposições também, embora poucas pessoas reconheçam-nas como elementos subordinantes, preferindo vê-las como unidade semântico-gramatical subordinada ao grupo preposicionado. De forma que, se as tomarmos como regentes, isso nos levará a considerá-las com uma *recção* dupla (*preposição regida por um verbo ou adjetivo regendo, por sua vez, um substantivo*).

É interessante a relevância que Maria Helena de Moura Neves dá às “preposições” em geral, porém, não utilizamos o termo “subordinante”. Como já foi dito anteriormente, a preposição não subordina e não é subordinada, ela suscita operações no enunciado que fazem com que um termo se relacione com o outro em vários aspectos (sintático, semântico, pragmático, etc.), não necessariamente subordinando. Além disso, estas operações não se dão apenas nos contextos de esquerda e de direita, como afirma Moura Neves, trata-se de operações muito mais ricas e complexas do que meramente “*recção* dupla” como quer a autora.

Uma parte de sua *Gramática de usos* é dedicada à marca “para”, onde escreve que tal preposição funcionaria no sistema de transitividade, isto é, introduz complementos.

A autora mostra os variados contextos de ocorrência de “para”, mas, ela apenas lista os vários exemplos nos quais encontra a marca. Uma crítica pertinente a esse seu método é que, a estudiosa vai listando e colocando o que “para” “indica” em cada enunciado, como se a marca fosse um mero instrumento, apontando e refletindo para algo e, a cada momento, significando uma coisa diferente da outra. Em quase todos os casos, para Moura Neves, a marca indica o que o verbo significa. A fim de ilustrarmos seu ponto de vista, tomemos os seguintes exemplos:

(4) *Camila se inclinou para o meu lado*, neste caso, a marca “para” indica inclinação.

(5) *Sob esse critério é que devemos olhar para nossa arquitetura*, neste caso, a marca “para” significa aplicação de órgãos de sentidos, e assim por diante.

A autora mostra, ainda, que os contextos em que aparece a marca não são apenas os canônicos, todavia, não explora toda a riqueza dos enunciados e, portanto, da marca. Ela utiliza a mesma para exemplificar várias circunstâncias gramaticais, admitindo que esta está numa zona obscura, num processo de gramaticalização, podendo possuir características de mais de uma categoria.

Em nosso trabalho pretendemos ir um pouco além de sua perspectiva no que diz respeito ao fato de “para” passar por esse deslocamento de uma categoria para outra e quais são suas características de origem.

A perspectiva funcionalista realiza, sem dúvida, um estudo apurado das marcas, mas, seus resultados não escapam à formação de listas de classificação segundo as possíveis e variadas funções e usos que uma preposição pode ocupar na oração.

Apesar disso, como afirmamos com relação a Mattoso Câmara, trabalhos como o de Moura Neves são também importantes, uma vez que já buscam desvincular-se de uma visão homogeneizadora da língua e já admitem a complexidade da linguagem. Mas, se por um lado enriquecem as pesquisas na área da Lingüística com seus estudos laboriosos, por outro não se aprofundam na linguagem como trabalho.

3.3 De la Grammaire à la Cognition: la Préposition “pour” de Pierre Cadiot

Pierre Cadiot, autor de *De la grammaire à la cognition : la préposition pour* é um dos muitos estudiosos que vêm questionando o princípio da autonomia da sintaxe, o que tem se tornado uma tendência da pesquisa lingüística em geral. Dentro dos modelos questionadores, estão as gramáticas discursivas, cognitivas, etc., que buscam numa lingüística interna as razões e regras explícitas e implícitas das construções de enunciados. O trabalho de Pierre Cadiot não tem propósito diferente.

O referido estudioso tem como foco de seu trabalho a preposição “pour” tecendo alguns comentários acerca da mesma. Segundo Cadiot (1991) essa preposição tem uma diversidade de usos e sentidos, ocupando, assim, um lugar

paradoxal, às vezes aparecendo tal como as preposições “a” e “de”, mas, fora de contexto, sua significação seria bem “fatiada”, podendo-se dizer que ela indica um destino, além de cobrir os domínios mais abstratos de experiência e em função do contexto, assumindo efeitos diversificados.

A preposição “pour” é considerada um campo muito rico de pesquisa devido à variedade quase ilimitada de efeitos de sentidos. Contudo, não tem sido muito estudada, a não ser em trabalhos ditos tradicionais.

Em nosso trabalho, dentro dos pressupostos teóricos da TOPE, analisamos a preposição “para” em seus contextos de aparição, deslocando-a e manipulando os enunciados e os elementos aí presentes que podem interferir e que, segundo Cadiot (1991, p.20) seriam: “o valor ilocutório do enunciado, os determinantes, os argumentos introduzidos pela preposição no predicado, aspecto, tempo...”.

É o estudo dos critérios que operam a relação entre esses elementos em torno da preposição “para” que nos permitirá ver as suas particularidades de sentido.

Cadiot faz algumas afirmações que são bem próximas de nosso trabalho;

Or on verra comment pour ancre l'énoncé dans l'énonciation. Cette référence permanente à l'énonciation est à l'origine de toute une rhétorique, dont on verra qu'elle résulte d'une tension entre la valeur descriptive des énoncés et donc, leur valeur énonciative. (CADIOT, 1991, p.21).

A hipótese central de Cadiot neste trabalho é a de que “os encadeamentos” por um grupo preposicional introduzido por “pour” não podem ser descritos se se distingue *a priori* de maneira separada a sintaxe, da semântica, da pragmática, mas também da atividade enunciativa, da boa forma e da verossimilhança dos discursos, das hipóteses sobre a organização interna das representações lexicais, das dimensões referenciais e cognitivas e da construção do sentido e da comunicação.

Ele também dá importância ao pré-avaliável, ao pressuposto, pré-construído e alega não ser o único a pensar que é impossível fazer sintaxe sem levar em conta realidades tão complexas como essas noções. Afirma também que leva em conta questões sobre forma e conteúdo das representações lexicais que devem ser abordadas como um complemento ao pré-avaliável da enunciação, alegando ser até banal pensar que o léxico se constrói por abstração reportando ao concreto da enunciação.

Trata-se de um trabalho semelhante ao nosso até certo ponto, uma vez que ainda se prende muito à sintaxe. Além do mais, sob nosso ponto de vista, não apenas o léxico se constrói por abstração, mas todas as operações enunciativas que se fazem nas palavras.

Uma reflexão bastante interessante é que Cadiot afirma que um “encadeamento” com “pour” não é possível em exclamações, a menos que remetam diretamente a um estado intencional. Ex: “Attention pour la chaise!” Que ficaria estranho em “Aïe pour toi!” O mesmo processo também ocorre no português.

É interessante destacar, também, a observação do autor de que, no francês, “pour” opera não por um simples conteúdo expresso, manifestado pelo locutor numa dada situação, mas sobre a dimensão intencional em todo enunciado realizado dentro de certas condições. Enunciados como “He, pour toi” não seriam apropriados para um encadeamento com “pour”.

Segundo Cadiot, a maioria dos enunciados tratados por ele possui leitura compacta (correspondendo a um único ato de enunciação, associado às interpretações circunstanciais, finais, em particular). Ele procura no objeto do próximo parágrafo explorar em detalhe as múltiplas manifestações de uma propriedade bastante geral de “pour”, levantando a hipótese de que essa preposição extrai uma informação da palavra para depois devolvê-la. É como se “pour” tivesse a função de anaforizar, mas ressalta, em um sentido bastante vago.

Bref on pourrait dire du champ d'incidence des compléments introduits par pour quelque chose qui ressemble à la définition wittgensteinienne de la proposition : elle est plus qu'un simple signe propositionnel, elle est douée d'une orientation intentionnelle, elle est <un signe propositionnel dans sa relation projective au monde> (CADIOT, 1991, p.30).

Nesta citação notamos um ponto de vista muito bonito e de um estudo bastante interessante, embora um pouco diferente do nosso trabalho, uma vez que ainda se prende muito às categorizações¹⁸ da GT refutadas por Antoine Culioli e sua teoria das operações enunciativas.

Apesar disso, algumas observações de Cadiot têm uma certa consciência da questão da linguagem, o que pode ser evidenciado quando ele comenta em colocar às claras algumas das ambigüidades, utilizando-se de exemplos e tecendo

¹⁸ Basta observar na citação anterior, quando ele fala em “complementos introduzidos por pour”.

comentários a respeito de “pour”, funcionando como um elemento que coordena (marcador da sucessão temporal), como em:

(6) *J'ai écouté pour traduire* (p.33)

O estudioso afirma que uma tal noção (bastante geral) não é suficiente para dar conta da multiplicidade de efeitos de sentidos particulares aos quais ela se presta. Achamos desnecessário explicar que essa noção de que ele fala não é a noção da qual estamos tratando em nosso trabalho, como pode ser observado em seu comentário de que os encadeamentos introduzidos por “pour” numa enunciação são concebidos como um dispositivo que pode se prestar a efeitos interpretativos diversos (efeitos que, ao contrário disso, produzindo-se dentro do caso de outros tipos de encadeamentos, não são necessariamente atribuídos às etiquetas como tais).

Continuando sua reflexão sobre “pour”, Cadiot comenta que esta possui uma propriedade bastante geral da linguagem e seus vários efeitos (preterição, por exemplo) e sua projeção ao mundo e, além disso, afirma que “pour” reporta à marca mesma da relatividade dos seres, dos objetos, dos eventos, das proposições, o que é bem conhecido. Ainda segundo ele:

Seul pour est eo ipso un opérateur de mise en discours : il donne d'emblée l'ECI¹⁹ (Je ne sais pas) comme un acte de parole (un aveu d'ignorance) indexé sur le régime de parole, qu'il énonce, ou plus précisément et en reprenant une formulation antérieure, il ouvre pour le contenu propositionnel de l'ECI le régime énonciatif que le locuteur lui alloue dans la mesure où il agit communicationnellement. (CADIOT, 1991, p.42).

O autor ainda insiste em aguçar nossa sensibilidade à polissemia (veja também a indeterminação) dos encadeamentos com “pour” e em propor, pela observação indutiva, o jogo complexo dos efeitos de sentido. Exemplifica da seguinte maneira:

(7) *Paul s'installa à dormir.*

(8) *Paul s'installa pour dormir.*

¹⁹ Énoncé-Champ-d'Incidence

Segundo Cadiot há uma diferença qualitativa entre um exemplo e outro na medida em que “pour” traria uma idéia de processo, eventos sucessivos, ou seja, é o ato de ir dormir, o sono, os eventos sucessivos que são descritos. Ele também chama nossa atenção para um enunciado do tipo:

(9) *Que l'on travaille est un principe pour Jean.*

Alertando que se trata de um enunciado de partida com “pour”. Diz que “*Cette construction banale illustre la thèse selon laquelle l'événement décrit dans le constituant introduit par pour est figuré non comme inhérent au reste de l'énoncé, mais comme cet extérieur qui lui confère sa portée intentionnelle, sa relation projective au monde*”. (CADIOT, 1991, p.86)

Achamos também interessante quando o estudioso fala do esquema N1 pour N2 em que N2 deve ser sempre mais informativo do que N1. Além de ele falar em projeção, por parte da marca, como acreditamos que acontece.

(10) *Tu simples gêné pour me faire des reproches.*

“[...], *alors qu'en 10, l'expression introduit par pour réfère prioritairement à une action envisagée*”. (CADIOT, 1991, p.111).

Acredita também que a idéia de concessão, finalidade, causa-conseqüência viria num segundo plano depois da projeção, no que concordamos plenamente. Algo bastante interessante também que o autor ressalta (e que consta em nossas análises) é que quando dizemos “é um tipo útil” já se subentende dizer [é um tipo útil para mim], à medida que um enunciado é também uma enunciação, que é necessariamente remetida a um sujeito enunciador cujos julgamentos são cumpridos quando eles se apresentam como absolutos, dando uma forma de relatividade a este sujeito-enunciador.

Assim, “pour” induziria, necessariamente, para uma forma de engajamento mesmo mínima um elemento de colocar em relação (R) com o locutor (“pour”, de algum modo, fala sobre a experiência do locutor), o que veremos nas análises do nosso trabalho.

Notamos, desse modo, o quanto o estudo de Cadiot aproxima-se do nosso, no sentido de corrigir as falhas na GT, mas, também, o quanto distancia-se quando fala em “comunicacional”, por exemplo, uma vez que enquanto estudiosos da TOPE questionamos a faceta comunicacional da linguagem.

3.4 La Couleur des Prépositions de Claude Vandeloise (A. Borillo, P. Cadiot, D. Laur, E. Spang-Hanssen).

Um outro trabalho que encontramos relacionado ao nosso tema de pesquisa foi o trabalho intitulado “La couleur des prépositions”, uma edição especial da famosa revista *Langages* que apresenta trabalhos interessantes sobre o assunto, mas que ainda não são dotados de uma teoria que consiga abarcar toda a invariância da linguagem.

F. Brunot e C. Bruneau (1956 *apud* VANDELOISE, 1993, p.5), em seu estudo, distinguem as preposições vazias (exemplo: de, a) das preposições semi-vazias (*avec*, en, par, pour, sur) e as preposições plenas do francês. As preposições vazias (que podem exprimir as narrativas mais variadas) são as preposições que são esvaziadas de seu valor original como “de”, que tem cessado de marcar o ponto de partida e a quem marca mais o ponto de chegada. Após ter apresentado uma revisão crítica dos critérios propostos por esses autores, Gougenheim (*apud* VANDELOISE, 1993, p.5) demonstra que a preposição “de” é a única preposição vazia do francês. Uma preposição vazia, segundo ele, seria uma preposição cujo valor intrínseco é tão diluído que se pode dizer que ele não se deixa mais modificar.

Segundo este autor, a preposição “de” é vazia porque quando a empregamos depois do infinitivo ou quando se torna um artigo partitivo ela fica vazia de sentido. Ele, inclusive, compara as expressões *demander à sortir* (com o valor intrínseco pontual dessa preposição) e *craindre de sortir* do francês, em que a preposição “de” fica vazia de sentido, assim como quando esta preposição é empregada diante de um nome sem artigo como *un homme de valeur* (“de” puramente gramatical), ou quando é expletivo como em *La ville de Paris*, entre outros casos.

Mas, como coloca Vandeloise (1993, p.6), organizador dos trabalhos, “será que Gougenheim quer demonstrar que a preposição “de” é vazia ou que certos empregos desta preposição são vazios?”. Para este estudioso, seria mais correto dizer que certos empregos são vazios porque eles têm um papel gramatical

desprovido de valor intrínseco. Assim, comparando as preposições “de” e “a” com “dans” ou “devant” do francês, Vandeloise realça a falta de sentido das primeiras. Para ele, essa palidez de sentido resultaria diretamente da vontade de propor uma significação bastante geral para cobrir todos os usos da preposição. (p.7, tradução nossa). Esse é, parcialmente, o propósito de nosso trabalho, pois, como trabalhamos segundo os pressupostos da TOPE, não acreditamos que existam preposições cheias ou vazias de sentido, a preposição é um elemento tão importante como os demais no enunciado e seus usos sempre serão um reflexo das operações que ela suscita, sendo ela dotada de uma significação bastante geral capaz de cobrir todos os seus usos.

Na teoria de Culioli, a linguagem é uma capacidade inata de construir representações, referenciá-las e regulá-las, além de superar as noções de concreto *versus* abstrato para permitir uma maior sutileza no estudo, uma vez que, para este estudioso tudo está sob a égide da enunciação.

Assim, se o contexto de esquerda e de direita não resolve o problema, podemos partir para a entonação, pois a TOPE permite este movimento no sentido de forçar a procurar questões mais profundas que estariam na base da diversidade, como, por exemplo, achar o que há de comum entre os vários gêneros de texto para dar conta dessa diversidade. Nas próprias palavras de Culioli, temos:

Ou encore parce que, une fois qu'on aura separe entre des langues, on s'apercevra qu'il y a des différences stylistiques, toute une typologie des discours au sein d'une même langue, qui faire que l'on n'aura pas nécessairement les mêmes phénomènes qui apparaîtront selon que l'on racontera une histoire réelle ou imaginaire, selon que l'on est en face de quelqu'un, selon que l'on décrit une situation, selon que l'on redécrit une situation que l'on a vue une première fois.
(CULIOLI, 2002, p. 47).

Nossa impressão ao lidar com algumas das publicações desta edição da *Langages* é a de que tratam-se, ainda, de trabalhos meramente descritivos, já que as generalizações que fazem limitam-se aos usos mais representativos duma preposição, conduzindo a uma representação com fatos diversificados de línguas e sem uma reflexão que possa unir esses detalhes, restando à análise destacar as relações existentes entre esses usos e aqueles que não são cobertos pela definição, ou seja, é um trabalho ainda descritivo.

Além disso, Gougenheim ao classificar as preposições de incolores, justifica que elas não fazem nada além de refletir seu ambiente lingüístico, o que, como já observou o estudioso Cadiot, trata-se de uma classificação que nos levaria a ver *verre à vin* e *verre de vin* (do francês) como uma mesma coisa, uma vez que essas preposições vazias refletem o mesmo contexto lingüístico. Cadiot tenta resolver este problema, o que aparece dentro de seu estudo sobre a preposição francesa “pour” (citado anteriormente) cuja significação consistiria em colocar em relação um enunciado situado à sua esquerda com o enunciado a sua direita.

Por esta significação, a preposição adquire efeitos de sentido tais como “à propôs de”, “selon”, etc. Assim, segundo Cadiot, a significação não se compreenderia em função de uma relação existente no mundo extralingüístico, mas por apontar ao discurso que ela organiza. De maneira que, para que os efeitos de sentido apontados por Cadiot possam ser inferidos, “pour” não pode contentar-se em refletir o sentido dos enunciados que ela une, mas deve organizá-los de acordo com instruções precisas. Cadiot estuda em detalhe a concorrência de “pour” com a preposição “vazia” “de” e nota que, dentro dos contextos em que elas são intercambiáveis, elas produzem inferências diferentes.

Vandeloise, ao fazer algumas considerações a respeito do trabalho de Cadiot afirma que a aproximação das preposições pelos seus usos mais concretos oferece uma alternativa interessante à pesquisa das significações mais abstratas, por isso ele se limita às preposições espaciais que se prestam melhor a esse tipo de análise, acreditando que com tal método se estenderá às preposições mais abstratas. Alega que uma preposição mista como “pour” consiste em um terreno particularmente propício para este teste. Reconhece a ela um estatuto particular de destinação.

Consideramos a leitura desta edição de *Langages* bem interessante, embora também muito preocupada com questões relacionadas ao reconhecimento dos arranjos de línguas. Apesar disso, assim como nós, os estudiosos que aí publicaram mostraram bastante interesse pelas preposições, demonstrando o quanto elas são importantes na constituição do enunciado. Utilizando-se de observações um pouco diferentes das nossas a respeito do assunto fazem uso da paráfrase como recurso de estudo, o que contribuiu bastante ao nosso trabalho com o *corpus*, como veremos mais adiante.

3.5 Prépositions et Rection Verbale de Denis Paillard

O artigo de Paillard também revelou-se interessante por estudar o estatuto dos complementos preposicionais. Defende a tese de que dentro dos complementos preposicionais do verbo não há “dessemantização” da preposição, propondo assim, ultrapassar-se a dicotomia “complementos argumentais” e “circunstanciais”. Ele alega que os estudos mais consagrados em “preposições” giram em torno de dois grandes temas: um deles seria o que privilegia o emprego espacial das preposições; o outro, concentrar-se-ia no estatuto dos complementos preposicionais no quadro de recção verbal.

Dessa forma, coloca em causa os critérios que permitem distinguir os complementos preposicionais argumentais dos complementos circunstanciais. No caso dos argumentais, haveria dessemantização das preposições?

Assim Paillard tenta definir uma problemática que permita descrever as preposições do ponto de vista da diversidade de seus valores (espaciais, temporais, figurados) sem privilegiar um tipo de valor (recusando a preponderância do espacial), alegando não existirem critérios operatórios que permitam distinguir valores espaciais de temporais e que, muitas vezes, um valor é declarado espacial (ou temporal) só porque o nome correspondente a Y (tomado como o segundo termo em uma representação do tipo: *X prep Y*) tem uma dimensão espacial ou temporal, o que projetaria as propriedades semânticas do nome sobre a preposição.

Do mesmo modo que Paillard, também acreditamos que exista uma forma esquemática de um lexema (“para”, por exemplo) que defina a sua identidade semântica, e não apenas um valor particular de “para”, que pudéssemos considerar como prototípico. Seus valores particulares são, por nós analisados, como o produto da interação da forma esquemática (para usar os termos de Paillard) com os elementos do co-texto e regidos por princípios gerais. Em nossos termos, diríamos que sua forma mínima se apresentaria como um esquema de léxis.

Concluindo, neste artigo, Paillard articulou uma reflexão sobre o léxico, a semântica e a sintaxe ao expor um estudo sobre o complemento preposicional com a preposição “sur” do francês, mostrando que os complementos preposicionais

(quando não circunstanciais²⁰) não podem ser tratados como simples argumentos do verbo, mas sim dentro de um quadro combinatório “*verbe - preposition*”.

A identidade semântica da preposição é dada por uma forma esquemática que especifica o conteúdo semântico da narrativa entre X e Y; semântica que, segundo ele, varia em função da pertinência ou não das propriedades respectivas de X e de Y na construção da relação entre eles.

Fazendo um comentário bem prático sobre este artigo, poderíamos dizer que trata-se de um trabalho muito interessante, principalmente no que se refere à língua francesa, porque se houvesse dessemantização da preposição, o sistema de preposições em francês seria sem sentido, e a escolha por uma ou por outra seria aleatória, não sendo oportuna a variação entre uma e outra, o que, de fato, não ocorre. Existe todo um jogo de operações que levam ao uso de uma ou de outra preposição por causa de seus valores intrínsecos que não são perdidos. E é bem esse jogo que sustenta a variação da linguagem. Nossa tese central é a da indeterminação da linguagem, ou seja, sabemos que todas as palavras são dependentes umas das outras, mas, consideramos também que todas têm a sua independência, ou seja, seus valores intrínsecos, como já dissemos.

3.6 Grammaire des Prépositions – Franckel & Paillard

Segundo Franckel e Paillard (2007) do ponto de vista de seu funcionamento, podemos distinguir duas ordens de preposições no francês:

- Preposições de *divisão*: entre, sur, sous, dans, avant, après;
- Preposições de *discernimento* : pour, par, contre, en, avec, parmi.

Ainda segundo esses estudiosos, a diferença empírica entre essas duas ordens estaria no fato de essas preposições de “discernimento” não se apresentarem mais como “espaciais”, mas não sendo desprovidas, entretanto, de uma coloração semântica.

“Discernimento” significa que y atribui as propriedades não definitórias ao termo X colocado em relação a y pela preposição, e, mais precisamente, constitui um “modo de apreensão de x”.

²⁰ Não nos alongaremos nesta discussão por não trazer grandes questões relacionadas ao nosso trabalho.

Sendo assim, podemos dizer que alguns estudos, atualmente, fazem uma abordagem instrumental, uma vez que apenas atém-se às questões espaciais, reduzindo as preposições a essa única visão e considerando “dessemantização” da preposição quando temos empregos com valores temporais e “funcionais”, que são vistos como empregos abstratos e funcionais.

Franckel e Paillard não consideram que exista uma grande categoria como o espaço, (pois, o sentido seria construído e determinado pelo material verbal que lhe dá corpo), ou seja, cada preposição apresenta uma diversidade de empregos que passa pelo quadro das categorias todas constituídas.

Esses estudiosos afirmam algo bastante interessante dentro do nosso tema de trabalho que é o fato de que os valores espaciais não são intrínsecos à preposição, aparecendo somente quando ela coloca os termos em jogo, em condições específicas. Na realidade, é a projeção sobre a preposição das propriedades do termo correspondente a y que desencadeia essa representação, o que ainda não é suficiente para que o termo tenha uma dimensão espacial (ou temporal) a fim de que seu valor seja definido como espacial ou temporal. Cada preposição teria uma identidade que se manifestaria em todos os seus empregos.

A identidade da qual falamos só pode ser apreendida por meio de valores e dos empregos dos quais ela deve dar conta e que resultam sempre e necessariamente de uma interação.

O que quer dizer que nenhuma marca tem dentro do enunciado um sentido bruto, mas é o resultado da “interação” dos termos, que, as preposições, por exemplo, colocam em relação.

O importante é não esquecer que cada unidade, no caso, cada preposição determina e configura o seu ambiente e o valor de seu contexto, ou seja, as operações atribuídas a tal preposição são o produto das diversas interações suscetíveis de se estabelecer entre essa preposição e os termos que ela coloca em relação, daí não podermos caracterizá-la como um sema. Faremos alguns comentários sobre o trabalho desses dois estudiosos na seção de leitura dos nossos enunciados.

3.7 Sistemas de Preposições em Português – Tese de Livre-docência de Francisco da Silva Borba

Este estudo chamou-nos a atenção por tratar minuciosamente das preposições e, principalmente, pelo fato de a marca “para” ser citada várias vezes. Por esta razão o incluímos nesta seção de nossa dissertação.

Segundo Borba (1971, p.2) nas ciências humanas não há descobertas como nas ciências exatas porque os fenômenos já nos são conhecidos. Sendo assim, o que se pode descobrir “são relações funcionais entre eles ou novas maneiras de relacioná-los”.

“[...] parece mesmo que os lingüistas procuram evitar a ‘pecha’ de humanistas, dando às suas investigações um tratamento objetivo e um caráter matemático, como se estivessem tratando de uma entidade independente, não condicionada à natureza humana”.

Este excerto das idéias de Borba tem muito a ver com nossa abordagem teórica, já que, segundo Culioli, muitas vezes, esquece-se de que nós humanos possuímos hormônios, ou seja, não somos robôs e nem a linguagem é matemática; é difícil, nesse sentido, compará-la às ciências exatas.

Por outro lado, não concordamos inteiramente com Borba sobre priorizar o ensino da sintaxe ²¹, alegando ser esta uma combinação de unidades para efeito de comunicação, até porque, pelo nosso viés teórico, até mesmo a função comunicativa da língua é questionável, e a sintaxe é tão importante quanto a semântica e a pragmática, melhor dizendo, são coisas inseparáveis, não há como uma ser mais importante do que a outra. As operações em torno das marcas envolvem todas essas partes: uma marca como “para”, por exemplo, suscita operações de todas essas naturezas, não é apenas a sintaxe que é responsável pela sua realização no enunciado. Pensar assim seria ter uma visão parcial dos fatos de linguagem.

Borba faz um estudo de sintaxe dando grande relevância às “preposições” que, segundo ele, “são partículas de grande importância na língua”. Afirma que até o ano de seu trabalho não se conhecia um estudo completo e sistemático das preposições no plano fonológico, gramatical e semântico, ou ainda, uma visão de conjunto dos sistemas preposicionais do português.

²¹ E, logo, negando o que disse na citação, ou seja, nela, ele propõe uma não objetividade, mas, trabalhando apenas com a sintaxe, cai na objetividade.

Assim, ele tenta sistematizar as preposições da língua portuguesa e procura também, em seu estudo, dar importância ao maior número de fatores possível, como vimos acima (fonológico, gramatical, etc.), embora tenhamos considerado que seu trabalho dá uma maior relevância à sintaxe propriamente dita.

Ele critica a GT pela exposição somente dos valores semânticos não atentados para a estrutura, bem como os dicionários, argumentando que estes enumeram valores semânticos que nem sempre são valores registrados, além de priorizarem alguma preposição (a, de, sobre, em) em detrimento de outras.

O objetivo de Francisco da Silva Borba em seu trabalho foi o de fazer um levantamento e a interpretação das nossas preposições intencionando apresentar o (s) sistema (s) com sua estrutura e funções.

Em seu estudo, ele constata que a preposição “para” tem um predomínio da idéia de direção (no espaço ou no espaço neutro: destinação ou finalidade, a fim de).

Descreve o que chama de realização semântica de algumas preposições, inclusive de “para” e lista as suas principais realizações semânticas em seu *corpus*:

1. Direção no espaço:

(11) *Soraia vai para o quarto.*

2. Lugar onde (=em):

(12) *Para o canto estava a filha Marta.*

3. Tempo aproximado:

(13) *Vai para uns quinze anos.*

4. Tempo futuro:

(14) *Fica para amanhã.*

A ampliação de seu sentido básico, segundo ele, levaria ao significado de:

1. Destinação:

(15) *Um lombo ótimo para a chibata.*

Coloca como observação que quando se oblitera o sentido de destinação, “para” fica apenas uma relação entre afetado e coisa que afeta:

(16) *Tudo corria bem para o dentistinha.*

Não concordamos com tal afirmação, pois, para nós, a marca “para” sempre projeta operações no enunciado: de posse, projeção, tirar e atribuir características. Ou seja, “o dentistinha” possui a característica de “tudo correr bem para ele”. A marca tira-lhe tal característica neste enunciado (em Ti) e a projeta, novamente, para ele, ou seja, o destino (o dentistinha) em T0 que então passa a ser o momento em que ele tem a posse de tal. Poderíamos nos alongar nesta discussão, mas, por ora, paramos por aqui, já que incluímos tal seção apenas para expor e discutir um pouco o trabalho de outros estudiosos em torno das preposições, em particular de “para”.

De acordo com Borba (1971, p.129) a “preposição para tem dois sememas muito freqüentes (“para”=direção no espaço/ “para”=destinação, finalidade), não sendo difícil compreender que “para” 2 é invariante de “para” 1 com neutralização do sema movimento.

(17) *Foi para os braços da amada* (direção)

(18) *Voltou para casa* (direção)

(19) *Cama para casal* (destinação)

Borba lista um conjunto de traços componentes da classe preposicional:

- 1º. Constituir uma classe de palavras ou “parte do discurso”.
- 2º. Ser partículas invariáveis ou indeclináveis.
- 3º. Relacionar duas palavras nocionais.
- 4º. Anunciar o término de uma relação.
- 5º. Subordinar um termo a outro.
- 6º. Colocar-se antes do terminal.

7°. Ter volume fônico reduzido.

8°. Ter pouca ou nenhuma significação externa ou objetiva.

E chama a atenção para a mistura, nesta listagem, de elementos fônicos, morfológicos, sintáticos e semânticos.

Dos pontos citados por Borba, concordamos muito parcialmente com 3, 5 e 8. No caso do terceiro item não achamos que a preposição apenas relacione duas palavras nocionais, isto é, para nós, ela é, antes de tudo, uma palavra nocional que, por isso, ao ser colocada entre dois termos nocionais permite a relação.

E, ao contrário do que consta no quinto item, também não concordamos que ela subordine um termo a outro, ela os relaciona. A crítica ao oitavo item é a de que as preposições possuem significação externa como o mostraremos em nossa análise na quinta seção de nosso trabalho.

Uma afirmação de Borba torna-se oportuna no momento:

A tarefa da Lingüística Geral não se cumpre apenas na discussão terminológica. Cabe-lhe fixar, através de dados objetivamente observados, definições ou, então, conceituações aplicáveis ao maior número possível de línguas, a partir de características descobertas em línguas particulares. (BORBA, 1971, p.204).

Assim, segundo Borba, teríamos as preposições que comportam uma “definição generalizante” válida para qualquer língua e uma “definição particularizante”, válida para uma só língua ou grupo de línguas.

É praticamente isso que procuramos fazer em nosso trabalho e, como Borba mesmo o ressalta, trabalhos como o dele tornam-se de grande relevância para estudos como o nosso, permitindo-nos decidir quais são as características gerais e quais são as particulares.

Apesar disso, ainda achamos que, apesar de relevante, seu trabalho não conseguiu fugir muito das listagens (sistematizações) e do privilégio à sintaxe, embora se caracterize por ser um trabalho bem rico e que, algumas vezes, consegue ver a língua como um todo e não em secções (sintaxe, semântica, fonologia e morfologia). Nosso trabalho vai ao encontro dessas nossas críticas, ou seja, por meio de um estudo aprofundado da marca “para” na TOPE, procuramos

sair das reduções classificatórias, partindo de uma análise dinâmica da mesma, com o intuito de encontrar sua natureza profunda que lhe possibilita as suas variadas funções.

Sob nosso ponto de vista teórico-metodológico, as reduções de “para” às listagens são bastante tênues, dificultando o aprendizado em geral. Assim, propomos a descobrir sua origem, ou seja, sua natureza profunda que lhe possibilita o deslocamento de uma categoria gramatical a outra.

Consideramos que os estudos devem trabalhar igualmente os níveis fonético-fonológico, morfológico, sintático, semântico, pragmático ou discursivo, porém, deveriam ser trabalhados levando em consideração os processos de aprendizagem, o sujeito e as suas condições psicossociológicas.

3.8 As Cláusulas de Finalidade – Nilza Barrozo Dias

Nilza Barrozo Dias (2002), no referido artigo, faz um estudo das cláusulas de finalidade em dados de língua falada e escrita numa abordagem funcional-discursiva. A forma não-marcada é “para + infinitivo” que ocorre preferencialmente na posição posposta à cláusula núcleo.

Seu objetivo é investigar os tipos de cláusulas de finalidade, suas posições e funções, os meios pelos quais se articulam com a cláusula núcleo e com o ato de fala, bem como suas motivações semântico-discursivas.

Segundo a estudiosa, as cláusulas de finalidade representam o movimento de uma origem para um objeto da finalidade no “mundo das intenções”.

Normalmente, este deslocamento, se sobrepõe ao movimento no mundo físico, mas pode ocorrer de este deslocamento ser marcado por um sujeito experienciador que projeta a sua experiência (seus sentimentos) apenas no mundo das intenções; ou ainda a projeção deste movimento ser direcionada para o próprio ato de fala. (DIAS, 2002, p. 108).

Dias considera que nem sempre “para + infinitivo” tem o valor semântico de finalidade. Para ela, o movimento das cláusulas de finalidade mostra uma inter-relação entre futuridade e potencialidade.

É interessante notar que, ao estudar a “cláusula” abaixo, afirma algo bem dentro do espírito do nosso trabalho:

(20) [...] *Tipo Robin Hood, rouba na-na sul, para dar aqui para os outros que necessita. Diversão. Tem filho aí - um garoto aí - filho de capitão, tem filho de sargento. Mas rouba, que sabe que o pai vai soltar, aí vai dar aos outro.* (Censo/RJ: Ubir., 20 anos)

Neste caso, a autora afirma que temos um evento motivador sob a forma de finalidade “os garotos dão o que roubam para o pessoal daqui” que é posterior àquele tempo expresso na cláusula-núcleo.

Como o enunciado trata da zona sul e da zona norte do Rio, a estudiosa diz que há um deslocamento físico nessa trajetória (origem – trajetória – meta), sobre o qual se realiza o movimento no mundo das intenções. Dizemos, acima, que essa colocação da estudiosa está bem dentro do espírito do nosso trabalho porque, quando ela fala de um deslocamento no mundo das intenções, para nós, esse deslocamento nada mais é do que um deslocamento de Ti (instante anterior à enunciação) para T0 (instante da enunciação). Além do mais, partilhamos com ela a idéia de que “para + infinitivo” não esteja apenas relacionado à idéia de finalidade. Existem operações muito mais ricas e complexas envolvendo o assunto, como veremos na seção de nosso trabalho dedicada à análise de enunciados com a referida marca.

Consideramos o trabalho de Dias bastante interessante, contudo, distanciamos-nos um pouco quando ela faz análise da seguinte cláusula, por exemplo:

(21) *“Seja como for, o efeito de contraste criado por essa complacência indiscriminada – esse filistinismo, para usar um termo mais adequado - ao menos chama a atenção para um fato óbvio, banal e desenhado: [...]”.*

Ela afirma que “para usar um termo mais adequado” manifesta o grau de engajamento do escritor com o assunto abordado, justificando o uso da palavra diferente (filistinismo). Sob esse aspecto, trata-se de uma análise bem diferente das nossas, não sendo necessário termos conhecimentos de lingüística teórica para inferir tal reflexão.

Deve-se atentar para as operações causadas, não apenas no caso da marca “para”, mas ao que Dias está analisando, ou seja, “para + infinitivo”, e procurar entender como essas operações realizam-se de maneira a expressar tal processo.

Além disso, seu trabalho ainda prende-se bastante à sintaxe (questo posição), apesar de falar em semântico-pragmatismo do falante.

Para ela, o movimento (deslocamento) do sujeito de x a y no mundo das intenções é um conceito básico na identificação das cláusulas de finalidade, propiciando ainda a seleção do conector “para” como uma forma não-marcada. “O *para* traz em seu bojo o conceito de *movimento* com o intuito de atingir um determinado fim.” (DIAS, 2002, p.113)

A autora conclui seu artigo, afirmando que as cláusulas de finalidade codificam o movimento no mundo das intenções: “O sujeito e/ou locutor estabelecem um propósito ou finalidade, cuja execução do objetivo demanda o deslocamento de uma origem a uma meta, com uma trajetória, no mundo das intenções. Este *movimento* no mundo das intenções *pode sobrepor-se* ao deslocamento no mundo físico.” (DIAS, 2002, p.115).

Entendemos as palavras da citação no sentido de que esses termos que a estudiosa usa seriam, pensando no esquema de léxis, o que está antes e o que está depois do relator. E essa trajetória da qual ela fala no “mundo das intenções”, esse “mundo”, para nós nada mais é do que a linguagem, é o mundo das operações da linguagem.

Nossas considerações a respeito desse artigo de Nilza Barrozo Dias são as de que, apesar de o termos avaliado como um tanto preso à sintaxe (posição das cláusulas) já revela-se como um trabalho aberto a várias questões importantes: a questão da inserção do sujeito e, mesmo quando a autora fala do “mundo das intenções”, vemos que ela já enxerga “meio inconscientemente” a complexidade da linguagem que engloba a questão da intenção, de maneira que modelos matemáticos apenas, não resolveriam toda a problemática que gira em torno da relação linguagem – línguas naturais.

É interessante também a passagem em que ela comenta o “deslocamento” no mundo das intenções, que assemelha-se ao deslocamento projetado por “para” de T_i para T₀ como defendemos em nosso trabalho.

Talvez concordemos com o que diz a respeito da marca “para” (de que ela traria consigo o conceito de movimento com o intuito de atingir um determinado fim

que é o que dizemos; tal marca traz consigo uma projeção que pode ou não realizar-se em T0, daí a autora falar em “intuito” (como já o dissemos, talvez inconscientemente). Entendemos a questão do movimento como a passagem ativada por “para” de Ti para T0, como já colocamos acima.

A estudiosa comenta sobre as operações, sem conseguir, no entanto, explicá-las, que é exatamente o que procuramos fazer em nosso trabalho.

Talvez ela não consiga justamente por ainda prender-se à sintaxe, mas já dá um passo no sentido de livrar-se das concepções da gramática tradicional quando fala em articulação e desconsidera o conceito de subordinação mais tradicional. “A investigação das cláusulas de finalidade levou-nos a desconsiderar o conceito de subordinação mais tradicional e a postular que a articulação do valor semântico de finalidade ocorre em dois níveis: com uma ou mais cláusulas – núcleos, ou com o próprio ato de fala.” (DIAS, 2002, p.114).

Como já foi dito, trata-se de um trabalho que vai além na análise, mas ainda não foge de ficar formando listas e mais listas (cláusulas de finalidade de adendo, cláusulas de finalidade hipotáticas canônicas...etc.) o que torna o estudo tedioso e, às vezes, excludente, preocupando-se mais em listar as cláusulas de finalidade e suas posições existentes do que entender os mecanismos que estão envolvidos nelas. Talvez a visão teórica (abordagem funcional-discursiva) que adota, tenha contribuído para essa realidade.

A par dos contextos de estudo das preposições, em particular, da marca “para”, na próxima seção será demonstrado o “como” desenvolveremos o nosso estudo a esse respeito visando ser parte, num futuro próximo, desses vários trabalhos (que acabamos de expor) que são referência no estudo da mesma. A quarta seção de nosso trabalho trará a metodologia de nosso estudo, o *corpus* que utilizaremos e, é claro, as nossas justificativas por uma abordagem enunciativa da linguagem.

4 METODOLOGIA²²

Esta seção será dedicada à explicitação teórico-metodológica de nosso trabalho, o qual se firma na Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas de Antoine Culioli.

Para Antoine Culioli, lingüística é a ciência que estuda a linguagem por meio da diversidade de línguas naturais, ou seja, toda língua natural tem propriedades e processos generalizáveis: extração, flechagem, retomada, aos quais chegamos por meio do empírico e, é claro, do estudo das marcas enunciativas. Essa definição já é um direcionamento teórico e metodológico que aponta para um ponto comum (a linguagem) que se manifesta de formas diversas (as línguas naturais).

Segundo esse estudioso, na tentativa de estabelecer ligações, a tarefa do leitor é buscar certos elementos, certos índices ou marcas que o escritor colocou no texto e que conduzem ao sentido. Assim, considera-se o texto como uma estrutura operacional e a ligação leitor-texto, como uma relação dinâmica.

O leitor deve, então, buscar construir o significado, colocando em relação as seqüências de palavras do texto, parafraseando essas seqüências, colocando as paráfrases em relação entre si ou com outras seqüências de palavras. Paralelamente a essa atividade, ocorre um refinamento do sentido por parte do leitor, quando ele vai se familiarizando progressivamente com a estrutura do sistema lingüístico em questão, isto é, integrando os dados que recolhe, ou seja, as marcas textuais (léxico e gramática) e as seqüências de paráfrases que elabora. Dessa forma, o leitor vai remodelando os dados processados anteriormente em razão dos novos dados que entram.

Quando afirmamos que o enunciador assume o seu enunciado, estamos dizendo que todo enunciador utiliza-se de marcas gramaticais (marcas de tempo, de aspecto, de modalidade ou de determinação do nome) para exprimir:

1. como ele situa-se em relação àquilo que diz (isso pode ser expresso em termos de ponto de vista);

²² Esta seção de nosso trabalho foi elaborada com base em Rezende (2000), e também nas aulas de pós-graduação com professora doutora Leticia Marcondes Rezende assim como no livro *Variations sur la linguistique* (2002).

2. como ele situa-se em relação àquele a quem se dirige (pode-se definir isso em termos das relações entre os sujeitos ou relações intersubjetivas)

Em seu procedimento de leitura, o leitor deve tentar reconstruir as etapas ora citadas, partindo das relações primitivas entre as noções, procurando montar o esquema da lexis, e então, pela coleta de pistas (ou marcas), ir procedendo na busca da significação, já que a teoria de Culioli tem por objetivo o estudo sistemático da significação em que ela é lingüisticamente acessível, isto é, nas seqüências textuais. Para tanto, estabelece uma relação dialógica entre a linguagem (faculdade universal de produzir e interpretar textos por um processo de operações generalizáveis) e as línguas, sistemas de representação que têm regras próprias de organização e cujos traços são empiricamente observáveis.

Trata-se de procurar a linguagem nas línguas (nos dados lingüísticos) em busca das invariantes processuais responsáveis pela variação. Sabemos ser uma teoria muito abstrata, fato que explica não encontrarmos nela algo especificamente sobre uma “categoria gramatical”²³, como a marca “para”, mas é exatamente por ser tão abstrata que acaba por explicar nosso estudo de maneira satisfatória.

É essa abstração que permite o propósito de trabalho de Culioli não dividindo a língua, retalhando-a em fonética, fonologia, morfologia, etc. Retalhamento esse que não nos traz uma visão do “todo” da linguagem, ficando apenas num estudo superficial da língua enquanto algo linear.

A linguagem, dentro desta abordagem é entendida como uma prática, uma capacidade pertencente a todos os seres humanos de construir símbolos, representações, dos processos de síntese (indução) e de elaborações de análise (dedução) e as línguas naturais seriam o produto dessa atividade (a linguagem), uma vez que esta constitui um trabalho de elaboração de representações, uma forma processual construtora de conteúdo que seria inata ao homem. Por isso, um dos meios para se ter acesso a essa forma construtora é o das expressões verbais dos indivíduos, envolvendo a alteridade que permite a constituição do “eu”. E é esse diálogo entre o “eu” e o outro que permite-nos afirmar ser a linguagem uma atividade de representação, referenciação e regulação, desenvolvendo-se por meio de sistemas de representação, como por exemplo, as línguas (empírico). Assim, inferimos que linguagem é um trabalho constante de representação em que temos

²³ Utilizamos esta expressão com muito cuidado, já que para Culioli, o importante não são as categorizações, mas sim, as operações que levam muitos lingüistas a categorizar.

um processo de referenciação dessa representação; sendo que esta ocorre, como já dissemos, entre o “eu” e o “outro” (lembrando que podemos assumir, concomitantemente, as duas posições), o que nos leva a questionar a linguagem enquanto comunicação, uma vez que somos emissores e receptores ao mesmo tempo.

Para o professor Culioli, trata-se de uma questão de auto-organização do ser – humano; por isso, a TOPE recorre tanto a paráfrases e glosas²⁴, uma vez que cabe-nos, enquanto lingüistas, trabalhar o material simbólico organizado por meio das línguas naturais que é caracterizado como linear, com a existência de um constituinte após o outro e com contexto de esquerda e de direita (e, portanto, restrita). Além disso, não podemos esquecer do papel do extralingüístico que ladeia a criatividade da linguagem.

O trabalho do lingüista consiste num trabalho de construção metalingüística ou que pode ser feito, também, utilizando-se da metalinguagem natural (glosas, manipulações).

Segundo o professor, sua teoria nos dá um instrumento de descoberta de fenômenos, ou seja, uma teoria dos observáveis que permite fazer aparecer observações que não seriam percebidas. Além de permitir-nos dar uma forma abstrata a essas observações.

Ele explica que diante do texto material, desconstruímos em direção às operações, e os “colocar em relação” (2002, p.104). Mas, ao invés de utilizar o termo desconstrução prefere falar em “construção metalingüística”, em que estudamos o valor referencial das marcas.

Assim, não é simplesmente justapor certos elementos a outros, é reproduzir os enunciados por meio de uma análise metalingüística.

Parte-se da idéia de que todos somos munidos do mesmo dispositivo de construção-desconstrução e de que tal dispositivo permite-nos recortar, conhecer e reconhecer as unidades como índices, traços de operações, havendo um estoque de operações comuns entre os sujeitos, de maneira que poderíamos reconstruir algo produzido por outro. Mas isso não basta para dar-nos o sentido preciso do enunciado, pois não abarca a questão da entonação.

²⁴ Termos que serão explicados mais adiante.

Cabe ao lingüista construir uma metalinguagem objetiva que possa captar precisamente as propriedades, inclusive as ambigüidades. E essa metalinguagem da qual falamos deve ter propriedades de exterioridade não devendo o lingüista contentar-se com simples etiquetas dentro da linearidade, esquecendo-se de que nós temos representações complexas no cérebro que a um momento é linearizado de maneira que o outro poderá recuperar os traços e poderá reconstruir as representações.

Além disso, a metalinguagem também concerne à questão do dizível e do indizível. Tudo isso que descrevemos acima são processos que, em geral, não temos consciência que se passam enquanto falamos.

Língua e linguagem estão de tal maneira imbricadas que poderíamos dizer que são bagagens do ser-humano. A linguagem como uma bagagem genética (a invariância) e a língua natural (a variação) como uma bagagem cultural, o formal e o empírico, respectivamente, de tal maneira que o ser-humano privado de uma delas não se desenvolveria.

Assim, a linguagem e o indivíduo ficariam entre esses dois pólos, e a atividade discursiva os desestabilizaria. Por isso a TOPE recusa a concepção de língua utilizada como objeto da lingüística, caracterizada como estática, invariante e homogênea. O que essa teoria procura é a própria invariância, de maneira que, pouco importa se o informante é o próprio lingüista ou não, porque a procura não está no produto acabado, mas, nas inúmeras significações que um enunciado (pensado, por exemplo) prolifera sobre si próprio. Percebemos, pois, a forte ligação entre cultura e língua, ou seja, a inserção psicossociológica do falante que lhe permite perceber as sutilezas da significação (estilo, ênfase, variáveis psicológicas e sociológicas, etc.), o que, por conseguinte, permite-nos, também, perceber a importância do papel do lingüista ao estudar o processo de linguagem.

A abordagem aqui defendida é a de que talvez a atividade de linguagem em uma mesma pessoa seja um processo semelhante ao que acontece entre as pessoas no todo. Trata-se do modelo das operações enunciativas, que propõe estudar a natureza da variação e a atividade reguladora existente intrafalante e interfalantes (psicossociológico).

Essa atividade reguladora é de natureza epilingüística (um trabalho silencioso de metalinguagem inconsciente) que se realiza por meio das famílias parafrásticas, isto é, que têm natureza explicativa. A atividade epilingüística permite

também glosar (explicar), trata-se de algo de natureza explicativa mais livre do que a paráfrase, ambas buscando enxergar, nas formas, os mecanismos lingüísticos.

Assim, para o professor Culioli, o lingüista deve procurar, descobrir e explicar os fenômenos (fatos).

Todo esse trabalho com glosas e paráfrases parte do que é conhecido na teoria das operações enunciativas por léxis e operações predicativas e enunciativas, as quais garantem o funcionamento dessa atividade reguladora, o que atesta a linguagem como um esforço.

Vê-se, assim, que essa abordagem procura a elaboração de um sistema de representação metalingüístico cujo instrumento metodológico é, sem dúvida, a metalinguagem que permitirá uma visão mais refinada por parte do lingüista com suas glosas epilingüísticas.

Reforça-se, assim, que nesta teoria a linguagem é uma capacidade inata de construir representações, referenciá-las e regulá-las, e o acesso que temos a ela é somente através de textos (o que justifica o nosso trabalho com tal material). O texto é entendido como um arranjo de marcadores que são traços de operações subjacentes a sua produção ou reconhecimento.

Os arranjos variam por estarem sujeitos às especificidades das línguas (diversidade de categorias e de características de superfície). A partir disso constatamos a importância da metalinguagem com a finalidade de se chegar a uma representação de propriedades universais da linguagem.

Para isso, Culioli pretende reconstruir as noções primitivas, as operações elementares, regras e esquemas que geram as categorias gramaticais e arranjos específicos a cada língua.

É por esse motivo que, para ele, o lingüista deve alcançar muito mais do que meras propriedades classificatórias, uma vez que, é necessário que se construa, também, um sistema de representação metalingüística e uma teoria dos observáveis, além da necessidade de se formular problemas.

Assim, em nossa pesquisa, tentaremos trabalhar com uma forma de sentido abstrata da marca “para”, que seria o resultado de operações que serão simuladas com a marca por meio de um sistema metalingüístico de representação.

O enunciado jamais está sozinho, segundo Culioli, ele é sempre construído por meio dessas operações citadas acima, e colocado em relação com todo o texto (contexto) e com a situação:

Vous demandez à un informateur qui vous a dit quelque chose: Qu'est-ce que vous entendez réellement par là, et si je disais ça, est-ce que ce serait équivalent? Et c'est tout ça qui finalement va vous fournir votre énoncé. Et l'énoncé, c'est ce construit théorique qui me permet d'établir toutes ces relations, d'effectuer, plutôt, toute cette mise en relation. (CULIOLI, 2002, p.68)

De acordo com as palavras da citação, vemos que todo enunciado existe em relação a outros enunciados aparentados, o que o estudioso chama de “famílias parafrásticas” (que já citamos). Assim, temos uma espécie de gerador de enunciados e todo enunciado vai estar dentro de uma relação em relação aos outros enunciados; que podem ou não aparecer, mas que se glosarmos, eles vão aparecer a partir da léxis. Esse trabalho com o enunciado tem que ser natural “*ça c'était le premier point: il faut que ce soit nature*” (CULIOLI, 2002, p.141).

Nosso trabalho é um trabalho empírico e de observação no qual a imaginação é muito importante e está em parte ligada à prática (devido à aplicação de testes clássicos: negação, interrogação, retomada, etc.). Tudo isso nos leva a dar conta da sutileza da nossa atividade mental quando falamos e/ou escutamos.

Percebemos que as marcas (os termos, as palavras) são totalmente variadas. Assim, haveria algo comum em tudo isso que nos permitiria dar conta de todos os empregos nesta diversidade? A TOPE mostra que é possível. “*Le travail va bien consister à travailler à l'intérieur d'une langue donnée, faire foisonner, repartir dans une autre langue, revenir à sa langue. Et puis vous pouvez continuer*”. (CULIOLI, 2002, p.146).

É importante que o trabalho de pesquisa seja feito sobre uma língua que é nossa primeira língua, ou uma língua que nos seja muito próxima, ou ainda aquelas línguas às quais temos acesso por intermédio de outros. Depois, devemos trabalhar no sentido de perceber uma “organização”, fazê-la emergir de um nível de abstração muito grande. Veremos que essa organização não é universal, mas uma invariância, dentro da qual trabalhamos a variação.

Nesse sentido, fica difícil falar em gramática universal, sendo mais plausível, portanto, que se mencione um estoque de operações, de categorias e de conceitos primitivos, segundo Culioli (2002, p. 148). Nosso trabalho é propriamente o de colocar em relação o conceitual e o empírico, o que sempre revela uma

questão/descoberta, levando-nos à apropriação das operações da linguagem à medida que fazemos aparecer aquilo que não estava nítido (mas que, sem dúvida, existe). Para Culioli, a linguagem é sempre um « colocar em relação »:

En gros, moi je dirais, pour le langage: vous avez toujours une mise en relation de telle manière que vous avez un terme repère et en terme repéré. Une fois que vous avez constitué ça, cet objet que vous venez de constituer entre en relation avec autre chose. De telle manière qu'après, et c'est bien ce qui nous intéresse, vous aboutissez à un moment donné à un énoncé. (CULIOLI, 2002, p. 151).

Esse trabalho de “colocar em relação” não revela-se muito fácil, daí as pessoas preferirem trabalhar sobre etiquetas. No presente trabalho estamos à procura da atividade mental à qual não temos acesso direto, apenas por intermédio das marcas que são traços dessas operações, e, portanto, de seus representantes materiais para, assim, chegarmos ao “como” constroem-se as operações, as categorias gramaticais, o “colocar em relação”, de maneira que possamos referir, ajustar os sistemas de referência, etc.

Assim sendo, as marcas, enquanto traços de tais operações, não podem ser reduzidas a simples etiquetas, ou seja, a um único valor. Tudo depende da interação dos fatores locais (o contexto), os fatores globais, a situação, os fenômenos lexicais, entre outros, em torno de um núcleo invariante. Isso tudo permite-nos produzir um texto que é interpretado a partir das marcas as quais produzem operações na mente de outrem. As relações vêm das representações que construímos a partir de nossa experiência de mundo, de nossas representações, de nossas regulações em relação à alteridade.

Assim, ao invés de dar uma gramática, a linha culioliana de pesquisa quer dar-nos as operações de colocar em relação (as invariantes). “*Et donc, là aussi, le concept de marqueur est un concept important, parce qu'il renvoie à des opérations, qui sont à un niveau d'abstraction supérieur, et qu'il permet la comparabilité entre des langues.*” (CULIOLI, 2002, p.184).

A partir da relação entre os marcadores avaliamos: “é bom, é mal, indiferente...” e é aí que surge toda a complexidade de um termo pequenino como “para”, por exemplo.

Culioli (2002) ressalta que, nesta teoria, trabalha-se sobre as formas, mas não as formas isoladas, as formas construídas pelo sujeito e que estão sempre em relação, o que significa que nunca se pode dizer que em um dado momento: temos tal palavra, temos uma forma.

Desse modo, nossa metodologia de trabalho caminha no sentido de procurar as propriedades irredutíveis da marca “para”, o que nos permitirá descrever seus diferentes usos e, principalmente, seus significados associados, incluindo em particular o “como” ela se relaciona com as chamadas “categorias gramaticais”.

4.1 Algumas palavras sobre a leitura dos Enunciados

Tomamos como base um *corpus* jornalístico e nele tentamos analisar o uso da preposição “para”.

Nosso trabalho fundamenta-se no fato de as definições comumente atribuídas à marca “para” serem insatisfatórias, uma vez que não abarcam todas as variações semânticas decorrentes da língua em uso, impedindo, muitas vezes, a compreensão da interação observada entre a própria preposição e a sua estrutura contextual. Buscam-se definições, não na origem do processo significativo, mas no término, reduzindo-as a um valor semântico meramente contextual do fato lingüístico analisado.

Com base na teoria das operações predicativas e enunciativas, adotaremos uma concepção gramatical que, ao constituir a identidade semântica da unidade morfo-lexical²⁵ em questão, revela e traduz a dinâmica da interação. Essa identidade da qual falamos só é apreendida pelas interações contextuais, o que vem a justificar nosso trabalho de análise, levando-nos aos princípios de seu funcionamento.

L'identité d'une unité se définit non par quelque sens de base, mais par le rôle spécifique qu'elle joue dans les interactions constitutives du sens des énoncés dans lesquels elle est mise en jeu. Ce rôle est appréhendable non pas comme un sens propre de l'unité, mais à travers la variation du résultat de ses interactions. [...] La valeur brute d'une unité est toujours une valeur abstraite, une épure, pas une désignation, un pontentiel et non pas un contenu. (FRANCKEL, 2002, p. 9-10 apud LOPES, 2007, p.5)

²⁵ Usamos “morfo-lexical” embora discordemos desse tipo de “categorização”, mas, como filhos de uma escola que, constantemente, baseia-se em categorizações, usamos esses termos para sermos minimamente compreendidos.

O objetivo desse nosso trabalho é examinar os vários usos da marca “para”, com o intuito de encontrar a propriedade invariante abstrata que os sustenta e como tal propriedade invariante é manifestada em seu uso. Se, como já o dissemos, a marca contribui para o significado do enunciado que a contém, então este é o nosso segundo objetivo: verificar como tal propriedade invariante de “para” contribui para o significado do enunciado em que ela ocorre.

Dessa forma, pretendemos ir além da mera classificação de “para” como uma preposição ou um índice de função gramatical. Nossa meta é concentrarmo-nos em como ela opera na linguagem e com a descoberta de tal caminho (sua identidade básica) tentamos explicar por que e como muitas outras marcas com a mesma função, em várias outras línguas do mundo podem ser analisadas como “para”.

Para isso, precisamos de um trabalho que considere a articulação da invariância e variação de um elemento lingüístico, e, a articulação do significado da invariante – como propriedade de “para” – e a diferença semântica que essa marca traz.

Como início de nosso estudo do funcionamento da marca “para”, examinaremos o seu comportamento em enunciados retirados do jornal Folha de São Paulo de 2007. A nossa opção por um corpus jornalístico deve-se ao fato de já termos trabalhado com esse tipo de material na iniciação científica e também por acreditarmos que, apesar de ser considerado como um texto objetivo, sempre teremos um jornalista “segurando” (por trás) do texto. É um corpus interessante para nosso trabalho, inclusive pelo fato de a TOPE consistir em uma teoria da produção de texto: sempre que, ao escrevermos, achamos que o texto não ficou bom, apagamos e ficamos com a versão final. O que pretendemos é recuperar e observar esses textos (processos) anteriores à produção, os quais são um trabalho, ou seja, são linguagem. E, em tratando-se de um corpus jornalístico, há um longo processo até se chegar à versão final, uma vez que o jornal sempre busca eliminar a ambigüidade que é inerente às línguas naturais, ou seja, veremos que ela sempre estará presente, mesmo num corpus considerado formal.

Com relação ao fato de termos escolhido um corpus atual e mais formal, justificamos que isso não alterará em nada nossas conclusões a respeito das operações predicativas e enunciativas da marca “para”, uma vez que a identidade da unidade é definida pelo papel específico que ela desempenha nas interações constitutivas de sentido dos enunciados dentro dos quais ela é colocada em jogo. E

esse papel específico, do qual falamos, só é apreensível através da variação dos resultados dessas interações.

A nossa leitura dos enunciados terá como objetivo levar-nos a observar a organização enunciativa em questão, o que implica analisar o aspecto sintático-semântico-discursivo, para então, concluir sobre o verdadeiro “papel” da marca “para”, se assim podemos chamar.

Para isso, como já o dissemos, levaremos em conta os pressupostos do modelo culioliano de análise lingüística, procurando, a partir das marcas dos enunciados, recuperar as ações que os sustentam.

Resta lembrar que a nossa abordagem será, predominantemente, ilustrada com o português, mas, embora conscientes da extensão do empreendimento, tentaremos desenvolver conceitos que se apliquem a muitas línguas naturais.

A fim de identificar as formas válidas de raciocínio, devemos apelar à nossa intuição e à nossa compreensão dos significados de expressões SE...ENTÃO. Precisaremos disso até conseguirmos chegar a uma lista finita, pequena e manipulável. Assim que esses esquemas forem identificados, passaremos, então, a construir raciocínios complexos em que os aplicaremos de maneira automatizada.

Vale lembrar, novamente, que trabalharemos (na próxima seção) com parafraseamento de enunciados, e que a família parafrástica a que chegaremos (a que se refere Culioli),

Não diz respeito à identidade semântica entre esses enunciados, mas quer dizer que esses enunciados remetem a uma *invariante* (esquema comum) a partir do qual ocorrem operações lingüísticas (predicativas e enunciativas) responsáveis pelas *particularidades lingüísticas* (variáveis) presentes em tais enunciados realizados. (ONOFRE, 1994, p. 119).

Para finalizar esta seção, lembraremos, novamente, que a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas parte das particularidades (produto lingüístico) e procura chegar às generalidades (produção lingüística), ou seja, às operações generalizáveis que passam por operações lingüísticas/ extralingüísticas, responsáveis por gerar as particularidades no discurso. Será exatamente esse o nosso trabalho de pesquisa nas próximas páginas.

5 LEITURA DOS ENUNCIADOS

Justificados o *corpus* e a metodologia de nosso trabalho, resta-nos colocá-los em prática.

Partiremos dos valores referenciais como um constructo (e não como um dado) que podem ser designados pelos enunciados e não apenas por unidades isoladas como morfemas ou fonemas por não serem totalmente independentes. Pensemos na marca que ora estamos analisando, tomamo-la a partir dos enunciados e das situações em que aparece. Não há como analisá-la isoladamente.

Por isso, precisamos descobrir quais são os processos que ligam os diferentes usos da marca para tentar explicar como eles estão relacionados. Partimos do pressuposto de que, por trás de seus vários usos, existe uma invariante abstrata que ainda não foi adequadamente caracterizada pelas etiquetas gramaticais. Assim, pensamos que tal propriedade invariante pode ser mapeada através de um rigoroso estudo de como a marca em questão opera na linguagem.

Como ponto de partida para o estudo do funcionamento da marca “para” examinaremos o comportamento da seqüência abaixo:

(1) Estado anunciou retomada das obras, mas conclusão total foi postergada para 2008.

(1a) *Estado anunciou retomada das obras, mas conclusão total foi postergada.*
(ausência da marca)

(1b) *Estado anunciou retomada das obras, mas conclusão total foi postergada <e o Estado espera que só fiquem prontas em 2008>* (substituição da marca por uma frase)

(1c) *Estado anunciou retomada das obras. A conclusão delas foi postergada com limite em 2008. Logo, só em 2008 as obras poderão ficar prontas.* (conclusão lógica)

(1d) *Para o Estado, obras só se concluirão em 2008. Será que se concluirão mesmo, hein?* (opinião)

(1e) Estado anunciou retomada das obras, mas conclusão total foi postergada para 2008. Assim, ficou para 2008 o encargo das finalizações, já que o governo não pode mais adiar tal conclusão. (fim)

Contra-leituras:

(1f) Estado anunciou retomada das obras, mas conclusão total mudou de 2008 para 2009.

(1g) Conclusão total foi postergada para 1990.

No enunciado *1a* notamos que a ausência da marca “para” causou a falta de uma meta, uma vez que “para 2008” indicava que o Estado tinha uma tarefa a cumprir, além de um prazo, e que essa tarefa deveria cumprir-se em 2008.

A ausência da marca impossibilitou o aparecimento de “2008”, o que reforça a hipótese de que “para” coloca enunciados e termos em relação. No enunciado *1a* o leitor fica com a impressão de que estas obras estão “a Deus dará”; o que reforça a idéia de que a preposição “coloca em relação” um enunciado situado à esquerda e um enunciado à direita dela, dando ao último uma característica, no caso do presente exemplo, de uma “meta” a ser cumprida pelo Estado. Constatamos que num esquema geral, teríamos a preposição “para” atuando na organização do enunciado de maneira a fazer aparecer ou pressupor um termo de partida para chegarmos a uma “meta”, termo de chegada.

A partir da relação:

Conclusão	postergada	↓	2008
			Para

Assim, a marca “para” já condiciona nossa visão (lembramos do “encadeamento enunciativo”, para usar um termo de Cadiot) para o que ela aciona. Por meio dela, podemos reconstruir o enunciado: “bom, se ficou para 2008, isso quer dizer que já tinha sido prometido anteriormente. Daqui para frente, pode ou não ser cumprido, mas a meta é a de que seja em 2008”.

Assim, já partimos do pressuposto de que o Estado havia anunciado uma data, mas, adiou para uma outra (no caso, 2008). É interessante notar que um “de” no lugar de “para” traria um significado diferente. Desse modo, verificamos que a marca “para” organiza o enunciado causando a relação entre contextos de esquerda e de direita e atribuindo uma característica para o contexto à esquerda.

No exemplo *1b* em que se substitui a marca por uma frase, ainda guarda-se a idéia de uma “meta” (embora aqui já pareça que essa meta será cumprida); com o “para”, tem-se a impressão de que não necessariamente as obras ficarão prontas em 2008, ele representa uma meta, que pode ser cumprida ou não.

É com esse raciocínio que podemos perceber que a preposição “para” introduz uma nova informação, a informação de uma meta “a ser cumprida” em 2008 pelo Estado.

Em *1c* chegamos à mesma conclusão que em *1b*, embora *1c* transmita um pouco mais de firmeza, exatamente por utilizar-se de um mecanismo lógico. O que acontece aqui é que o uso da marca “para” dispensaria todo esse processo de pensamento, visto que ela, em sua natureza, já indica uma retomada do termo anterior (ponto de partida) e o percorre em direção a sua “meta”.

O enunciado *1f* ilustra de forma bem clara o tipo de operação que é acionada pela marca “para”: basta uma mudança do termo da direita para a esquerda para que o que era uma “meta” se torne um ponto de partida. Assim, “para” opera no sentido de, ao mesmo tempo, tirar e atribuir uma característica a algo ou alguém. Com efeito, pensaríamos na marca “para” atribuindo a 2008 a característica de ser a meta do Estado para cumprir o que ele deseja, questão que envolveria o aspecto temporal²⁶; enquanto o seu contexto de esquerda ficaria com a característica desse processo de “meta”, ou seja, um ponto de partida e um ponto de chegada, que podem ser observados tanto em *1e* como no enunciado *1*.

Outra questão bastante interessante consistiria na característica de uma aparente “posse” (conceito bem abstrato) que é atribuída às obras. Essa posse seria transferida a elas pela marca “para”, o que nos faz pressupor que, no ano anterior, ou antes, essas obras não puderam ser finalizadas e só chegamos a esse preconstructo porque a marca “para” atribuiu esta característica às obras (a de

²⁶ Que discutiremos mais adiante.

serem concluídas em 2008). Assim, 2008, o termo da direita, especifica o termo da esquerda, isto é, temos uma meta que é transferida para outra meta.

A marca “para” aciona operações que nos levam a uma anterioridade, pensando em T0 (instante da enunciação) e Ti (instante anterior à enunciação), teríamos que em Ti, tal propriedade não pertencia às obras. A partir do momento em que se atenta a um “para” que traz todo um preconstruído de esquerda e, à direita de “para” lançamos mão de 2008, temos atribuída às obras a característica de serem concluídas, e especificamos em 2008 (o ano indicaria a meta do Estado). Neste enunciado não ocorre a troca de “para” por “de”, o que nos leva a constatar, dessa forma, a transferência de uma meta para outra meta. Logo, no momento da enunciação T0 temos que o Estado tentará terminar em 2008; conseqüentemente, o “para” não indicaria apenas a “meta” em si, mas ele especificaria, neste caso, esta meta: *realizar as obras em 2008*. Dizemos não só a “meta” porque o “para” também nos orienta para a “não-meta” em Ti. Sabemos que “as obras” podem ter a característica de serem concluídas, mas esta característica só lhes é conferida por “para”, como se ele fizesse uma projeção. Assim, enquanto em T0 temos 2008 caracterizando a finalização das obras (“meta”), em Ti, que é um instante anterior à enunciação temos “foi postergada para 2008”, ou seja, neste instante é como se esta especificação do ano ainda não pertencesse às obras. Assim, em *1d* temos o realce de Ti, enquanto em *1e* vemos realçado o instante da enunciação. Nota-se que a marca “para” traz certa ambigüidade ao enunciado, pois, sem realçarmos um ou outro T não sabemos se as obras serão ou não realizadas. Daí a importância do contexto de que tanto falamos no decorrer de nosso trabalho.

Uma característica atribuída à marca “para” por Rocha Lima seria fim ou destinação, mas o que nos garante que “para” neste nosso enunciado é um fim? Trata-se de uma “meta” (“para” é um operador, um relator que projeta um ato enunciativo) que pode ou não ser cumprida em 2008. É preciso tomar muito cuidado ao utilizar-se desta palavra “fim” quando do tratamento da marca “para”, que, por si só, traz ambigüidade. Em *1e* teríamos essa característica com a ajuda de um contexto.

No enunciado *1d*, nota-se que a troca da preposição “para” por “em” resulta em uma mudança de sentido: o que antes era uma meta que poderia ou não ser cumprida, agora parece ser apenas um fato. É uma característica que já faz parte das obras (que, enquanto obras, são passíveis de serem construídas) e, pela

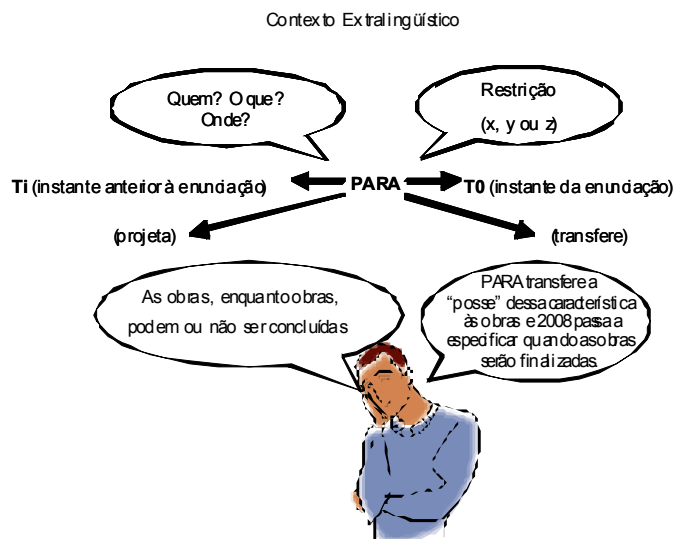
propriedade da extração de Culioli, foi tirada e voltada para as mesmas por meio da marca.

Extraímos das obras uma característica para depois devolvê-la: é como se marca “para” anaforizasse essa informação (de as obras poderem ser construídas) e depois inferimos a flechagem que consiste em retomar as obras, mas já com inferências permitidas através das informações da extração.

Pensando nas terminologias da GT, “para 2008” seria classificado, na maioria das vezes, como um adjunto adverbial de tempo, sendo “para” um mero adjunto adnominal; entretanto, em nossa análise, percebemos o quanto ele é importante e o quanto se projeta no enunciado, tanto no contexto de direita quanto no de esquerda e, inclusive, no contexto extralingüístico. No contexto de direita, percebemos a projeção no exemplo de flechagem e, no de esquerda, a marca projeta uma idéia de transferência.

Estado anunciou retomada das obras, mas conclusão total foi postergada para 2008

Figura 1²⁷:



²⁷ Os elementos essenciais, sem os quais não há enunciação, os sujeitos enunciadore (enunciador e co-enunciador) e a situação de enunciação à qual eles pertencem, provém de uma acomodação intersubjetiva e o diálogo (que pode ser do “eu” consigo mesmo), constitui, portanto a dimensão fundamental da “comunicação”.

Percebemos com Cadiot que a marca “para” traz uma solução de continuidade enunciativa; traz também um pré-enunciado e para nós, ainda um pós-enunciado. Enfim, a marca “para” é muito importante por acionar operações não apenas de natureza sintática, como se costuma encontrar nas referências bibliográficas sobre o “para”, mas também de natureza semântica, pragmática e enunciativa. É um centro atrator que não se resume a sua redução fonética e tampouco pode ficar preso a categorizações da Gramática Tradicional pelo fato de ser muito mais do que um simples relator.

Ela não é apenas um simples índice da função gramatical do termo que a segue, uma vez que desencadeia todo um processo de representação e referenciação dentro do discurso, pois a linguagem não é algo para ser rotulado, ela é, segundo a TOPE “a capacidade inata de construir representações, referenciá-las e regulá-las”.

Assim, tem-se que superar esses rótulos da GT para se chegar à invariância da linguagem, e sabemos, desse modo, que “para” não é um simples rótulo de identificação gramatical do termo que a precede, ele tem importância no enunciado todo. Pensarmos como na GT, leva-nos a uma visão parcial do assunto, onde mascara-se o problema para facilitar o acesso que temos à linguagem, mas ao tentar facilitar, não dá a noção do todo da linguagem, e sim de secções da mesma. É o que queremos mostrar na análise deste enunciado que, dificilmente, esgotar-se-à, pois os valores intersubjetivos e empíricos de “para” fazem parte de uma lista que está longe de ser fechada.

Se lançarmos mão de mais uma glosa, *1g*, nosso conhecimento de mundo sofrerá um estranhamento do tipo “esse jornal em que se encontra essa notícia é de quando?” O “para” projeta um “futuro” mesmo nesse caso, um futuro (a noção de tempo é importante) que já passou, mas que está representado por “para”. A marca (dentro do enunciado projeta um futuro em Ti) fica dividida entre A e B (A R B), nos dá “as obras adiadas” e projeta quando ficarão prontas (é o que Culioli chama de relação predicativa). É por isso que esses níveis de enunciação são importantes, e devemos recorrer a eles, tendo em vista que, por meio da metalinguagem, chegamos à “noção” da marca “para”, que está bem ligada à questão de posse e à noção espaço - temporal.

Basta observar o esquema colocado na figura exposta anteriormente, em que percebemos que a marca “para” suscita várias perguntas: para onde? para o que?

para quem? em Ti, mas em T0 restringe a resposta, ou seja, atribui a um termo X (à sua esquerda) a posse da meta, fim, o que nos leva à conclusão de que essa mudança de Ti para T0 se dá devido aos efeitos observados em T0.

A seguir, analisamos um próximo enunciado:

(2) Para D’Urso, o empreendimento vai contribuir para o aquecimento do turismo na cidade, o que beneficiará os moradores.

(2a) A opinião de D’Urso é a de que o empreendimento beneficiará os moradores, porque vai aquecer o turismo na cidade. (substituição da marca por uma sentença)

(2b) D’Urso acredita que o empreendimento beneficiará os moradores. (substituição da marca por uma sentença)

*(2c) O empreendimento vai contribuir para o aquecimento do turismo na cidade, para D’Urso. **

(2d) D’Urso, empreendimento beneficiará os moradores, porque vai aquecer o turismo na cidade. (ausência da marca)*

Percebemos que também neste enunciado, parafraseado acima em 2a, 2b, 2c e 2d a marca “para” traz a idéia de “posse”, como podemos notar quando da observação desta marca enquanto transferindo para D’Urso em T0 a característica de possuir uma tal opinião, uma vez que D’Urso é um indivíduo e, portanto, passível de possuir “opinião”. Mas, tal opinião não pertence a ele em Ti (aqui, a marca faz apenas uma projeção desta possibilidade de posse), que seria um tempo anterior ao tempo da enunciação. Somente em T0, como o vimos no esquema de “para” acima representado, é que D’Urso é dotado da opinião.

Esse processo torna-se evidente em 2c, onde temos um enunciado que causa um certo estranhamento, além de não sugerir posse nem relação de D’Urso com o enunciado.

A indeterminação do sentido de “para” (Para D’Urso; isso é para você; estamos indo para o Rio; isso é para terminar; comprimidos para gripe...) “se explica, em geral, pelo jogo de diferentes encadeamentos” (CADIOT, 1991, p.32)

Temos neste enunciado 2 que a marca “para” mostra-nos um sentido de base, apesar dos vários encadeamentos, o de que existe uma pessoa (D’Urso) e por existir essa pessoa, veja a opinião dela. Isso revela que “para” pressupõe a existência de algo que passa a possuir uma tal propriedade a que já era suscetível, mas que não a possuía antes de a marca fazer essa “transferência”, por assim dizer. E aí estaria a importância de “para”, servindo como um desencadeador de um processo de construção referencial. Segundo Cadiot, os substantivos não se afirmam sozinhos, eles dependem de um referencial, que neste caso, é o “para”. Não entraremos no mérito da afirmação de Cadiot, uma vez que, o que nos interessa é o processo de construção referencial da marca, com todas as suas possibilidades de esquerda e de direita, incluindo o contexto extralingüístico.

Também no enunciado que estamos analisando notamos que 2c é estranho aos nossos ouvidos, pelo menos, se interpretarmos como “segundo a opinião de D’Urso”. Apesar dessa estranheza, mesmo neste enunciado, temos a marca restringindo a opinião, ou seja, existem n possibilidades de possuidores de opinião, mas neste enunciado, ela pertence (em T0) a D’Urso.

Culioli (2002) dá um exemplo parecido com este em francês, mas que, na respectiva língua provoca um pouco mais de discussões pelo fato de não parecer tão estranha aos ouvidos como 2c. Vejamos o exemplo de Culioli:

Pour manger, il mange

Que pode trazer duas interpretações de base, a saber, a de que o indivíduo referido no enunciado é um guloso ou que não tem nojo, ou é enjoado para comer. Além disso, a maneira como está construído o enunciado com “pour” traz um valor exclamativo, o “alto grau”. Se mudarmos um pouco a construção:

Il mange pour manger.

Mesmo nesse caso, poderíamos dizer que o indivíduo referido é um guloso, porque come mesmo sem querer; embora possamos, também, interpretar o enunciado de maneira oposta: “ele come por comer, não come por gosto”. Vale lembrar que no português, nesse segundo caso, não usamos a marca “para” e sim “por”, ou seja, temos uma diferença qualitativa no que diz respeito à preposição.

Um fator que merece destaque nas leituras do enunciado 2 é que, neste caso, há um realce da modalidade apreciativa. As operações aspectuais modulam no tempo e no espaço os jogos de relação entre enunciador e co-enunciador, para que eles possam construir ou reconstruir os domínios de referência. Dessa maneira,

temos claramente a inserção do sujeito da enunciação²⁸, que possui uma avaliação subjetiva do assunto. Sendo assim, podemos dizer que a marca que estamos estudando no presente trabalho é uma marca, por excelência, nessa teoria, de inserção do sujeito e, portanto, de fundamental importância na língua, devendo ser estudada nas suas mais profundas realizações.

Vejamos o próximo enunciado:

(3) Uma ponte para a fantasia: conheça um reino distante do mundo real.

(3a) Uma ponte <que tem a propriedade de conduzir à fantasia> permite se conhecer algo diferente do mundo real.

(3b) A fantasia ganhou uma ponte, agora fica fácil transitar do mundo real ao imaginário.

(3c) Uma ponte que foi construída com a finalidade de levar-nos ao mundo da fantasia.

(3d) Uma ponte, conheça um mundo distante do mundo real.

No enunciado 3, temos uma ambigüidade causada pelo conhecimento de mundo (empírico, extralingüístico), uma vez que partimos do pressuposto que temos a respeito do objeto “ponte” enquanto algo concreto, que permite a passagem de um lado a outro de um rio, lago, buraco, entre outros empecilhos. Esse nosso conhecimento prévio leva-nos a interpretar “fantasia” como o nome de um lugar ao qual se chega com o auxílio de uma ponte cuja propriedade é servir de instrumento de passagem de um lugar à outro, levando-se em consideração que esses lugares não teriam essa ligação se ela não existisse 3c.

Por outro lado, é exatamente nosso conhecimento de mundo que permite-nos compreender a abstração presente no enunciado, isto é, entendemos, por analogia, que essa ponte seja algo que nos liga a um mundo imaginário. Ela pode ser

²⁸ Não que isso não ocorra nos outros enunciados, o sujeito tem grande relevância nessa teoria, mas é que no caso do presente enunciado, está bem explícita sua participação e conseqüente inserção.

interpretada como um texto literário, uma peça de teatro, enfim, algo que leve nossa imaginação à fantasia 3d.

Por meio das paráfrases percebemos bem a função da marca “para” neste enunciado.

(3a) Uma ponte <que tem a propriedade de conduzir à fantasia> permite se conhecer algo diferente do mundo real.

Vejamos se o procedimento Ti-T0, aplicável aos enunciados anteriores mostra, também aqui, as propriedades da marca “para”, ressaltadas anteriormente. O que percebemos, até o momento, é que os enunciados utilizados apresentam a marca “para” com diferentes “micro-funções” canônicas, digamos assim. Vemos que, no primeiro enunciado, a marca aparece como uma projeção para o futuro, o que acontece quase sempre. A marca projeta algo para um futuro mesmo num enunciado como *Ele volta para casa*, onde vemos que, apesar de o enunciado orientar-nos no sentido de “voltar”, o que acabamos ligando a “para trás”, e até mesmo a “passado”, a marca projeta algo para um futuro, uma vez que partimos do pressuposto de que a casa é um lugar passível de se voltar, portanto, alguém terá essa propriedade. A marca projeta para o “eu” o fator “voltar para casa”, transferindo ao “eu” (Ti) tal característica, passando o “eu”, finalmente, a possuí-la (T0).

O mesmo acontece se colocarmos o mesmo enunciado no passado: *Ele voltou para casa*. Temos a marca “para” funcionando na projeção, mesmo tratando-se de um tempo passado, e, portanto, transferindo a propriedade de “voltar” para o “eu”.

Acontece o mesmo que no enunciado 2, onde temos “D’Urso” que tem todas as propriedades de ser alguém que pode ter opinião recebendo essa “característica/propriedade” pela marca “para”, que também transfere em T0 essa opinião para D’Urso.

Neste enunciado de número 3, a mesma marca “para” leva-nos, a enxergar que num momento Ti temos uma ponte, cuja propriedade é permitir a passagem de um lugar X para um lugar Y. Mas é somente em T0 (tempo da enunciação) que a ponte adquire, de fato, essa propriedade, no momento em que “para” transfere a ela essa característica.

Poderíamos pensar em mudar a entonação do enunciado para ver se as operações geradas pela marca “para” mudariam. Vejamos:

(3e) Uma ponte para a fantasia?

(3f) Uma ponte para a fantasia?

(3g) Uma ponte para a fantasia?!

Seguindo o exemplo de Culioli, tentamos trabalhar esses três enunciados do ponto de vista da entonação. No nosso caso, estamos fazendo isso para testar tudo o que discutimos até o momento a respeito das propriedades operacionais da marca “para”.

No enunciado 3e, teríamos um pergunta de curiosidade que seria respondida somente com um sim ou com um não. Podemos notar no trecho abaixo, por nós manipulado, que as operações da marca, não alteram-se neste contexto entoacional, o que não significa que, em outros, isso não ocorra; ainda estamos testando as propriedades que achamos pertencer a esta marca.

(3e) Uma ponte para a fantasia? Sim, qual o problema?

Mas, para a fantasia? Sim!

Que curioso esse assunto...

Em 3f poderíamos encontrar uma confirmação se esta ponte é mesmo para a fantasia e não para um outro termo. Verificamos no enunciado abaixo, que também permanece intacta a característica de “para” enquanto um desencadeador das operações acima citadas, isto é, tenta-se descobrir, aqui, se tal característica há de pertencer mesmo à fantasia, ou a um outro termo.

(3f) Uma ponte para a fantasia? Para a fantasia mesmo?

Sim, para a fantasia!

E 3g aparece uma surpresa,

(3g) Uma ponte para a fantasia!!!? Nossa...uma ponte para a fantasia!!!

Ainda com relação ao presente enunciado, poderíamos pensar na operação de determinação que a marca pode acionar. Pensemos da seguinte maneira: se se diz “uma ponte para a fantasia”, então, a partir deste enunciado, nós não podemos criar “uma ponte não fantasia”, pois por mais que possa parecer estranho, a marca assim o determinou. O termo “ponte” pode possuir a característica de ser capaz de conduzir para a fantasia, nesse sentido, a marca tira-lhe essa característica em T_i para devolver-lhe em T₀ e, nesse processo, não há lugar para uma “não ponte para a fantasia”, já que “para” já projetou a característica. E assim, acabamos caindo na questão do positivo e do negativo, sendo influenciados pela marca em estudo.

(4) O prefeito anunciou que já negocia a doação de áreas para outras três entidades: Ministério Público de São Paulo, uma associação de juízes e outra de contabilistas.

(4a) O prefeito anunciou que já negocia a doação de áreas em benefício de outras entidades.

*(4b) O prefeito anunciou que já negocia a doação de áreas para outras entidades também se beneficiaram. * (valor aspecto-temporal)*

(4c) O prefeito anunciou que já negocia a doação de áreas para outras entidades não reclamarem.

(4d) O prefeito anunciou que já negocia a doação de áreas para que outras entidades revendam.

(4e) O prefeito anunciou que já negocia a doação de áreas. (ausência da marca).

(4f) O prefeito anunciou que já negocia a doação de áreas <de maneira que outras entidades também tenham o benefício de possuí-las> (substituição da marca por uma frase).

(4g) O prefeito anunciou que já negocia a doação de áreas, logo, outras entidades também se beneficiarão (conclusão lógica).

(4h) O prefeito anunciou que já negocia a doação de áreas para que outras entidades também se beneficiem (fim).

No enunciado 4 podemos inferir uma interpretação de base, a de que o prefeito anunciou que já negocia a doação de áreas em benefício de outras três entidades. Mas sabemos que a marca “para” pode trazer muitas interpretações neste enunciado e que, portanto, é preciso saber as operações que envolvem tal processo. Levando-se em consideração que, de acordo com a nossa perspectiva, não devemos apenas ater-nos às categorizações da GT (pois as categorias não são um dado, elas são construídas a partir de operações concatenadas cujas pistas estariam no próprio enunciado, tais como, a marca “para”), pensamos que uma única unidade pode servir para múltiplos objetivos, ou até, relacionar-se a várias categorias. Daí a falha da gramática tradicional ao não dar importância a todos os processos de linguagem. E isso é exatamente o que diz a citação abaixo:

A second shortcoming is that the focus of the analysis is on the category and not on the formatives themselves, with the result that we do not know what is specific to a given formative or how it relates to or differs from other formatives within the same linguistic system. Third, this approach does not explain how and why a given formative may be related to a specific category and not another. Nor does it work out the processes by which a formative marks a category. Therefore, defining a unit as marker of one category or another amounts to defining it only on the basis of a subset of its uses. (OSU, 2003, p.523).

A fim de evitar tais falhas, tentaremos, a seguir, fazer um estudo minucioso das operações e processos da linguagem a partir da marca que escolhemos para estudo.

Se partirmos para enunciados como 4a e 4b, veremos que os encadeamentos da marca “para” influenciam, inclusive, no valor aspecto-modal, uma vez que, se compararmos esses dois enunciados (4a e 4b), constataremos a incompatibilidade e a rejeição que temos ao ouvir 4b (contra-leitura), exatamente por causa do papel intrínseco da marca “para”. Fazemos essa reflexão porque o papel da marca é o de projetar algo, no caso “a negociação da doação de áreas” em relação às outras entidades, ou seja, em benefício das outras entidades. Novamente, nossa idéia de

que “para” carrega consigo uma noção de “posse” aparece, neste caso, uma vez que as áreas citadas passarão a possuir a propriedade de serem para as entidades citadas. E, ao mesmo tempo, podemos dizer que o termo “entidades” especifica essa propriedade. No caso deste enunciado, parece bem concreto esse pensamento, o que talvez leve nosso leitor a pensar que trata-se de uma análise um tanto simplista, já que “doação” está relacionada ao domínio nocional de “posse”. Mas, como já foi dito, no caso desse enunciado, fica bem evidente a questão da posse projetada pela marca porque o enunciado colabora com tal, embora nem sempre isso aconteça e a marca, mesmo assim, continue carregando essa noção (como vimos nos enunciados já estudados).

A rejeição ao enunciado *4b*, de que falamos acima, tem a ver com o fato da marca projetar algo para um futuro que é o futuro na enunciação. Dentro dela enxergamos dois “instantes” da enunciação, se assim podemos falar: o T_i (instante anterior à enunciação, que não está instanciado, plano virtual) e o T_0 (instante da enunciação). O instante da enunciação deve ser posterior ao anterior à enunciação, logicamente, já que a marca faz uma projeção a qual, pelo contexto, vemos que tem que ser para um futuro. Mas isso não ocorre no enunciado *4b*, daí o estranhamento causado, o que nos mostra o quanto a marca está envolvida também com a questão aspecto-temporal.

O enunciado *4c* já aguça nossa sensibilidade à polissemia (indeterminação da marca e do jogo complexo de sentidos que dela resulta) por mostrar-nos uma finalidade para a doação de áreas, por exemplo, para que as três entidades não reclamem. Apesar disso, se pensarmos além de uma simples finalidade (projetada por “para”), concluiremos que a marca está projetando algo e que esta finalidade (intenção) nada mais é do que uma transferência: o estado anunciou que já negocia a doação de obras com a intenção de que estas sejam para as entidades que, por sua vez, não tenham motivos para reclamar. Essa idéia é, sem dúvida, transmitida pela marca e diríamos que trata-se de uma projeção que, de certa forma, está ligada à questão da posse e também “carrega” uma finalidade; tudo isso girando em torno da marca “para”.

É importante observar em *4a*, *4c*, *4d*, *4f*, *4g* e *4h*, por exemplo, a projeção que a marca confere aos enunciados, ou seja, o prefeito negocia a doação de áreas, com o intuito de algo, o que permite-nos imaginar e projetar esse algo, que, no caso, seria um benefício às outras entidades, atribuindo às áreas a

propriedade de ser para as entidades. A projeção da marca está relacionada aos instantes da enunciação (Ti-T0). Vemos, dessa maneira, que ela está, em todas essas paráfrases e glosas, envolvida com a noção de projeção e de posse. Apesar disso, essa posse pode vir a realizar-se ou não, ou seja, a marca possui esta característica e sempre irá projetá-la, podendo ela realizar-se ou não, pois, “para” atribui ao termo que está a sua esquerda uma propriedade que, independentemente da marca, não haveria ou não seria especificada. O interessante é que essa atribuição pode ou não vir a se realizar e o que achamos importante é exatamente esse jogo, essa ambigüidade que a marca causa no enunciado e que só poderá ser solucionada pelo contexto extralingüístico, do empírico que, por sua vez, engloba o sujeito em nossa discussão.

Vejamos o enunciado 4c:

(4c) O prefeito anunciou que já negocia a doação de áreas para outras 3 entidades não reclamarem.

Vemos que ambigüidade é acentuada no sentido, inclusive, de faltar informação para entendê-lo.

Fazemos essa colocação pensando da seguinte maneira: *O prefeito anunciou que já negocia a doação de áreas para outras três entidades não reclamarem*, mas esta doação é para as próprias entidades ou não? Dada a ambigüidade presente em tal enunciado, não sabemos se essas entidades estão prezando pelo benefício de outrem com tais áreas ou se é em seu próprio benefício como já dissemos. Apesar disso, a idéia de “posse” prevalece em ambos os casos, se pensarmos que as entidades só não reclamarão se essas doações forem negociadas e realizadas, em benefício delas mesmas ou de outrem.

A ambigüidade se desfaz no momento em que glosamos tal enunciado da seguinte maneira:

(4c') O prefeito anunciou que já negocia a doação de áreas para outras entidades não reclamarem de não terem sido beneficiadas com tal doação.

Ou ainda:

(4c”) *O prefeito anunciou que já negocia a doação de áreas para outras entidades não reclamarem da falta de boa vontade da prefeitura em ajudá-las na doação de propriedades a quem necessita delas.*

Lancemos mão do enunciado 4e:

(4e) *O prefeito anunciou que já negocia a doação de obras.*

Temos o mesmo caso do enunciado 4a, onde a ausência da marca causa uma ausência de uma projeção e, mais ainda, parece que a negociação das áreas fica também a “deus dará”, uma vez que o prefeito anunciou, mas não temos a menor idéia de quem será o beneficiário dessa ação. Novamente, a ausência da marca revela claramente o seu papel no enunciado.

Em 4f temos a substituição da marca por uma frase, o que acaba explicando o papel de “para” (ou seja, parafraseia-o), mostrando a questão da posse projetada, assim como em 4g.

Já em 4h mostra-se a finalidade, já discutida, onde “para que” exerce tal função em conjunto.

O enunciado 4d “*O prefeito anunciou que já negocia a doação de áreas para que outras entidades revendam.*” mostra claramente a questão da posse e parafraseia muito bem a questão que envolve a marca “para”, isto é, a de que, tais entidades só vão poder revender tais áreas porque “para” projetou essa posse em áreas, ou seja, as áreas passam a possuir a propriedade de pertencer às entidades e, portanto, essas podem revendê-las.

Podemos enxergar a marca “para” de um centro de perspectiva da delimitação do sentido do enunciado, ou seja, ela aciona operações que vão lhe conferir sentido.

Tomemos o presente enunciado no esquema x para y, em que x seria do doador e y, o alvo de doação. Por esse raciocínio, podemos perceber que a marca “para” projeta uma idéia de “posse”²⁹ no termo a sua esquerda no instante anterior à enunciação, *Ti*, e, em *T0* essa projeção acontece, e x, ou seja, as “áreas” passam a ser vistas como especificadas, por meio da marca, por uma propriedade que, a

²⁹ Vale ressaltar que essa “posse” não tem apenas a ver com o domínio nocional de “doar”, mas com a natureza intrínseca da marca, como pudemos constatar no mestrado.

princípio, não existiria ou não lhe especificaria: as áreas são apreendidas como “áreas das entidades”. Vemos que isso é algo momentâneo, caso contrário, essa característica não precisaria ser-lhe atribuída.

Podemos tornar nossa análise ainda mais completa ao observarmos o elemento *y*, à direita de “para”, que vem delimitar o que a marca projetará em *x*, isto é, serão essas três outras entidades citadas que receberão as áreas e que, portanto, passarão a possuí-las. Assim, em *T_i*, a marca tira de *y* a possibilidade de possuir as obras ao atribuir ao doador o poder de doar, e, conseqüentemente, tira das “áreas” a especificidade de serem “áreas de entidades”, já em *T₀*, estabiliza a situação enunciativa ao consolidar a posse, uma vez que as entidades possuem a característica de poder receber doações. A marca “para” liga todo o enunciado por meio de operações, uma vez que transfere a “posse” de algo para *x* (no caso, “poder de doar”), e esse algo não é algo qualquer, mas o que está a sua direita, ou seja, é *y* que passa a possuir o que foi doado a *x*.

A perspectiva do sujeito em relação a este enunciado pode suscitar várias famílias parafrásticas a partir dele, uma vez que o empírico é muito importante quando do estudo da língua.

É interessante notar que outra preposição no lugar da marca “para” neste enunciado (“a”, por exemplo) suscitaria outras operações para a construção da significação do enunciado.

Ela não é apenas um simples índice da função gramatical do termo que a segue, pois desencadeia todo um processo de representação e referenciação dentro do discurso, uma vez que a linguagem não é algo para ser rotulado e sim, segundo a TOPE, “a capacidade inata de construir representações, referenciá-las e regulá-las”. Dessa forma, tem-se que superar esses rótulos da GT para chegar-se à invariância da linguagem; “para” não é um simples rótulo de identificação gramatical do termo que a precede, ela tem importância no enunciado todo.

Esse foi um exemplo de leitura que fizemos no intuito de chegarmos às operações que geram o processo de construção referencial da marca “para” a qual não se reduz apenas às relações previstas no léxico e na gramática tradicional, posto que é tributária do enunciado, envolvendo a dimensão cognitivo-interacional; já que a marcação das relações gramaticais constitui um fenômeno de linguagem responsável por um conjunto de operações universais.

(5) As primeiras 122 famílias vão ser levadas para dois loteamentos no bairro Umuarama, na periferia da cidade, localizado a 25 minutos da praça do Capivari e a 10 minutos da Abernédia, o centro comercial.

(5a) As primeiras 122 famílias vão ser levadas. (ausência da marca).

(5b) As primeiras 122 famílias vão ser levadas <e ficarão em dois loteamentos no bairro Umuarama na periferia da cidade, localizado a 25 minutos da praça do Capivari e a 10 minutos da Abernédia, o centro comercial.> (substituição da marca por uma sentença).

(5c) As primeiras 122 famílias vão ser levadas, logo, serão abrigadas. (conclusão lógica).

(5d) As primeiras 122 famílias vão ser levadas e terão o benefício de ficar em dois loteamentos. (substituição da marca por “e”)

(5e) As primeiras 122 famílias vão ser levadas a dois loteamentos no bairro Umuarama na periferia da cidade, localizado a 25 minutos da praça do Capivari e a 10 minutos da Abernédia, o centro comercial.

Contra-leituras:

(5f) As primeiras 122 famílias vão ser levadas para lugar algum.

(5g) As primeiras 122 famílias vão ser levadas para um lugar horrível.

Ao analisarmos o enunciado de número 5 percebemos novamente, que a marca “para” tem uma ação projetiva e, neste caso, está associada à direção e/ou destino, o que podemos notar pelo efeito causado por sua ausência em 5a onde falta uma projeção, uma direção. É interessante observar que esta questão da direção está associada a um sentido mais concreto do termo Y, posterior à marca, o que não acontece no enunciado 10, por exemplo, em que o elemento correspondente a Y refere-se a uma “entidade”, algo mais abstrato e que acaba desviando um pouco a interpretação de “para” como relacionada à direção. No

presente enunciado, pelo fato de Y ser representado por loteamentos (lugar), a idéia de direção se fortalece. Ou seja, Y acaba passando tal característica para a preposição que transfere ao elemento X. Não é difícil de entender esse tipo de interpretação, considerando-se que o enunciado é um todo que depende da marca e vice-versa, portanto, várias operações podem ser suscitadas na leitura de um enunciado.

Nesse sentido, podemos inserir que o que vem antes de “para”, como já o mostrou Cadiot (1991), no esquema:

Levar para Loteamentos

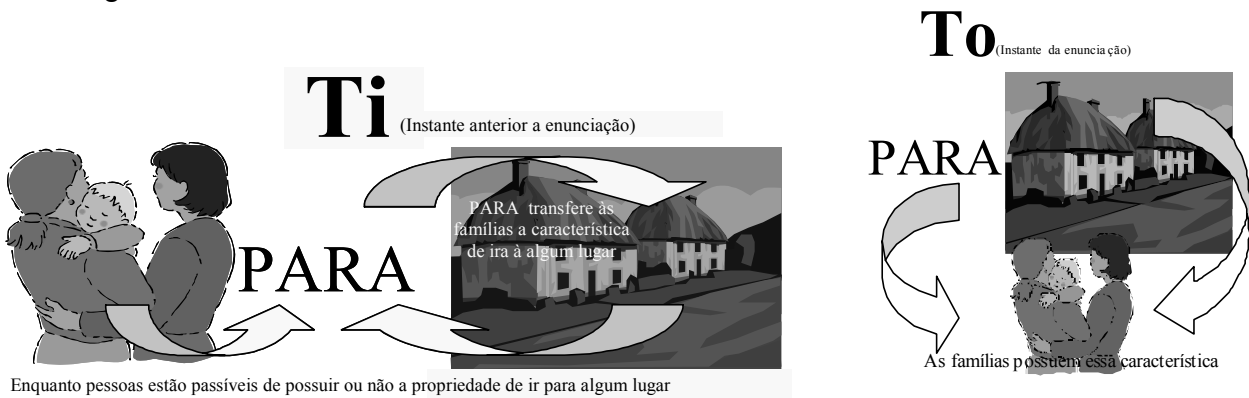
É sempre menos informativo do que o que vem depois, por este último especificar, isto é, projetar. Vale ressaltar que concordamos com Cadiot no que concerne à questão da finalidade, causa-conseqüência que sempre viria num segundo plano, uma vez que pensamos que a razão de tudo isso nasceria na ação projetiva.

Como já foi dito em nosso trabalho, “para” é um relator e, como o próprio título do nosso projeto insinua, ele é responsável pela construção referencial que é o que vemos em 5b quando podemos reconstruir, ou, construir todo um enunciado a partir da marca “marca” quando a substituímos por < e ficarão em dois loteamentos no bairro Umuarama na periferia da cidade, localizado a 25 minutos da praça do Capivari e a 10 minutos da Abernêssia, o centro comercial.>.

O enunciado 5b também mostra claramente a questão da projeção e da posse, assuntos bastante discutidos até o presente momento, pois nele temos “as 122 famílias” possuindo a característica de ir para os loteamentos do bairro Umuarama em T0 sendo que em Ti, o que prevalece é a transferência, a projeção. É o que vemos na citação abaixo, de Cadiot:

Dans le cadre de la description générale de POUR, il y a là un des processus transférentiels (proches de la notion de métatase) au terme desquels POUR, qui a son origine dans une position hors-saturation (c-à-d comme une marque du processus complémentaire de mise en discours d'unités saturées, comme opérateur non-lexical, mais de discoursivité), peut être restructuré de façon à correspondre à une relation d'actant supplétif. (CADIOT, 1991, p.68).

Figura 2:



A figura 2 apresenta em forma esquemática os processos constitutivos do enunciado de número 5.

Em 5c, tentamos esboçar uma relação lógica que, aparentemente, não ficou muito boa. É válido ressaltar que o tempo verbal que nos pareceu mais adequado foi o futuro, não coincidentemente, já que a marca “para” projeta algo, ao nosso ver.

Também pensamos em 5d onde a marca poderia transferir um benefício, ou seja:

(5d) As primeiras 122 famílias vão ser levadas e terão o benefício de ficar em dois loteamentos.

Mas, logo notamos em 5g que não seria bem um “benefício” (no sentido de “para” projetar sempre algo bom), a marca projeta algo que pode ou não realizar-se em T0 e esse algo, que pode ser possuído, digamos assim, pode não ser algo bom.

(5g) As primeiras 122 famílias vão ser levadas para um lugar horrível.

Em 5e procuramos variar a preposição e trabalhar, então, a questão qualitativa no uso de uma ou outra “preposição”. É interessante notar o quão frágil é a questão da regência verbal em português.³⁰

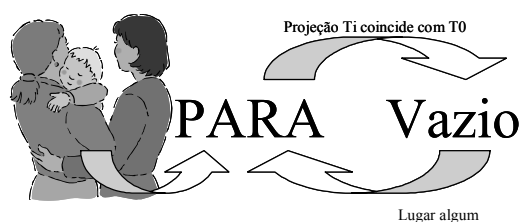
³⁰ Em estudo sobre a variação preposicional com verbos de movimento e de transferência trabalhei a variação preposicional mostrando bem esta questão. (GONÇALVES, 2004, 2005).

Nesse caso, vimos como é curioso variar a “preposição”, e a diferença que notamos é a de que quando temos um enunciado como 5e, só temos um evento descrito, talvez tenhamos uma perspectiva mais estática (por causa do emprego de “a”) e quando usamos “para”, temos uma idéia de processo prevalecendo, que seria mesmo uma projeção. Constatamos a questão qualitativa, ou seja, muda a marca e muda o sentido. Basta imaginar o caso de colocarmos um “de” neste enunciado e o que era “meta” passa a ser origem.

O ponto de vista de que “para” traria consigo um sentido de permanência e de que “a” traria um sentido de não-permanência, parece ser muito vago, não conseguimos enxergar dessa maneira. O que constatamos é que as pessoas são passíveis de serem levadas a algum lugar, elas têm essa propriedade que lhes é tirada e, posteriormente, devolvida pela marca “para” no momento da enunciação, como vimos no esquema anterior.

Por último, discutiremos 5f *As primeiras 122 famílias vão ser levadas para lugar algum*, em que vemos que mesmo colocando este enunciado como um contra-exemplo, ele acaba por comprovar nossas leituras anteriores, ou seja, as de que a marca projeta algo em T_i que pode ou não vir a realizar-se em T_0 . No caso de 5f, o que constatamos é que “lugar algum”, por tratar-se de nenhum lugar, as famílias não serão levadas. Temos uma perspectiva estática ($T_i=T_0$), embora a marca “para” insista em transmitir uma idéia de processo, isto é, essa marca dá às famílias tal característica de não ir a lugar algum. Por isso, pensamos que talvez “a” se encaixasse melhor nessa nossa glosa.

Figura 3:



Devido a esse fato, voltamos ao esquema N1 “para” N2, afirmando que N2 sempre traz uma informação a mais que vai nos dizer se Ti coincide ou não com T0. Sendo N2 posterior a N1. O que nos suscita:

(5f) *As primeiras 122 famílias não vão ser levadas.*

(5f’) *As primeiras 122 famílias não vão ser levadas para lugar nenhum.*

Com a modalidade negativa o enunciado fica mais aceitável, pois vemos que a marca “para”, neste enunciado, projeta a propriedade de “as famílias poderem ir a algum lugar ou a lugar algum”. Em outras palavras, a marca tira-lhe essa propriedade e a devolve de maneira que o enunciado fique mais compreensível.

(6) Para a corrida prevista em outubro deste ano, no entanto, os passageiros que forem ao autódromo terão de se contentar com as alternativas já existentes, principalmente ônibus.

(6a) *Os passageiros que forem ao autódromo com o intuito de ver a corrida prevista em outubro deste ano terão de se contentar com as alternativas já existentes, principalmente ônibus.* (ausência da marca)

(6b) *Os passageiros que forem para a corrida prevista em outubro terão de se contentar com as alternativas já existentes, principalmente ônibus.*

(6c) *Os passageiros que forem ao autódromo passear terão de se contentar com as alternativas já existentes, principalmente o ônibus.* (substituição da marca)

(6d) *Os passageiros que forem ao autódromo terão de se contentar com as alternativas já existentes, logo, quem for para a corrida prevista em outubro terá de ir de ônibus.* (conclusão lógica)

No enunciado 6 percebemos que a marca “para” opera da mesma forma que nos demais enunciados analisados: transfere a um termo x uma idéia de “posse” bem abstrata e especifica essa posse de x por meio de y.

Em 6a notamos um papel de finalidade para a marca e, embora no enunciado 6 fique um pouco complicado perceber isso devido à posição de “para”, em 6a notamos mais facilmente, com a ausência da marca, o papel que ela desempenha no enunciado.

Assim, teríamos um x que seria o autódromo, cuja característica é a de ser para corrida, mas não se vai a um autódromo só para esse fim, pode-se ir para “pensar na vida”, por exemplo. E temos também um termo y que seria exatamente a corrida, especificando o termo x. Todo esse processo é norteado pela marca que, em Ti, tira por flechagem tal propriedade de x para atribuí-la em T0 e estabilizar a situação enunciativa. Podemos até tentar mudar um pouco o contexto e, no lugar de “corrida”, podemos colocar “reunião dos corredores” e as operações suscitadas pela marca “para” continuam as mesmas. É interessante notar que, por este enunciado, podemos perceber que “para” não está tão relacionada com a questão espacial como querem alguns. Para FRANCKEL e PAILLARD *apud* BORILLO *at all* (1998):

Nous faisons l'hypothèse que tous les emplois d'une préposition, qu'ils soient ou non d'ordre spatial relèvent d'un ensemble de régularités qui n'est pas réductible à l'organisation de tel ou tel champ sémantique particulier. Les emplois temporels ne correspondent donc pas dans cette perspective à une enclave marginalisée, ni même inscrite dans une zone d'emplois qui serait première et fondatrice. (p.200)

Em 6b construímos o enunciado no sentido de colocar “para” compondo o que a GT chamaria de adjunto adverbial de lugar, portanto, descartável, deste ponto de vista.

Note-se que falamos em adjunto adverbial de lugar, mas sabemos que “corrida” não consiste em um lugar, propriamente dito. Em nossas análises isso não traz tanto impacto, levando-se em consideração que as operações suscitadas pela marca serão sempre as mesmas.

Vale ressaltar que é difícil fazer como a GT e ressaltar apenas uma característica de “para” em um enunciado, pois a marca consegue agrupar muitas delas. Neste caso como, em proveito de, finalidade, direção, enfim, classificar é uma tarefa bem desnecessária quando o assunto é preposição. Isso acontece porque a referência se constitui a cada atualização do signo pelos ajustamentos que ocorrem no interior da

língua e o sujeito enunciador apenas reflete o mecanismo de referência sem ser aquele que efetivamente por ele responde.

No enunciado 6c a impressão que temos é que não há uma única finalidade em “ir ao autódromo”, e uma vez que não temos um fim bem especificado, também não atribuímos nenhuma característica a autódromo. Podemos, dessa forma, dizer que, do ponto de vista da ausência de “para”, este enunciado fica “pobre” em operações de flechagem, varredura, etc.

É muito importante atentar para o fato de que alguém poderia dizer que esse enunciado não seria válido pelo fato de estarmos inseridos em uma cultura que nos faz saber que quem vai ao autódromo vai para assistir corrida. A este tipo de observação respondemos que, não podemos nos prender a questões culturais, pois estamos procurando as operações de linguagem e não apenas de uma língua em particular.

O enunciado 6d, apesar de parafraseado do enunciado 6 e trazendo uma conclusão lógica, não traz muita diferença do enunciado 6b, ou seja, nele ocorre o mesmo processo, confirmando nossas expectativas quanto ao papel da marca.

Em 6a tentamos reforçar a questão da finalidade substituindo a marca por uma sentença, mas, tudo isso só foi possível por causa das operações que “para” suscita no enunciado. Podemos provar essa nossa afirmação justificando que se a marca não especificasse a característica que atribui a x por y, não saberíamos qual seria a finalidade. Novamente, nosso enunciatário poderia dizer que não precisamos da marca para dizer qual é a finalidade de autódromo, já que sabemos ser este um lugar onde se assiste a corridas. E, novamente nos contrapomos a essa visão, julgando-a limitada e atendo-se a questões culturais, o que, sob nosso ponto de vista, não é tão interessante porque estamos à procura da invariância que sustenta a variação nos enunciados com “para”, assim, não estamos nos atendo apenas à variação, mas à invariância que é algo muito mais amplo e que nos desprende de questões culturais.

(7) O presidente da seção da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) de São Paulo, Luís Flávio Borges D’Urso, disse que não vê problemas em a entidade aceitar a doação de um terreno de 30 mil m² da prefeitura de Campos do Jordão para a construção de uma colônia de férias.

(7a) O presidente da seção da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) de São Paulo, Luís Flávio Borges D'Urso, disse que não vê problemas em a entidade aceitar a doação em proveito da construção de uma colônia de férias. (ausência da marca)

(7b) O presidente da seção da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) de São Paulo, Luís Flávio Borges D'Urso, disse que não vê problemas em a entidade aceitar a doação de um terreno de 30 mil m² da prefeitura de Campos do Jordão à construção de uma colônia de férias. (substituição da marca)

(7c) O presidente da OAB aceitou a doação de um terreno e construiu uma colônia de férias. (valor aspecto-modal)

(7d) O presidente da seção da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) de São Paulo, Luís Flávio Borges D'Urso, disse que não vê problemas em a entidade aceitar a doação de um terreno (de 30 mil m² da prefeitura de Campos de Jordão) . (ausência da marca)

(7e) O presidente da seção da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) de São Paulo, Luís Flávio Borges D'Urso, disse que não vê problemas em a entidade aceitar a doação de um terreno de 30 mil m² da prefeitura de Campos do Jordão para revender. (fim)

(7f) D'Urso não vê problemas em aceitar a doação de um terreno de 30 mil m² da prefeitura de Campos do Jordão à construção de uma colônia de férias?

(7g) D'Urso não vê problemas em aceitar a doação de um terreno de 30 mil m² da prefeitura de Campos do Jordão, logo, neste terreno será construída uma colônia de férias.

Como pudemos constatar, no presente enunciado, a marca “para” intervém de modo específico na organização das interações dentro desse enunciado redefinindo a identidade do termo x no quadro da relação a y.

Nesse contexto, procuramos uma caracterização de “para” que dê conta de todo o domínio de variação de seus empregos, pois sabemos que cada preposição se apresenta como um pólo específico de regulação de interações com o seu contexto e que essas interações desembocam em interpretações que transpassam as categorias fundamentais de tempo e de espaço remetendo sua pertinência à análise lingüística.

Vale ressaltar que não estamos somente à procura de um denominador comum a todos os empregos da marca “para”, mas, procuramos constituir o princípio organizador de sua variação e a especificidade do “colocar em aberto” os princípios gerais que sustentam essa variação.

Feitas essas pequenas considerações, atentemos para o enunciado 7:

(7) O presidente da seção da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) de São Paulo, Luís Flávio Borges D’Urso, disse que não vê problemas em a entidade aceitar a doação de um terreno de 30 mil m² da prefeitura de Campos do Jordão para a construção de uma colônia de férias.

Mais uma vez, constatamos as mesmas operações que encontramos nos demais enunciados analisados com a marca “para”, isto é, ela transfere em T0 uma posse (em um sentido bem abstrato, como também já o dissemos) ao termo x; posse essa que estaria relacionada a uma propriedade que não existiria ou não faria parte de x se não fossem as operações acionadas pela preposição “para”.

Neste enunciado, constatamos também que a “doação de um terreno” corresponde ao termo x e a “construção de uma colônia de férias” corresponde ao termo y que vem delimitar, especificar o termo x por meio da ajuda da marca “para” que atribui tal característica ao termo x. Assim, a doação de um terreno de 30 mil m² da prefeitura de Campos do Jordão passa a possuir (em T0) a característica de ser em proveito da construção de uma colônia de férias.

Examinemos o enunciado (parafrazeado de 7) 7a:

No presente enunciado, optamos pela ausência da marca para destacar as suas funções; e, com este trabalho, percebemos que uma característica foi atribuída ao termo y porque, pelo fato de termos a preposição em 7, conseguimos enxergar essa transferência de posse ao termo x e transcrevemos em 7a.

No enunciado 7b tentamos substituir a marca “para” por “a” e verificar se as operações “acionadas” pela primeira são as mesmas acionadas pela segunda. Com isso, constatamos que cada unidade lingüística caracteriza-se por uma mobilização específica, por um pólo de invariância que traduzirá sua identidade. Vejamos o “porque”:

(7b) O presidente da seção da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) de São Paulo, Luís Flávio Borges D’Urso, disse que não vê problemas em a entidade aceitar a doação de um terreno de 30 mil m² da prefeitura de Campos do Jordão à construção de uma colônia de férias.

Este enunciado contém operações da marca “a” que são diferentes das operações da marca “para”, por exemplo, o fato de “à construção” aparentar pouco comprometimento das características do terreno, parece que sem a marca “para” só temos uma tentativa de transferência de posse em Ti que, por sua vez, parece não se concretizar em T0 pelo fato de “a” se comprometer menos no quesito “finalidade”. Dessa maneira, somente “para” acionaria esta especificidade para o termo x.

Em 7c apenas tentamos mostrar, mais uma vez, o envolvimento da marca com a questão aspecto-temporal. E, como já ressaltamos, não estamos trabalhando com o “tempo real” e sim como os instantes da enunciação; nesse sentido, “para” aciona um futuro da enunciação que torna-se necessário quando é utilizada.

Novamente, em 7d objetivamos mostrar que a ausência da marca “para” deixa o enunciado sem propósito e o elemento “x” também permanece sem ser especificado e sem nenhuma propriedade atribuída.

No enunciado 7e nosso intuito também foi, mostrar que a “posse”, a qual afirmamos que a marca “para” transfere, não é a posse no sentido mais material e trivial que conhecemos, mas, uma “posse” em um sentido bem abstrato. Assim, no enunciado 7e mesmo que o terreno seja revendido, ele continua “possuindo” uma característica porque a marca “para” transfere para o termo x essa posse.

O enunciado 7f tem operações semelhantes ao enunciado 7b, pois nele substituímos a marca “para” por “a”. A diferença que encontramos (de 7f para 7b) é que em 7f tentamos mudar a entonação para testar se as operações mudariam, mas não houve alteração.

Só conseguimos criar uma paráfrase como a de 7g graças ao fato de a marca “para” estar no enunciado original especificando que tal terreno será para a construção de uma colônia de férias.

Concluindo o enunciado 7 confirmamos que:

L'identité d'une unité en général, d'une préposition en particulier, ne se définit donc par quelques sens de base, mais par le rôle spécifique qu'elle joue dans ces interactions constitutives du sens des énoncés dans lesquels elle est mise en jeu. Il se trouve que le résultat de ces interactions ne correspond pas à un champ sémantique homogène. (FRANCKEL & PAILLARD, 2007, p12)

(8) Isso levará advogados para a cidade inclusive fora da temporada ; o que vai contribuir para um aquecimento da economia local.

(8a) Isso levará advogados, inclusive fora da temporada, o que vai contribuir para um aquecimento da economia local. (ausência da marca)

(8b) Isso levará advogados à cidade inclusive fora da temporada, o que vai contribuir para um aquecimento da economia local. (substituição da marca)

(8c) Isso levará advogados da cidade inclusive fora da temporada, o que vai contribuir para um desaquecimento da economia local. (substituição da marca)

(8d) Isso estagnará advogados para a cidade inclusive fora da temporada; o que vai contribuir para um aquecimento da economia local.

(8e) Isso levará advogados para a cidade, logo, com os advogados lá haverá um aquecimento da economia local. (conclusão lógica)

No estudo do enunciado 8 pudemos observar as seguintes operações:

Em 8a percebemos o grande envolvimento da marca “para” no quesito “direção”, “localização”, “espaço”. Chegamos a essa conclusão quando a ocultamos do enunciado.

A impressão que fica de 8a é a de que os advogados serão “levados de” e não “para”, “em benefício de” e sim, em prejuízo. É claro o envolvimento de “para” com o espaço neste enunciado. Temos, dessa forma, os “advogados” que, por si sós, não “possuiriam” a característica de pertencerem à cidade, fato que percebemos quando provocamos a ausência da marca.

Em 8b não só omitimos “para”, como a substituímos pela preposição “a”, substituição essa que veio confirmar-nos as operações que são acionadas pela marca “para” e o seu envolvimento com o “espaço” e a direção. Como podemos perceber no enunciado 8b, não temos noção da direção e do percurso dos advogados, só sabemos que eles, de algum modo, serão levados à cidade e não para (em benefício ou prejuízo de...). Assim, em “levados a”, a preposição “a” não transfere nenhuma característica de posse ao elemento x enquanto “para” transfere, em T0 (instante da enunciação), a característica de serem levados para a cidade, possuindo, assim, essa característica.

O enunciado 8c é ainda mais interessante, uma vez que a simples troca da preposição obriga-nos a mudar o contexto. Um enunciado como esse realça as operações da marca, pois, enquanto “para” provoca uma idéia de “posse”, “de” traz uma idéia de “origem”, mudando todo o intuito do enunciado 8.

É curioso notar no enunciado 8d que a marca “para” está bastante envolvida com verbos de ação, movimento, transferência, direção e quando tentamos colocá-la com um verbo que não “implique” movimento, o enunciado fica estranho. Notamos, assim, que quando y é igual a lugar ou pertence ao traço semântico [locativo] isso implicará o uso da marca “para” desde que com os tipos de verbos acima citados. Isso não quer dizer que as operações acionadas pela marca não aconteçam num enunciado como esse. Tais operações são sempre as mesmas e, assim como em outros enunciados, “para” acionará operações, mas estas deste enunciado não se encaixariam devido ao verbo, cujo conteúdo semântico não traz nada de movimento, transferência, direção, etc. A partir dessa reflexão, insistimos que não é possível estudar apenas a sintaxe isolada de semântica.

Em 8e temos uma comprovação das operações acionadas pela marca, uma vez que a segunda “parte”, digamos assim, do enunciado só existe depois que “para” transfere (no instante da enunciação) tal característica ao elemento x, ou seja, os advogados passam a ser os advogados da cidade, especificados pelo termo y (cidade).

É interessante notar que neste enunciado também podemos em um segundo momento considerar que a cidade contém ou passa a conter, os advogados também. Nesse sentido, é possível um enunciado como 8e.

(9) O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu 48 horas ao PMDB para decidir se mantém a indicação do deputado Odílio Balbinotti (PR) a agricultura.

(9a) O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu 48 horas ao PMDB com o intuito de decidir se mantém a indicação do deputado Odílio Balbinotti (PR) a agricultura. (ausência da marca)

(9b) O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu 48 horas e decidirá se mantém a indicação do deputado Odílio Balbinotti (PR) a agricultura. (substituição da marca)

(9c) O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu 48 horas ao PMDB, mas não usará esse tempo para decidir se mantém a indicação do deputado Odílio Balbinotti (PR) a agricultura.

(9d) O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu 48 horas de férias para descansar.

(9e) O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu 48 horas ao PMDB e essas 48 horas se caracterizarão por serem as horas em que o presidente decidirá se mantém a indicação do deputado Odílio Balbinotti (PR) a agricultura.

Nosso intuito com o enunciado 9 foi o de mostrar situações enunciativas nas quais a marca “para” traz consigo uma idéia de finalidade, bem como, mostrar que em enunciados como esse, temos muito além de uma simples finalidade, todas as operações suscitadas pela marca “para” que aparecem nos demais enunciados. É por isso que trabalhamos com tantas glosas e paráfrases, porque acreditamos que a identidade de uma preposição não se apreende senão através de sua variação.

Segundo Paillard e Franckel (2007), *“Chaque valeur est le produit d’une interaction de cette préposition avec les termes qu’elle met en relation, une préposition étant analysable comme un relateur. L’identification de x constitue un enjeu central dans les constructions SV prép SN.”* (p.21)

No enunciado 9a tentamos, por meio da ausência da marca, realçar a idéia de finalidade que ela trouxe para o enunciado. Ao substituirmos “para” por “com o intuito de” já demonstramos o tipo de relação que a marca suscita no enunciado. Também neste, podemos observar as operações que encontramos nos demais: temos a marca transferindo para o tempo uma especificação, isto é, o tempo pode ser usado para qualquer situação, mas o tempo a que se refere o enunciado é de 48 horas para que o presidente decida algo.

Logo, em Ti a marca transfere às 48 horas a característica de “um prazo para se pensar em um assunto específico”, e em T0 as 48 horas já possuem tal característica.

Em 9b temos o realce de uma idéia de adição, ou seja, o presidente pedirá 48 horas e também decidirá a respeito da indicação do deputado Odílio Balbinotti. É fácil observar a diferença das operações suscitadas por essas duas diferentes marcas, a saber, “para” e “e”. Em 9b temos dois enunciados que se independem semanticamente, diferentemente de 9, em que as 48 horas dependem da marca para serem especificadas e “possuam” uma característica; assim enquanto “e” adiciona em 9b, “para” especifica em 9. A comparação entre esses dois enunciados torna-se interessante por realçar ainda mais as características de “para”, uma vez que em 9b entendemos que o presidente pediu 48 horas e que ele pode usar esse tempo para *n* motivos, como, por exemplo, pedir 48 horas para montar um projeto, e, além disso, o enunciado acrescenta mais uma informação: a de que o presidente também pensará na indicação do deputado, não necessariamente utilizando-se destas horas específicas.

No enunciado 9c, optamos por utilizar uma idéia oposta: “o presidente pediu as 48 horas” mas “não as utilizará para decidir nada a respeito da indicação do deputado, o que torna esse enunciado oposto àquele com a marca “para” que exatamente especifica que esse período será utilizado para decidir se mantém a indicação do deputado Odílio Balbinotti à agricultura.

Em 9d testamos, mais uma vez, as operações suscitadas pela marca “para” e, do mesmo jeito que em 9, neste enunciado ela transfere uma “posse” de uma

característica, neste caso, as 48 horas serão as horas para o descanso do presidente.

Para finalizar a discussão sobre esse enunciado, utilizamo-nos do enunciado 9e que explica detalhadamente as operações suscitadas pela marca “para” neste enunciado, ou seja, existem as horas (no caso do enunciado 48 horas), que podem ser utilizadas para n finalidades até o momento em que “para” transfere tal característica a elas, ou seja, não são horas quaisquer para serem utilizadas para qualquer situação, e sim, as horas em que o presidente Lula decidirá se mantém a candidatura do deputado Odílio Balbinotti à agricultura.

Essas operações não se realizariam sem a presença da marca “para”, tampouco essas horas seriam especificadas, como vimos em 9b e 9c; tal comparação mostra-nos claramente as operações suscitadas por “para”.

(10) O presidente Luiz Inácio Lula da Silva oficializou a ida do ministro Walfrido Mares Guia (PTB) para as Relações Internacionais.

(10a) O presidente Luiz Inácio Lula da Silva oficializou a ida do ministro Walfrido Mares Guia (PTB). (Ausência da marca)

(10b) O presidente Luiz Inácio Lula da Silva oficializou a ida do ministro Walfrido Mares Guia (PTB) <e ele trabalhará nas Relações Internacionais> (Substituição da marca por uma sentença)

(10c) O presidente Luiz Inácio Lula da Silva oficializou a ida do ministro Walfrido Mares Guia (PTB) às Relações Institucionais. (Substituição da marca)

(10d) O presidente Luiz Inácio Lula da Silva oficializou a ida do ministro Walfrido Mares Guia (PTB) para o bairro de Umuarama.

Assim como nos enunciados anteriores, percebemos que, neste enunciado, a marca “para” tem uma ação projetiva. Quanto às operações suscitadas pela marca, podemos afirmar que também são as mesmas apresentadas nos demais enunciados, ou seja, temos:

Ir para Relações Internacionais.

A marca, neste caso, projeta no termo X (à sua esquerda) a posse de uma característica ao verbo “ir”, ou seja, podemos “ir” a qualquer lugar, logo, “para” transfere a característica de esse “ir” ser para as “Relações Internacionais”. Nesse sentido, a marca delimita o termo X ao transferir no instante da enunciação tal posse, que, como já ressaltamos, não é a posse em seu sentido trivial, mas em um sentido mais abstrato.

Ao trabalharmos com o presente enunciado, tivemos o intuito de mostrar que “para” não está tão ligada à questão espacial (mais concreta), considerando-se que “Relações Internacionais” neste enunciado não trata-se de um lugar físico, mas de uma “instituição”. Nesse sentido, podemos dizer que o uso da marca em um determinado enunciado não está muito ligado à concretude ou não-concretude da situação enunciativa, mas, às operações que ela suscita no enunciado.

Isso fica claro quando comparamos o presente enunciado com *10d* e com o enunciado *5* em que o uso de “para” em um contexto mais concreto traz a idéia de um deslocamento em processo mais clara ao lingüista do que no enunciado *10*, embora as operações por ela “acionadas” sejam sempre as mesmas. Além disso, deve-se considerar a influência do verbo no enunciado, o que não é foco de nosso trabalho, mas devemos atentar para o fato de que tanto em *5* (verbo: levar) como em *10* (verbo: ir) eles trazem a idéia de movimento.

Em *10c* testamos, novamente, a alternância entre “a” e “para” e constatamos, novamente, que “para” traria a idéia de um processo em andamento, enquanto “a”, aparentemente, não traria esse sentido por não trazer as mesmas operações da marca “para”.

Neste caso de *10c* parece que a preposição ficaria mais adequada se “Relações Internacionais” fossem consideradas como um lugar, mas essa discussão a respeito das operações suscitadas pela preposição “a” deixamos para o doutorado, momento em que estudaremos a invariância de funcionamento e a variação semântica entre “a”, “para” e “em” no português brasileiro.

No enunciado *10b* ficam explícitas as operações suscitadas por “para”:

(10b) O presidente Luiz Inácio Lula da Silva oficializou a ida do ministro Walfrido Mares Guia (PTB) <e ele trabalhará nas Relações Internacionais> (Substituição da marca por uma sentença).

Isso acontece porque transcrevemos por meio dessa paráfrase as características que foram atribuídas à tal ida. Assim, ausentamos “para” do enunciado e parafraseamos suas operações.

Levando-se em consideração toda a discussão acima, podemos afirmar que concordamos com as palavras de Franckel e Paillard quando dizem ser “pour”, do francês, uma preposição que não se apresenta apenas e tão somente como espacial, como geralmente a associam. Em português acontece o mesmo processo, ela parece possuir um traço semântico (que nem sempre está relacionado ao espaço) característico ao transferir propriedades não definitórias ao termo X colocado em relação a Y por ela, que passa a constituir um modo de apreensão de X.

Desse modo, reduzir “para” e as demais preposições a uma única visão, dessemantizando-a, quando possui empregos temporais ou outros empregos, é algo muito parcial e alheio ao fato de que o seu sentido (processo de construção referencial) mostra-se na diversidade de empregos que apresenta. Isso ficou claro quando analisamos o presente enunciado, ou seja, os valores espaciais não são intrínsecos à preposição, eles só vão aparecer quando o termo correspondente a Y projetá-los sobre a marca desencadeando tal representação.

Concluindo, a identidade de uma preposição só pode ser apreendida por meio dos seus empregos, que resultam, sempre, de uma interação dos termos que coloca em relação (relação cíclica entre o todo e a parte, ao mesmo tempo em que a marca possui uma identidade, ela só a adquire por meio da interação com os demais elementos do enunciado, que, juntos, compõem a significação do mesmo).

Assim, para a questão colocada por Cadiot, se “para” é ou não é uma palavra lexical, por causa de seu semantismo arquetípico que a diferencia das outras e; para a afirmação de Franckel e Paillard de que a preposição não pode ser caracterizada como um sema, pelo fato de as operações atribuídas a tal preposição serem o produto de diversas interações suscetíveis de estabelecer entre a preposição e os termos que ela coloca em relação, respondemos que ela possui e não possui, ao mesmo tempo, essa identidade. Ela garante seu valor intrínseco, mas, esse valor constrói-se por meio de seu processo de construção referencial dentro do enunciado do qual faz parte. Ao mesmo tempo, o processo de construção referencial do enunciado acontece também graças aos seus valores intrínsecos que não seriam os

mesmos na troca de uma preposição pela outra, o que assegura-lhe certo semantismo. Trata-se de uma relação de interdependência enunciativa mútua que parece um pouco ambígua, porque a linguagem é ambígua (tese da indeterminação da linguagem), ela é a invariância que sustenta toda essa variação. Nesse sentido, finalizamos essa discussão afirmando que, ser lingüista é estudar o fluxo de linguagem, mas, dentro de um contexto; é esse trabalho que nos levará sempre à centralização/descentralização. Assim, não devemos nos centrar nem somente no todo e nem somente nas partes, mas exatamente na transição (movimento) de um para o outro.

Na próxima seção encerraremos nosso trabalho, expondo algumas conclusões a que chegamos a partir de nossas leituras teóricas e análises dos enunciados, esperando trazer alguma contribuição para estudos dedicados ao mesmo tema e também para outros estudos que vierem a se interessar pelo nosso trabalho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa hipótese pela qual enxergamos a marca “para” de um centro de perspectiva a partir do qual se orienta a construção do sentido foi defendida com base nos pressupostos teórico-metodológicos da TOPE de Antoine Culioli.

Por meio de nossas análises explicitamos a natureza das operações em torno dessa marca, que levam à enunciação, projetadas para outra enunciação, a partir da marca “para”. Nesse sentido, podemos dizer que tentamos contribuir para a reflexão sobre o papel das unidades lingüísticas e do contexto no processo de significação, a partir da discussão do tratamento dado à variação semântica pela TOPE.

Demonstramos na seção de análises dos enunciados que a marca “para” pode ser analisada como sinal de uma operação de relação que, aplicada a vários fenômenos, pode fornecer valores múltiplos e que, a natureza da marca é instaurar um programa específico pelo qual é estabelecida uma relação entre termos conduzidos à sua apresentação metalingüística por meio de operações de orientação.

Trabalhamos também as variações de uso decorrentes dessas operações de orientação da marca, na busca das causas e da natureza da variação (concebida pela ótica da TOPE).

A marca “para” é um instrumento de gestão no enunciado, uma vez que, por sua diversidade semântica, permite que a interpretação do enunciado seja constituída remetendo-se ao domínio referencial pertinente. Sua ubiquidade assegura-lhe a virtude, muito rara, de um revelador dos principais problemas ligados à boa formação e à construção do sentido dentro dos enunciados.

É esse papel estratégico dentro da grande diversidade de preposições, que podem ter um valor muito próximo, que a torna notável.

Percebemos a importância do extralingüístico³¹ e do empírico ao analisarmos os enunciados como “para”, além de termos verificado a importância da inserção do sujeito no processo de construção referencial dos enunciados. Discutimos a respeito do extralingüístico ao interpretarmos “uma ponte”, isto é, nosso conhecimento de mundo permitiu-nos evitar a interpretação de tal ponte como um

³¹ Falamos do extralingüístico porque senão poderíamos interpretar “uma ponte” como um presente para uma tal “fantasia”, que poderia ser uma pessoa no enunciado 3, por exemplo.

presente para uma suposta “fantasia”, que poderia ser representada por uma pessoa no enunciado 3 e nosso trabalho.

Partindo-se de nossos enunciados, acreditamos *“that utterances display shapes that derive from complex forms which the linguist re-constructs through modelling”* (CULIOLI, 2000, p.179). E a partir de nosso trabalho metalingüístico com o enunciado procuramos uma reflexão formal que abrangesse a produção e reconhecimento dos enunciados construídos com a marca “para” vindo a complementar um trabalho que iniciou-se na Iniciação Científica com a Sóciolingüística.

Exploramos bastante a operação em que “para” transfere, em T0, uma posse ao termo da esquerda (que passa a ser especificado pelo termo da direita, possuindo determinada característica), desencadeando operações. A partir disso, olhamos para seu contexto de esquerda e de direita e para seu processo de construção referencial com as pressuposições que ela nos suscita.

Sabemos que um bom estudo da atividade de linguagem deve ser realizado pela observação dos jogos léxico-gramaticais responsáveis pela constituição dialógica que não são medidos pelos modelos gramaticais categorizados, mas devem ser observados do ponto de vista da intersecção dos valores referenciais instaurados na relação entre o enunciador, o enunciatário e o enunciado.

Podemos dizer que a marca “para” apresenta características que determinam seus usos e o valor referencial que se lhe depreende é muito mais amplo do que o seu referente. Em outras palavras, ela é uma parte (com seus valores intrínsecos) que contribui para a construção da significação do enunciado, mas, ao mesmo tempo, precisamos do enunciado para compreender seu processo de construção referencial. Constatamos, assim, o quão complexo e espiral é o processo de construção referencial e, é claro, as operações da linguagem em geral.

Vimos que o valor referencial não é algo que aponta para o outro, mas que passa por um processo de construção. O arranjo léxico-gramatical aponta, mas para algo muito grosseiro, e, o que realmente importa é o processo de construção.

Para finalizar, podemos dizer que o foco de Culioli é um foco teórico que nos conscientiza das questões da linguagem, dando importância às marcas porque é principalmente por meio delas que chegaremos às operações da linguagem; além disso, a marca suscita vários caminhos interpretativos e somos nós, com a nossa experiência de mundo, que vamos nos guiar em direção a um caminho, sendo a

sintaxe tradicional, a nosso ver, um arranjo léxico-gramatical que leva-nos rumo ao semântico e ao discursivo.

Concluindo, esperamos, com este trabalho, ter contribuído para a reflexão sobre o papel das unidades lingüísticas, em particular, da marca “para”, e, esperamos ter contribuído também para a compreensão do processo de construção referencial no sentido de se chegar à invariância e, conseqüentemente, às operações de linguagem.

REFERÊNCIAS

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BORBA, F. da S. **Sistema de preposições em português**. 1971. 230 f. Tese (Livre -Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo, São Paulo, 1971.

BORILLO, A. *et all.* **Variations sur la référence verbale**. Paris: Cahiers Chronos, 1998.

CADIOT, P. **De la grammaire à la cognition: la préposition pour**. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1991.

CAMARA JÚNIOR, J. M. **História e estrutura da língua portuguesa**. 4 ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

_____. **Estrutura da língua portuguesa**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1970.

CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Ed. Nacional, 1978, p.175-271.

CHAMBERS, J.K. **Sociolinguistic theory. linguistic variation and its social significance**. Oxford: Blackwell, 1995.

CHIERCHIA, G. **Semântica**. Tradução de Luis Arthur Pagani, Lígia Negri e Rodolfo Ilari. Londrina: Eduel, 2003.

CUNHA, C; CINTRA, L. **Gramática do português contemporâneo**. Belo Horizonte: Bernardo Álvares S.A., 1970. p.377-390.

CULIOLI, A. **Variations sur la linguistique**. Entretiens avec Frédéric Fau – Klincksieck, 2002.

_____. **Pour une linguistique de l'énonciation: opérations et représentations**. 2 ed. rev. Paris: Ophrys, 2000, t. 1.

_____. **Pour une linguistique de l'énonciation: formalisation et opérations de repérage.** Paris: Ophrys, 1999, t.2.

_____. **Transcription du séminaire de D.E.A. - 1975-1976.** Paris: Université de Paris VII. D.R.L., 1976. 270 p.

DIAS, N. B. As cláusulas de finalidade. **Sínteses**, Campinas, v.7, p. 107-119. 2002.

FRANCHI, C. **Mas o que é mesmo gramática?** In: SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Língua Portuguesa: o currículo e a compreensão da realidade. São Paulo: SE/CENP, 1991. p.54.

FRANCKEL, J.J. ; PAILLARD, D. **Grammaire des prépositions.** Paris: Ophrys, 2007.

GONÇALVES, P. de S. **Variação em complementos de verbos de transferência no português paulista do século XX.** In: SEMINÁRIO DO GEL, n. 53. 2005a, São Carlos. Caderno de resumos. São Carlos: GEL, 2005. p. 558-559.

_____. **Variação em complementos de verbos de transferência no português paulista do século XX.** In: RELATÓRIO final apresentado à FAPESP. Araraquara, 2005b.

_____. **Variação em complementos de verbos de movimento no português paulista do século XX.** RELATÓRIO final apresentado ao PIBIC–UNESP/CNPq. Araraquara, 2004a.

_____. **Complementos preposicionados em verbos de movimento: um estudo do português paulista no século XX..** In: CIC – CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFSCar, n. 12, 2004b, São Carlos. CD do XII Congresso de Iniciação Científica da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, 2004. 1 CD-ROM.

LIDDLE, M. **Cognition and Representation in linguistic theory** (textos selecionados, editados e traduzidos de Antoine Culioli). Amsterdam: John Benjamins, 1995.

LOPES, M.C.R. Gramática operatória e ensino de línguas. **Trilhas Lingüísticas.**

Araraquara: UNESP, São Paulo: Cultura Acadêmica, n.13, 2007, p. 85-99.

_____. **Estudo semântico do pretérito perfeito: variações interpretativas e regularidade de funcionamento.** In: REZENDE, L.M.; ONOFRE, M.B. (Org.). *Linguagem e línguas naturais – Diversidade experiencial e lingüística.* São Carlos: Pedro & João Editores, 2006. p.23-39.

_____. A teoria das Operações Enunciativas e o fenômeno do aspecto verbal. **Estudos lingüísticos.** São Paulo, p. 363-368, 2004.

_____. Linguagem, trabalho lingüístico e ensino de língua: o processo semântico. **Cadernos de Educação.** São Paulo, p. 43-52, v.10, n.4, 2004.

_____. A significação vista por Emile Benveniste. **Cadernos de Educação.** São Paulo: Centro universitário de São Camilo, 2003.

MATHEUS, M. H. M. **Gramática da língua portuguesa.** 4 ed. Lisboa: Caminho S.A. Série: Lingüística, 1989.

MONTEIRO, J.L. **Para compreender Labov.** Petrópolis:Vozes, 2000

NEVES, M.H.M. **A gramática: história, teoria e análise, ensino.** São Paulo: Vozes, 2002.

_____. **Gramática de usos do português.** São Paulo: Ed. Unesp, p. 691-701, 2000.

ONOFRE, M. B. **A indeterminação da linguagem: inconsciência e manipulação.** 1994. 173 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 1994.

OSU, S. N. Semantic Invariance, Locating Process and Alterity: a TOPE-based Analysis of the Verbal Prefix z- in Ikwere. **J. Linguistics,** Paris, v.39, p. 521-574, 2003.

PAILLARD, D. **Prepositions et rection verbale.** Paris: [s.n.], [19 -].

REZENDE, L.M. Operações da linguagem e algumas construções nominais. **Alfa,** São Paulo. v.46, p. 11-127, 2002.

_____. **Léxico e gramática:** aproximação de problemas lingüísticos com educacionais. Araraquara. 2000. 330f. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2000.

_____. Gramática e ensino de língua. **Estudos gramaticais**, Araraquara, n. 1, ano III, Série Encontros, UNESP. 1989. p.132-154.

SALVIATO-SILVA, A.C. **A articulação entre léxico e gramática no ensino das conjunções.** In: REZENDE, L.M.; ONOFRE, M.B. (Org.). Linguagem e línguas naturais – Diversidade experiencial e lingüística. São Carlos: Pedro & João Editores, 2006. p.51-60.

_____, **Conjunções: elementos de ligação? Um estudo acerca da conjunção então sob a perspectiva da Teoria das Operações Enunciativas de Antoine Culioli.** 2002. Dissertação (Mestrado). Araraquara, UNESP. 2002.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolingüística.** São Paulo: Ática, 2002.

VANDELOISE, C. et all. La couleur des prépositions. **Langages**, Paris, n.110, 1993.

VIGNAUX, G. **Entre linguistique et cognition:** dès problématiques de l'énonciation à certains développements tirés de l'oeuvre d'Antoine Culioli. In: BOUSCAREN, J., FRANCKEL, J.J. Paris : Editora,1995, p. 565-82.

ZAVAGLIA, A. **Da invariância da linguagem à variância das línguas: contribuição para a elaboração de uma teoria enunciativa da tradução como um caso particular de paráfrase.** 2002. 331 f. Tese (Doutorado em Lingüística) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista , Araraquara, 2002.